

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

BÁRBARA HELENA ESTOLARIQUE CONDE

**CONSOLIDAÇÃO PROPORCIONAL E EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL EM
EMPRESAS BRASILEIRAS DE CAPITAL ABERTO COM INVESTIMENTOS EM
JOINT VENTURES – A EFICIÊNCIA DOS MÉTODOS QUANTO À QUALIDADE
INFORMACIONAL**

MARINGÁ
2019

BÁRBARA HELENA ESTOLARIQUE CONDE

**CONSOLIDAÇÃO PROPORCIONAL E EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL EM
EMPRESAS BRASILEIRAS DE CAPITAL ABERTO COM INVESTIMENTOS EM
JOINT VENTURES – A EFICIÊNCIA DOS MÉTODOS QUANTO À QUALIDADE
INFORMACIONAL**

Dissertação apresentada à banca de Defesa do Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências Contábeis.

Área de concentração: Controladoria

Orientador: Prof. Dr. Romildo de Oliveira Moraes

MARINGÁ
2019

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca Central - UEM, Maringá - PR, Brasil)

E81c

Estolarique Conde, Bárbara Helena

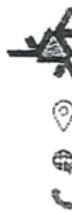
Consolidação proporcional e equivalência patrimonial em empresas brasileiras de capital aberto com investimentos em joint ventures : a eficiência dos métodos quanto à qualidade informacional / Bárbara Helena Estolarique Conde. -- Maringá, PR, 2019.

94 f.: il. color., figs., tabs.

Orientador: Prof. Dr. Romildo de Oliveira Moraes.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Departamento de Ciências Contábeis, Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, 2019.

CDD 23.ed. 657.4



ATA DE DEFESA PÚBLICA

Aos vinte e seis dias do mês de junho do ano de dois mil e dezenove, as quatorze horas e trinta minutos, realizou-se nas dependências da Universidade Estadual de Maringá, a defesa pública da Dissertação de Mestrado, sob o título: “**Consolidação Proporcional e Equivalência Patrimonial em Empresas Brasileiras de Capital Aberto com Investimentos em Joint Ventures – a Eficiência dos Métodos Quanto à Qualidade Informacional**”, de autoria de **Bárbara Helena Estolarique Conde**, aluna do Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis – Mestrado – Área de Concentração: Controladoria, linha de pesquisa: Contabilidade para Usuários Externos.

Nome do membro da banca	Função	IES
Prof. Dr. Romildo de Oliveira Moraes	Presidente	PCO/UEM
Prof ^a Dr ^a Simone Letícia Raimundini Sanches	Membro examinador	PCO/UEM
Prof. Dr. Jorge de Souza Bispo	Membro examinador	Externo / UFBA

Concluídos os trabalhos de apresentação e arguição, a candidata foi **APROVADA** pela Banca Examinadora, devendo, em um prazo máximo de **60 dias**, encaminhar à coordenação do programa, dois CDs contendo cada um arquivo em formato digital da dissertação completa, para serem distribuídos da seguinte forma: um na Secretaria do PCO e outro na Biblioteca Central da UEM, além dos documentos necessários para a expedição do Diploma de Mestre. E, para constar, foi lavrada a presente Ata, que vai assinada pela Coordenadora do Programa e pelos membros da Banca Examinadora.

Maringá, 26 de junho de 2019.

Prof. Dr. Romildo de Oliveira Moraes
(Presidente)

Prof^a Dr^a Simone Letícia Raimundini Sanches
(Membro examinador interno)

Prof. Dr. Jorge de Souza Bispo
(Membro examinador externo – UFBA)

Prof^a Dr^a Simone Letícia Raimundini Sanches
Coordenadora do Programa de Pós-
Graduação em Ciências Contábeis

DEDICATÓRIA

Com muito amor, admiração e gratidão por sua compreensão, carinho, presença e incansável apoio, dedico este trabalho à pessoa mais especial da minha vida, minha mãe. Te amo!!

AGRADECIMENTOS

A Deus, por ser misericordioso e permitir que eu vivenciasse essa oportunidade de aprendizado e crescimento.

Aos meus pais, Tereza e Alberto, por todo o apoio. Em especial, à minha mãe, por ser responsável por tudo o que sou hoje e por sempre estar ao meu lado, me incentivando a crescer e ir em busca dos meus sonhos. Obrigada pelas palavras e conselhos de encorajamento nos momentos mais difíceis.

À minha irmã, Ana, por ser, além de irmã, uma grande amiga e companheira, que sempre esteve ao meu lado e ajudou em tudo que eu precisei, da melhor maneira possível. Sempre me dizendo palavras positivas e incentivos para que eu seguisse em frente e não desistisse dos meus planos.

Ao meu namorado, Alan Felipe, pelo companheirismo e por ser compreensivo durante todo esse tempo. Não faltaram palavras de incentivo da sua parte para me motivar a seguir em frente e não desistir. Obrigada por todo o apoio, carinho, amor e por compreender os momentos em que eu precisei me ausentar.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Romildo de Oliveira Moraes, que me permitiu aprender e crescer como profissional e como pessoa. Sempre me apoiou durante o processo de orientação, o qual foi realizado com muita paciência e dedicação durante toda minha caminhada acadêmica. Muito obrigada!

Agradeço imensamente à Prof. Dra. Simone Raimundini Sanches e ao Prof. Dr. Jorge de Souza Bispo, por terem aceito o convite para participarem da minha banca do Mestrado e contribuírem de forma magnífica com esse processo. Vocês foram essenciais para que eu pudesse lapidá-lo. Foi uma honra tê-los como avaliadores do meu trabalho! Meu muito obrigada!

A todos os professores do Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da UEM, em especial, aos professores: Dr. Romildo de Oliveira Moraes, Dra. Simone Letícia Raimundini Sanches, Dra. Marguit Neumann, Dr. Reinaldo Rodrigues Camacho e Dr. José Braz Hercos Junior. Obrigada por todo incentivo e aprendizado concedido.

Agradeço também ao Prof. Dr. Marcos Aurélio Brambilla, pela assessoria prestada no decorrer do trabalho em relação aos modelos operacionais, sempre de forma muito atenciosa e prestativa.

Agradeço a todos os meus colegas de turma: Amanda K. Lopes, Joelma C. Marchi, Viviane A. Paulino, Kelli J. Favato, Layla G. J. O. Staub, José Luiz de Souza, Amanda V. Marçal, Anne C. dos Santos, Johnny H. M. Casado, Antonio M. Tomé, Fábio I. Bertuchi, Ana C. Berssani, João S. André, Nathalie V. Brumatti, Lauriana T. F. Fogaça, Felipe P. G. Rojas e Lucileide J. Rodrigues, pelo convívio e ensinamentos durante todo esse tempo.

Agradeço, em especial, às minhas amigas Amanda Lopes e Joelma Marchi, pela parceria de sempre e por fazerem com que essa trajetória, mesmo nos dias mais difíceis, se tornasse mais divertida! Obrigada pelas conversas e pela amizade!

À CAPES, pela bolsa concedida, o que possibilitou com que me dedicasse ao curso.

Agradeço também a todos os funcionários do PCO, do DCC, da biblioteca e todos os demais funcionários da UEM.

Por fim, obrigada a todos que, de alguma forma, contribuíram para este trabalho ou que torceram por mim.

RESUMO

Conde, B. H. E. (2019). Consolidação proporcional e equivalência patrimonial em empresas brasileiras de capital aberto com investimentos em *joint ventures* – A eficiência dos métodos quanto à qualidade informacional (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, PR.

Diante das várias ferramentas gerenciais e estratégicas que as empresas podem implementar frente às suas necessidades estratégicas e mercadológicas, a cooperação empresarial (*joint venture*) surge como opção para incrementar a dinamicidade da sociedade empresária. No entanto, não há um consenso sobre qual é o método mais adequado a ser utilizado no reconhecimento, mensuração e apresentação de investimentos em *joint ventures*. Em decorrência dessa falta de consenso, o tratamento contábil dado a esse tipo de investimento oscilava entre diversos países e órgãos reguladores, podendo ocorrer de duas maneiras: (1) o Método de Equivalência Patrimonial (MEP) e (2) a Consolidação Proporcional (CP). Por conta disso e em decorrência do processo de harmonização das normas contábeis, o IASB emitiu, em maio de 2011, a IFRS 11 - *Joint Arrangements*, a qual determinou que, a partir de primeiro de janeiro de 2013, todos os investimentos em *joint ventures* deveriam ser reconhecidos pelo método de equivalência patrimonial, não sendo mais aceita a opção de reconhecer pelo método de consolidação proporcional. Estudos anteriores apontaram que a alteração do método de reconhecimento desse tipo de investimento era capaz de gerar impactos significativos, não apenas nos valores das demonstrações contábeis, como também na qualidade da informação contábil transmitida ao mercado. Sendo assim, o objetivo deste estudo é verificar o efeito na qualidade das informações contábeis divulgadas, resultante da eliminação da consolidação proporcional e aplicabilidade do método de equivalência patrimonial, em empresas brasileiras de capital aberto com investimentos em *joint ventures*, listadas na B3. Para mensurar a qualidade, foram utilizadas quatro dimensões como *proxies*: persistência, conservadorismo condicional, gerenciamento de resultados e o *value relevance*, tendo como base a teoria da divulgação. No que tange ao resultado, apenas a hipótese de redução do gerenciamento de resultado, após a mudança do método de reconhecimento dos investimentos em *joint venture*, não foi rejeitada. Com relação às dimensões de persistência e *value relevance*, ambas apresentam-se de forma significativa, no entanto, quando relacionadas com a variável de interesse (*dummy IFRS*), passam a não ser significativas, o que demonstra não contribuírem no que se refere à melhoria da qualidade da informação contábil após a mudança do método de reconhecimento de investimentos em *joint ventures*. Quanto ao conservadorismo, este não foi encontrado em nenhum dos casos, isto é, nem quando adotado o método de consolidação proporcional e nem quando o método de equivalência patrimonial. Com isso, pode-se concluir que a alteração do método de reconhecimento desse tipo de investimento pode até causar impactos nos valores das demonstrações contábeis, entretanto, não contribui no que se refere à qualidade das informações contábeis quando analisada sob a ótica da persistência, do conservadorismo condicional, do gerenciamento de resultados e do *value relevance*.

Palavras-chave: *joint ventures*; IFRS 11; qualidade da informação contábil; teoria da divulgação.

ABSTRACT

Conde, B. H. E. (2019). Proportional consolidation and equity equivalence in Brazilian publicly traded companies with investments in joint ventures - The efficiency of methods in informational quality (Master Thesis). Postgraduate Program in Accounting, State University of Maringá, Maringá, PR.

Given the varied management and strategic tools that companies can adhere to their marketing needs, joint venture is an option to increase the dynamism of the business community. However, there is no consensus as to the most appropriate method to be used in the recognition, measurement and presentation of investments in joint ventures. As a result of this lack of consensus, the accounting treatment given to this type of investment oscillated between several countries and regulatory agencies, and may occur in two ways: (1) the Equity Method (MEP) and (2) Proportional Consolidation. As a result of the process of harmonization of accounting standards, in May 2011 the IASB issued IFRS 11 - Joint Arrangements, which determined that as of January 1, 2013 all investments in joint ventures should be recognized by the equity method, and the option of recognizing by the proportional consolidation method is no longer accepted. Previous studies have pointed out that the change in the method of recognizing this type of investment was capable of generating significant impacts, not only on the amounts of the financial statements, but also on the quality of the accounting information transmitted to the market. Therefore, the objective of this study is to verify the effect on the quality of the accounting information disclosed, resulting from the elimination of proportional consolidation and applicability of the equity method, in Brazilian publicly traded companies with investments in joint ventures, listed in B3. To measure quality, four dimensions were used as proxies: persistence, conditional conservatism, results management and value relevance, based on the theory of disclosure. Regarding the result, only the hypothesis of reduction of the management of results after the change of the method of recognition of investments in joint venture was not rejected. Regarding the dimensions of persistence and value relevance, both are presented in a significant way, however, when related to the variable of interest (IFRS dummy) they are not significant, which demonstrates that they do not contribute with regard to the improvement of the quality of accounting information after the change in the method of recognition of investments in joint ventures. As for conservatism, this was not found in any of the cases, that is, neither when the proportional consolidation method was adopted nor when the equity method. Therefore, it can be concluded that the change in the method of recognition of this type of investment may even have an impact on the financial statement values, however, they do not contribute to the quality of the accounting information when analyzed from the point of view of persistence, conditional conservatism, results management, and value relevance.

Keywords: joint ventures; IFRS 11; quality of accounting information; theory of disclosure.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Classificação dos negócios em conjunto.....	43
Figura 2 – Desenho da pesquisa.....	47
Figura 3 – Processo de adoção da IFRS 11.....	53
Figura 4 – Etapas do processo de coleta de dados.....	53

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Classificação das variáveis <i>dummies</i>	63
Quadro 2 - Pressupostos estatísticos e os testes de verificação.....	64
Quadro 3 - Descrição das variáveis na base Económica®.....	94

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Classificação das empresas listadas na B3.....	91
Tabela 2 – Número de empresas por setor econômico e respectivas notas explicativas	50
Tabela 3 – Critérios para composição da amostra da pesquisa.....	50
Tabela 4 – Empresas incluídas na amostra.....	93
Tabela 5 – Descrição da amostra por blocos, setor econômico e períodos utilizados na análise.....	52
Tabela 6 - Estatísticas descritivas das variáveis explicativas dos modelos.....	67
Tabela 7 – Teste de multicolinearidade para os modelos de Persistência dos Resultados Contábeis.....	68
Tabela 8 – Estimativas do Modelo de Persistência dos Resultados Contábeis – Global (Lucro Contábil).....	69
Tabela 9 – Estimativas do Modelo de Persistência dos Resultados Contábeis – Global (Fluxo de Caixa).....	70
Tabela 10 – Teste de multicolinearidade para o modelo de Conservadorismo Condicional...71	
Tabela 11 – Estimativas do Modelo de Conservadorismo Condicional – Global.....	72
Tabela 12 – Teste de multicolinearidade para os modelos de Gerenciamento de Resultados.73	
Tabela 13 – Estimativas do Modelo de Gerenciamento de Resultados Contábeis – Global (antes e depois da adoção da IFRS 11).....	74
Tabela 14 – Análise dos resíduos dos modelos de gerenciamento de resultados.....	74
Tabela 15 – Teste de multicolinearidade para os modelos de Relevância dos Resultados Contábeis.....	75
Tabela 16 – Estimativas do Relevância dos Resultados Contábeis – Global (antes e depois da adoção da IFRS 11).....	76

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AND – *Accruals Não-Discrecionários*

B3 – Brasil Bolsa Balcão

BACEN – Banco Central do Brasil

CFC – Conselho Federal de Contabilidade

CP - Consolidação Proporcional

CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis

CVM - Comissão de Valores Mobiliários

ECC - Empreendimentos Controlados em Conjunto

FASB- *Financial Accounting Standards Board*

IASB - *International Accounting Standards Board*

IFRS - *International Financial Reporting*

MEP - Método de Equivalência Patrimonial

MoUs - *Memorandums of Understanding*

PND – Programa Nacional de Desestatização

SUSEP – Superintendência de Seguros Privados

USGAAP - *United States Generally Accepted Accounting Principles*

VIF - *Variance Inflation Factor*

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	15
1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO	15
1.2 PROBLEMA DE PESQUISA	17
1.3 OBJETIVOS.....	21
1.3.1 Objetivo Geral.....	21
1.3.2 Objetivos Específicos	21
1.4 CONSTRUÇÃO DAS HIPÓTESES	22
1.5 JUSTIFICATIVAS E CONTRIBUIÇÕES OBTIDAS	22
1.6 DELIMITAÇÃO DA PESQUISA.....	25
1.7 ESTRUTURA DA PESQUISA.....	25
2. PLATAFORMA TEÓRICA	27
2.1 O BRASIL E A CONVERGÊNCIA INTERNACIONAL DA CONTABILIDADE	27
2.1.1 Convergência e Harmonização Contábil.....	27
2.1.2 Brasil e o Processo de Convergência	28
2.1.3 Convergência entre IFRS e US GAAP	28
2.2 TEORIA DA DIVULGAÇÃO.....	29
2.2.1 Qualidade da Informação Contábil.....	31
2.2.1.1 Persistência dos Resultados Contábeis	33
2.2.1.2. Conservadorismo Condicional	34
2.2.1.3 Gerenciamento de Resultados Contábeis	36
2.2.1.4 Relevância dos Resultados Contábeis (value relevance)	38
2.3 NORMATIZAÇÃO DOS INVESTIMENTOS EM <i>JOINT VENTURES</i>	39
2.3.1 Cenário Internacional.....	40
2.3.1.1 FASB	40
2.3.1.2 IASB	41
2.3.2 Cenário Brasileiro.....	41
2.3.2.1 Tipos de Consolidação no Brasil	42
2.4 NEGÓCIOS EM CONJUNTO (<i>JOINT VENTURES</i>)	43
2.4.1. Conceito	43
2.4.2. Modalidades	44
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	46
3.1 ESTRATÉGIA DA PESQUISA	46
3.1.1 Desenho da Pesquisa.....	47
3.2 HIPÓTESES DE TESTE.....	48
3.4 AMOSTRA E PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS	50

3.5 ESPECIFICAÇÃO DOS MODELOS DE QUALIDADE DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL	55
3.5.1 Persistência dos Resultados Contábeis	55
3.5.2 Conservadorismo Condicional	57
3.5.3 Gerenciamento de Resultados	59
3.5.4 Relevância dos Resultados Contábeis	61
3.5.5 Variáveis de Controle e Dummies	62
3.6 TÉCNICAS UTILIZADAS PARA ANÁLISE DOS DADOS	64
3.7 LIMITAÇÕES DA PESQUISA.....	66
4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS.....	67
4.1 ANÁLISE DOS MODELOS ESPECIFICADOS PARA AS DIMENSÕES DA QUALIDADE DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL	67
4.1.1 Modelo de Persistência dos Resultados Contábeis	68
4.1.2 Modelo de Conservadorismo Condicional	71
4.1.3 Modelo de Gerenciamento de Resultados	73
4.1.4 Modelo de Relevância dos Resultados Contábeis (Value Relevance)	76
4.2 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	78
5 CONCLUSÕES.....	80
REFERÊNCIAS.....	83
APÊNDICES	92

1. INTRODUÇÃO

1.1 Contextualização

Diante das várias ferramentas gerenciais e estratégicas que as empresas podem implementar frente às suas necessidades estratégicas e mercadológicas, a cooperação empresarial (*joint venture*) surge como opção para incrementar a dinamicidade da sociedade empresária. No entanto, pode-se afirmar que a moderna *joint venture* começa precisamente com a presunção oposta: o dever de lealdade é, necessariamente, dividido entre parceiros concorrentes (Sanga, 2018).

Segundo Chowdhury e Chowdhury (2001), esse tipo de investimento possui representatividade ainda maior em países em desenvolvimento, como o Brasil, que buscam atrair investimentos externos. Conforme Furuta (2005), essa aliança tem sido uma opção viável na economia moderna, sendo os resultados superiores denominados “*going it alone*”, ou seja, quando cada empresa mantém o seu empreendimento de forma isolada.

Machado (2004) afirma que houve um aumento significativo do número de empresas que possuíam investimentos em outras sociedades, sendo que tal mudança ocorreu em função do período intenso de privatização que o Brasil passou na década de 1990, em decorrência do Programa Nacional de Desestatização (PND) (Anuatti Neto, Barossi Filho, Carvalho & Macedo, 2005). Por conta disso, Martins, Gelbcke, Santos e Iudícibus (2013, p. 212) afirmam que, no Brasil, “o processo de privatizações estimulou o surgimento dessas sociedades, inclusive no processo de concessões de serviços públicos, em que duas ou mais entidades (pessoas jurídicas) juntam recursos e esforços para desenvolver em conjunto uma atividade”.

Nessa situação, muitas dessas privatizações ocorreram com a formação de *joint ventures*, no qual empresas de diversos segmentos unem-se e adquirem, juntamente com outros investidores (*ventures*), o controle de outras empresas, uma vez que sozinha poderia não ter condições de participar e, dessa forma, elas somam recursos e dividem os riscos e resultados com outros investidores (Machado, 2004; Sanga, 2018). Darrough e Stoughton (1989) corroboram com Machado (2004) ao afirmarem que são trocas de *know-how* entre as empresas, uma vez que há o compartilhamento de interesses e a atuação sinérgica das atividades comuns, com a particularidade de serem empreendimentos formados por empresas distintas, podendo ser até de países diferentes.

Diante das características desse tipo de investimento, aumenta a importância da consolidação das demonstrações contábeis, para que seja possível apresentar aos usuários a situação financeira e patrimonial, assim como os resultados das operações da sociedade controladora e de suas controladas, como se todas elas fossem uma entidade única (Machado, 2004). É importante que a busca pela harmonização internacional das normas contábeis leve em consideração as diferenças e as semelhanças entre os métodos de contabilização existentes, para que os usuários das demonstrações contábeis sejam capazes de comparar e analisar as informações contábeis oriundas de países que adotam abordagens distintas (Furuta, 2005).

No entanto, estudos como o de Furuta (2005), Lourenço e Curto (2010), Lourenço e Curto (2012), Santos (2011), Dima e Saccon (2015), Richardson, Roubi e Soonawalla (2012) e Serquis (2015) relatam que não há um consenso sobre o tema, seja na literatura ou entre os órgãos normatizadores, sobre qual o método mais adequado a ser utilizado no reconhecimento, mensuração e apresentação de investimentos em Empreendimentos Controlados em Conjunto (ECC) ou *joint ventures*.

Como consequência da falta de consenso, o método de reconhecimento dos ECC era tratado de forma divergente entre os normatizadores e os países. De acordo com Graham, King e Morrill (2003), o tratamento contábil dado a investimentos em *joint ventures* oscilava entre diversos países, utilizando duas alternativas principais: (1) o Método de Equivalência Patrimonial (MEP), empregado nos Estados Unidos, Reino Unido, Austrália e Nova Zelândia, e (2) a Consolidação Proporcional (CP), requerida no Canadá, Brasil e nos países continentais componentes da União Europeia.

Para o *Financial Accounting Standards Board* (FASB), o método de consolidação proporcional jamais foi aceito como opção para reconhecimento de investimentos em *joint ventures*, existindo apenas a consolidação integral, uma vez que o conceito de consolidação somente era aplicado quando havia o controle integral. Segundo Furuta (2005) e Martins *et. al.* (2013), a existência de controle conjunto não atende a definição de controle integral, logo, os investimentos em *joint ventures* não podem ser reconhecidos pela consolidação, mesmo que proporcional. Atualmente, o FASB, assim como o IASB, adota o método de equivalência patrimonial para o reconhecimento de investimentos em *joint ventures*.

Por outro lado, o IASB permitia, até 31 de dezembro de 2012, que as empresas com investimentos em *joint ventures* tivessem a opção de escolha entre o método de equivalência patrimonial e o método de consolidação proporcional. Contudo, apesar da possibilidade de escolha, o IASB recomendava que fosse realizado o reconhecimento pelo método de consolidação proporcional, visto que defendia ser o melhor método para representar a realidade

econômica da participação da investida na *joint venture*, posto que essa possibilidade de escolha propiciava situações em que investimentos similares fossem reconhecidos de forma diferente, afetando, assim, a comparabilidade (IASB, 2011a, *Basis for Conclusion on IFRS 11 Joint Arrangements*).

No mercado brasileiro, até o ano de 1996, não existia regulamentação referente à *joint ventures*. Somente depois da Instrução Normativa CVM n° 247, de 27 de março de 1996, emitida pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) é que passaram a ser exigidos procedimentos específicos para empresas com investimentos em *joint ventures*, estabelecendo que, para as companhias abertas, quando há o controle compartilhado, o reconhecimento deve ser realizado pelo método da consolidação proporcional, assim como recomendado pelo IASB.

O IASB, por meio da IAS 31 (2005), permitia liberdade de escolha contábil entre aplicar a CP ou o MEP no reconhecimento de investimentos em *joint ventures*, a qual era considerada uma forma para minimizar os conflitos entre as empresas que adotavam as recomendações do FASB ou do IASB. Assim sendo, a opção de aplicar um ou o outro método de reconhecimento desses investimentos era contrária à harmonização contábil proposta (Lourenço & Curto, 2010), além de a utilização de um método ou de outro resultar em diferenças consideráveis nos valores das demonstrações contábeis consolidadas das investidoras (Furuta, 2005; Richardson et. al., 2012), devido ao reconhecimento de eventos semelhantes de forma diferente, prejudicando, assim, a comparabilidade das demonstrações contábeis (Sarquis, 2015).

Portanto, a alteração do método de reconhecimento desse tipo de investimento pode gerar impactos significativos, não apenas nos valores das demonstrações contábeis, como também na qualidade da informação contábil transmitida ao mercado. Dima e Saccon (2015) declaram que a forma como os investimentos em *joint ventures* é divulgada nas demonstrações contábeis da investida afeta diretamente a qualidade da informação contábil produzida e transmitida aos usuários.

1.2 Problema de Pesquisa

A discussão sobre qual o método mais apropriado para o reconhecimento de investimentos em *joint ventures* foi objeto de debate, não apenas entre os órgãos regulamentadores, como também entre os acadêmicos e demais usuários da informação contábil (Futura, 2005; Lourenço & Curte, 2010 e Dima & Saccon, 2015).

Como forma de reduzir a divergência das práticas e, conseqüentemente, aumentar a comparabilidade e a transparência das demonstrações contábeis, por meio da eliminação das escolhas de reconhecimento, o IASB acrescentou à sua agenda o projeto relacionado a *joint ventures*, com o propósito de reduzir as diferenças entre o *International Financial Reporting (IFRS)* e as normas americanas (*United States Generally Accepted Accounting Principles (USGAAP)*), principalmente, em relação a tópicos de relevância, como é o caso dos investimentos em negócios em conjunto (IASB, 2011a, *Basis for Conclusion on IFRS 11 Joint Arrangements*).

Tal projeto mostrou-se ainda mais relevante no período da crise global, em 2007, quando demonstrou a necessidade de as demonstrações contábeis evidenciarem, da melhor forma, a relação existente entre as empresas, por meio de maior consistência, transparência e comparabilidade no reconhecimento e na divulgação dos investimentos realizados em outras sociedades. Além disso, ressaltou que devido à falta de transparência, investimentos que a empresa possui não estavam no balanço (IASB, 2011a, *Basis for Conclusion on IFRS 11 Joint Arrangements*).

Como fruto desse projeto, o IASB emitiu, em maio de 2011, a IFRS 11 – *Joint Arrangements*, a qual substituiu a IAS 31 – *Interest in Joint Ventures* e a SIC 13 – *Jointly Controlled Entities – Non-Monetary Contributions by Ventures*, representando a maior revisão já feita desde 1990 (IASB, 2011c, IFRS 11 – *Joint Arrangements*). Em conjunto com a IFRS 11, o IASB emitiu outras duas normas: a IFRS 10 – *Consolidated Financial Statements* e a IFRS 12 – *Disclosure of Interests in Other Entities*.

A primeira, IFRS 10, determina o princípio de controle, estabelecendo uma base única para consolidação e a forma de aplicar-se esse conceito, evitando que haja dificuldades na avaliação do controle e, conseqüentemente, na determinação das empresas que devem ser consolidadas (IASB, 2011b, IFRS 10 – *Consolidated Financial Statements*). Já a IFRS 12 regulamenta, especificamente, as exigências de divulgação desse tipo de investimento, o que até então não existia (IASB, 2011d, IFRS 12 – *Disclosure of Interests in other Entities*). Igualmente a IFRS 11, as IFRS 10 e 12 também entraram em vigor a partir do dia primeiro de janeiro de 2013.

Percebe-se que o principal objetivo do IASB ao emitir a IFRS 11 foi, além da redução de divergências na prática, aumentar a representação fidedigna dos investimentos em negócios em conjunto nas demonstrações contábeis, fazendo uso de um princípio básico para o reconhecimento desse tipo de investimento, obrigando as partes a reconhecerem os ativos e passivos decorrentes do acordo, além de exigir um nível maior de divulgação (Sarquis, 2015).

Portanto, com a utilização de um princípio básico, além da modificação de definições e terminologia, a IFRS 11 também eliminou a possibilidade de escolha entre os métodos de reconhecimento, determinando o método de equivalência patrimonial como obrigatório, o que, até então, a IAS 31 possibilitava a escolha entre os métodos, afetando a comparabilidade (IASB, 2011a, *Basis for Conclusion on IFRS 11 Joint Arrangements*).

Além disso, o IASB justificava a eliminação da consolidação proporcional porque ela levava ao reconhecimento de direitos e obrigações que não eram controlados pela entidade. Como consequência desse reconhecimento, tais valores estariam contrariando as definições de ativo e passivo do *Conceptual Framework for Financial Reporting* (Estrutura Conceitual), não representando, de forma apropriada, a posição patrimonial da entidade (Dima & Saccon, 2012; IASB, 2007 – *Basis for Conclusion on Exposure Draft 09 – Joint Arrangements*).

Por conta da impossibilidade de aplicar o método de consolidação proporcional, o IASB determina que o método de equivalência patrimonial seja utilizado, considerando que este seja mais adequado para o reconhecimento dos investimentos em *joint ventures*, por possibilitar que a investidora reconheça a sua parcela sobre os ativos líquidos da investida (IASB, 2011a, *Basis for Conclusion on IFRS 11 Joint Arrangements*). Nota-se que, dentre as alterações propostas pela IFRS 11, a decisão de eliminar a consolidação proporcional foi a mais polêmica, uma vez que diversos países defendiam essa abordagem, como Brasil, França, Espanha, Holanda, Suécia, Suíça e Canadá (Furuta, 2005 e Santos, 2011). Pesquisas demonstraram opinião contrária à decisão do IASB, justificando que a consolidação proporcional produz informações contábeis de maior relevância ao usuário, por apresentarem maior transparência (Kothavala, 2003, Graham et. al., 2003; Bauman, 2003; Stoltzfus & Epps, 2005, Soonawalla, 2006; Bauman, 2007, Lourenço & Curto, 2010, Lourenço et. al., 2012 e Betancourt & Baril, 2013).

Dentre os impactos ocasionados pela adoção da IFRS 11, observa-se que as empresas que possuíam investimento em entidade controlada em conjunto e que utilizavam o método de consolidação proporcional obtiveram consequências ao alterarem o método de equivalência patrimonial no reconhecimento de investimento em *joint ventures*. Para algumas empresas, passou a ser necessária a consolidação de negócios, devido à nova definição de controle, resultando, assim, em um aumento de ativos e passivos, enquanto que, em outros casos, a empresa precisou desconsolidar negócios anteriormente consolidados (Ernst & Young, 2011). Corroborando com Ernst e Young (2011), Leitner-Hanetseder e Stocking (2014) afirmam que, além de impactar os ativos e os passivos, houve influência também no valor das vendas, do EBIT, na margem de lucro, na rotatividade total dos ativos, assim como nos índices de alavancagem.

Ainda nesse contexto de descontentamento dos pesquisadores, observa-se que a decisão de eliminar a consolidação proporcional ocasionou polêmica não apenas entre os órgãos normatizadores, como também entre acadêmicos e diversos usuários das informações contábeis. Foram recebidas, até 11 de janeiro de 2008, 111 *comment letters*¹ em resposta ao *Exposure Draft 09 – Joint Arrangements*, demonstrando a importância e o efeito que essa norma pode causar nas demonstrações contábeis das empresas que possuem esse tipo de investimento (IFRS, 2008).

Dessas *comment letters* recebidas, aproximadamente dois terços apresentavam a não concordância com a emissão da IFRS 11 da forma como foi elaborada no *Exposure Draft 09*. Dentre as justificativas dos respondentes, uma das principais é que a consolidação proporcional oferece informações mais úteis, além de uma melhor análise econômica dos investimentos em conjunto, uma vez que os administradores utilizam essas informações (detalhada das operações) para a tomada de decisões gerenciais e o gerenciamento de riscos (Deloitte, 2008). Portanto, há uma preocupação com o IASB em buscar maior convergência com o FASB, eliminando a possibilidade de escolhas às custas da qualidade da informação contábil.

Nesse contexto de qualidade informacional, diversos estudos são realizados, utilizando com *proxies* para verificar a qualidade da informação contábil, dentre outras, o conservadorismo condicional, a persistência dos resultados contábeis, o gerenciamento de resultados e o *value-relevance* (Paulo & Martins, 2007; Barth, Landsman & Lang, 2008; Dechow, Ge & Schrand, 2010 e Rodrigues, 2012).

Diante disso, considerando a importância e a representatividade que esse tipo de investimento possui, verifica-se que a adoção da IFRS 11 pode gerar efeitos significativos na forma da apresentação dos demonstrativos contábeis, assim como nos indicadores financeiros e em notas explicativas. Portanto, se essas alterações não forem compreendidas corretamente pelos usuários da informação, poderão ocasionar diversos problemas na interpretação das informações, afetando também a tomada de decisão (Betancourt & Baril, 2013).

Por fim, considerando que a qualidade da informação contábil é determinada de acordo com o grau de funcionalidade aos usuários externos, assim como pelo auxílio nas decisões da organização, tais informações precisam ser fundamentadas em sua relevância e apresentarem-se de forma fidedigna (Sousa, Viana Júnior, Castro, Domingos & Ponte, 2018). Além disso, tendo em vista que a adoção da IFRS 11 acarretou impactos significativos no mercado brasileiro devido às empresas reconhecerem, até então, os seus investimentos em *joint ventures* pelo

¹*Comment letters*: refere-se às cartas que indivíduos e entidades enviam em resposta a pedido de comentários públicos sobre propostas de regras ou lançamentos de conceitos de órgãos reguladores.

método de consolidação proporcional, tem-se a seguinte questão de pesquisa: **Qual o efeito na qualidade da informação contábil a partir da obrigatoriedade do uso da equivalência patrimonial em relação à consolidação proporcional, conforme determinado na IFRS 11?**

1.3 Objetivos

1.3.1 Objetivo Geral

O objetivo geral do estudo é verificar o efeito na qualidade das informações contábeis divulgadas pelas empresas, sob a ótica da persistência dos resultados contábeis, do conservadorismo condicional, do gerenciamento e da relevância dos resultados, resultante da eliminação da consolidação proporcional e aplicabilidade do método de equivalência patrimonial, determinada pela IFRS 11, em empresas brasileiras de capital aberto com investimentos em *joint ventures*, listadas na Brasil, Bolsa e Balcão.

1.3.2 Objetivos Específicos

Para verificar o efeito na qualidade das informações contábeis, sob a ótica das dimensões da qualidade estabelecidas para esta pesquisa, propõem-se quatro objetivos específicos, sendo cada um deles relacionado a uma dimensão:

- a. Analisar os efeitos da mudança do método de contabilização estipulado pela IFRS 11 sobre a persistência dos resultados contábeis;
- b. Examinar os efeitos da mudança do método de contabilização determinado pela IFRS 11 sobre o conservadorismo condicional;
- c. Analisar os efeitos da mudança do método de contabilização definido pela IFRS 11 em relação ao gerenciamento dos resultados contábeis;
- d. Avaliar os efeitos da mudança do método de contabilização firmado pela IFRS 11 sobre a relevância das variáveis contábeis na estimação dos preços dos ativos;

1.4 Construção das Hipóteses

De acordo com Martins e Theóphilo (2009), as hipóteses possibilitam ordem e lógica à pesquisa, exercendo função de guias a uma investigação. Esses autores ainda afirmam que possuem várias conceituações para hipótese de pesquisa, possuindo significado de proposição afirmativa, conjectura, suposição e antecipação de resposta ao problema, podendo esta ser aceita ou refutada pelos resultados da pesquisa. Kerlinger (2013) colabora ao afirmar que se trata de um enunciado conjectural, que relaciona duas ou mais variáveis.

Portanto, tendo em vista o problema de pesquisa e os objetivos prescritos, sustentado pelo referencial teórico sobre os métodos de reconhecimento de investimentos em *joint ventures*, bem como acerca da qualidade informacional, o presente estudo tem a seguinte hipótese de pesquisa:

H₁: Houve melhora na qualidade das informações contábeis após a mudança do método de reconhecimento dos investimentos em joint ventures determinado pela IFRS 11.

A hipótese de pesquisa possui essa construção, pois acredita-se que a aplicação dos padrões internacionais de contabilidade propicie uma melhora na qualidade das informações contábeis, isto é, a aplicação do método de equivalência patrimonial (IFRS 11), ao invés da consolidação proporcional, reconhecida pela Instrução CVM 247/96. Segundo Dechow *et. al.* (2010), essa qualidade das informações é contextual, visto que elas derivam do modelo de gestão, assim como se os modelos contábeis determinados capturam o desempenho econômico da empresa.

Desse modo, para testar a hipótese de pesquisa serão formuladas hipóteses de teste, a fim de validar as dimensões de qualidade da informação contábil recomendadas pela literatura. As dimensões de qualidade que este estudo abrange são: persistência dos resultados, conservadorismo, relevância das informações contábeis (*value relevance*) e gerenciamento dos resultados contábeis (qualidade quando não há gerenciamento) (Barth *et. al.*, 2008 e Dechow *et. al.*, 2010). Estas dimensões da qualidade serão descritas na seção 3.2.

1.5 Justificativas e Contribuições Obtidas

Diversos estudos tiveram como foco a divergência existente que decorre da falta de consenso entre os órgãos normatizadores acerca do método mais apropriado para o

reconhecimento dos investimentos em *joint ventures* (Furuta, 2005; Lourenço & Curto, 2010; Dima & Saccon, 2012; Lourenço et. al., 2012; Leitner-Hanetseder & Stockinger, 2014; Sarquis, 2015). Nota-se que há vários argumentos favoráveis e contrários para ambos os métodos (equivalência patrimonial e consolidação proporcional), justificando a dificuldade de existir um consenso entre eles.

O presente estudo contribui com esse debate, no entanto, sob uma perspectiva diferente. Pretende fornecer tanto para os órgãos normatizadores quanto para os acadêmicos e demais usuários da informação contábil os efeitos na qualidade informacional, resultante da obrigatoriedade do método de equivalência patrimonial em relação à consolidação proporcional, isto é, encontrar um método que forneça informações mais úteis aos usuários dos investimentos em *joint ventures* à luz da Teoria da Divulgação.

Conforme mencionado, devido à representatividade dos investimentos em *joint ventures*, especialmente no mercado brasileiro, a importância da regulamentação contábil desse tipo de investimento torna-se ainda mais relevante. Segundo Richardson *et. al.* (2012), é fundamental e tempestiva a análise sobre os impactos da adoção de métodos alternativos para os investimentos em *joint ventures*, considerando que tal alteração é recente.

A implantação da IFRS 11 tem capacidade para gerar impactos significativos na forma de apresentação das demonstrações contábeis, tornando-se importante a análise dos impactos da sua adoção, uma vez que não há apenas alteração no método de reconhecimento dos investimentos em *joint ventures*, mas também nas informações contábeis produzidas e transmitidas ao mercado (Dima & Saccon, 2012). Diante disso, a presente pesquisa torna-se relevante, porque analisa os efeitos da adoção da IFRS 11, uma vez que Barth (2008) reconhece que uma das funções da pesquisa acadêmica é investigar a adoção de métodos alternativos, bem como as implicações causadas.

Considera-se que um dos principais objetivos da contabilidade é o de oferecer informações relevantes aos diversos usuários da informação, transmitindo, de forma inteligível e inteligente, dados acerca da natureza econômica, financeira, física, de produtividade, bem como informação social aos vários grupos de usuários da informação contábil (Iudícibus, Martins & Carvalho, 2005). Diante disso, a qualidade da informação contábil tem sido objetivo de diversos estudos, alguns deles com a finalidade de investigar a melhoria ou não da qualidade, após a convergência das normas internacionais (Paananen, 2008, Bagaeva 2008, Barth et. al., 2008, Coelho, Niyama & Rodrigues, 2011, Rodrigues, 2012).

Neste aspecto, apesar do presente estudo possuir a mesma finalidade, ele contribui por ter, como foco, a adoção de uma norma em especial, a IFRS 11. Além disso, analisa os efeitos

que tal norma proporciona às demonstrações contábeis ao substituir a consolidação proporcional pelo método de equivalência patrimonial nas empresas do mercado brasileiro.

Diante disso, tendo em vista que a qualidade da informação pode ser contextual, como afirmam Dechow et al (2010), cada modelo de decisão pode variar conforme o cenário em que a contabilidade está inserida, podendo melhorar ou piorar com a adoção de padrões internacionais de contabilidade. Portanto, ao observar o esforço que o IASB tem realizado para produzir padrões com alta qualidade informacional, assim como o objetivo da contabilidade em fornecer informações com qualidade, o presente estudo justifica-se por investigar dimensões da qualidade da informação contábil a fim de verificar se a qualidade das informações contábeis melhora após a adoção das IFRS.

Diante disso, para os órgãos normatizadores, a pesquisa contribui ao fornecer evidências sobre os efeitos da adoção da IFRS no mercado brasileiro, certificando-se de que a harmonização entre o FASB e o IASB proporcionou ou não um aumento na qualidade das informações nas demonstrações contábeis das entidades.

Para a academia, o estudo colabora para a discussão teórica sobre os conceitos dos dois métodos de reconhecimento de investimentos em *joint ventures*. Ademais, fornecerá evidências empíricas sobre os efeitos causados na qualidade da informação das demonstrações contábeis quando reconhecido pelo método da consolidação proporcional comparada ao método da equivalência proporcional.

A utilização de outros métodos para o reconhecimento de investimentos em *joint ventures* pode ter como resultado demonstrações contábeis bastante diferentes, podendo ocasionar impactos significativos nas informações contábeis das empresas que possuem esse tipo de investimento, com a adoção da IFRS 11 (Sarquis, 2015). Sendo assim, se esses efeitos não forem compreendidos pelos usuários da informação contábil, podem ocorrer problemas na interpretação dessas informações, refletindo então, nas tomadas de decisões (Betancourt & Baril, 2003).

Portanto, percebe-se que há necessidade de explorar mais as dimensões de qualidade da informação contábil quando utilizado os padrões internacionais de contabilidade, pois segundo Dechow et al (2010) ao investigar as consequências e determinantes da qualidade da informação contábil, é possível conhecer melhor as particularidades que influenciam a escolha dos seus usuários no momento de alocarem seus recursos, assim como elaborar padrões mais adequados ao processo decisório dos usuários da informação contábil.

1.6 Delimitação da Pesquisa

Embora o IASB tenha emitido 17 IFRS, a presente pesquisa delimita-se à análise, especificamente, dos impactos da adoção da IFRS 11 em todas as empresas que apresentam investimentos em *joint ventures*, não contemplando, portanto, outros tipos de investimentos abordados na referida IFRS, como *joint operations*. Quanto ao mercado, o estudo analisou apenas as empresas de capital aberto que operam no mercado brasileiro, não sendo possível, então, generalizar os resultados a outros países nem a outras empresas.

Por utilizar como fonte de dados informações divulgadas pelas próprias companhias, as análises realizadas incluem apenas as empresas de capital aberto, listadas na B3, nos anos de 2010 a 2017. Apesar de haver um número extenso de relatórios e demonstrações contábeis que podem ser utilizados pelas empresas como meio de comunicação com os usuários externos, utilizam-se como fontes de informações da pesquisa as Notas Explicativas e as Demonstrações Consolidadas, uma vez que se acredita serem fontes legítimas de informações.

Ainda que as escolhas contábeis possam referir-se a critérios de reconhecimento, mensuração e evidenciação que afetam a prática contábil e são derivadas da adoção de algum padrão contábil internacional (IFRS), na concepção desta pesquisa, essas escolhas contábeis estão relacionadas à escolha do método de reconhecimento dos investimentos em *joint ventures*, a fim de verificar o efeito na qualidade da informação contábil a partir da obrigatoriedade do uso do método de equivalência patrimonial em relação à consolidação proporcional. Assim, buscou-se identificar se houve melhoria na qualidade da informação, tendo como base a Teoria da Divulgação.

1.7 Estrutura da Pesquisa

Esta pesquisa está dividida em cinco capítulos, dispostos da seguinte forma: o primeiro capítulo compreende a introdução, que contempla a contextualização, o problema de pesquisa, os objetivos (geral e específicos), as hipóteses desenvolvidas no estudo, as justificativas e as contribuições esperadas, bem como as principais delimitações do presente trabalho.

O segundo capítulo apresenta a plataforma teórica utilizada como suporte para a análise dos resultados, sendo dividido em quatro partes. A primeira parte aborda o processo de convergência internacional contábil, tendo como foco a IFRS 11. A segunda parte refere-se à base teórica utilizada na pesquisa, assim como as dimensões da qualidade da informação que serão adotadas neste estudo. A terceira parte versa sobre o desenvolvimento histórico da

normatização desse tipo de investimento tanto no cenário internacional quanto no cenário brasileiro. Por sua vez, a quarta parte trata do objeto principal da pesquisa: negócio em conjunto.

O terceiro capítulo enfoca a metodologia utilizada na pesquisa, apresentando o procedimento para seleção da amostra e os métodos empregados para coleta e tratamento dos dados. O quarto capítulo retrata os resultados obtidos e o quinto capítulo contempla as conclusões, considerações finais e sugestões para novas pesquisas.

2. PLATAFORMA TEÓRICA

Este capítulo propõe apresentar os principais conceitos e estudos anteriores relacionados ao tema pesquisado, envolvendo convergência internacional da contabilidade, consolidação, *joint ventures*, equivalência patrimonial e qualidade da informação contábil.

2.1 O Brasil e a Convergência Internacional da Contabilidade

2.1.1 Convergência e Harmonização Contábil

O desenvolvimento tecnológico, o crescimento do comércio internacional, o processo de globalização e, conseqüentemente, as mudanças necessárias nas estruturas empresariais fortaleceram a interdependência entre as nações. Assim, vê-se a contabilidade como a linguagem dos negócios, no entanto, não de forma homogênea em termos internacionais, uma vez que cada país ainda possui e mantém as suas práticas contábeis locais, mesmo havendo um progresso da harmonização das normas internacionais de contabilidade (Niyama, 2010 e Madeira, Assis & da Silva, 2004).

Tal harmonização está sendo aos poucos alcançada por meio do desenvolvimento de um conjunto único de normas contábeis de alta qualidade, de interesse público e compreensíveis para demonstrações financeiras de uso geral, que é um dos objetivos do IASB no decorrer da publicação das IFRS (Lima, 2010). Diferentemente da padronização, a harmonização é o processo que preserva as particularidades contábeis do país, permitindo uma reconciliação das informações contábeis de outros países, de forma a aprimorar a troca de informações em relação à sua interpretação e compreensão (Niyama, 2010).

Nesse contexto, o IASB procurou desenvolver um conjunto de normas internacionalmente aceitas que contivessem características que concedessem alto grau de qualidade às informações contábeis (Barth, Landsman & Lang, 2008), uma vez que padrões contábeis distintos afetam a qualidade da informação contábil, a sua divulgação, a avaliação e a comparação do desempenho e a eficiência de entidades que atuam em diversos países (Santos, Lima, Freitas & Lima, 2011). Sendo assim, espera-se que as normas contábeis adotada pelos países influenciem significativamente a qualidade da informação contábil (Santos et. al., 2011).

Tem sido um desafio para diversos países adotar as IFRSs emitidas pelo IASB, a fim de produzir informações contábeis comparáveis e de alta qualidade, como é o caso da União

Europeia, que ocorre desde 2005. O Brasil também vem realizando esforços perante a isso, no entanto, realizou a adoção em dois momentos: em 2008, de forma facultativa, a primeira fase e, em 2010, a fase final, obrigatória para todas as empresas listadas na B3, para o *full IFRS* (Santos, 2012).

2.1.2 Brasil e o Processo de Convergência

A Resolução do CFC n. 1.055/05 teve como objetivo a criação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, entidade que divulga pronunciamentos e orientações contábeis, levando sempre em consideração a convergência da Contabilidade Brasileira aos padrões internacionais.

No Brasil, o processo de convergência deu-se com a promulgação da Lei n. 11.638/07, a qual ocasionou alterações consideráveis nas práticas contábeis adotadas no país, principalmente, em relação à avaliação de itens patrimoniais e reestruturação do grupo patrimônio líquido, levando em consideração os conceitos de essência sobre a forma e de valor justo, de modo a representar a realidade econômica das entidades e do patrimônio (Santos et. al., 2011).

Com a implantação da Lei n. 11.638/07, a convergência das normas internacionais, no Brasil, passou a ser acompanhada pelo Estado, bem como por seus órgãos reguladores: CVM e Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) (Santos et. al., 2011). Observa-se que, por meio da Lei n. 11.638/07, no Art. 5º, a Lei n. 6.385/76 foi alterada, passando a permitir que a CVM e o Banco Central do Brasil, assim como demais órgãos e agências reguladoras, possam ter convênio com entidades que têm como objetivo estudar e divulgar princípios, normas e padrões de contabilidade e auditoria, podendo adotar, no todo ou em partes, os pronunciamentos e as orientações técnicas emitidas.

2.1.3 Convergência entre IFRS e US GAAP

Apesar do processo de harmonização existir, há uma falta de consenso entre os pronunciamentos contábeis emitidos pelo IASB e FASB, denominados IFRS e US GAAP, respectivamente. No entanto, há um estreito relacionamento entre esses dois órgãos, quanto aos projetos que se limitam às diferenças entre suas normas, tornando-se assim possível a convergência com alta qualidade e em pouco tempo (Villela, 2007).

Ambos os órgãos, IASB e FASB, empenham-se para eliminar essas diferenças durante o projeto de convergência, entre outras formas, por meio de Memorandos de Entendimento (*Memorandums of Understanding – MoUs*) acordado por eles em outubro de 2002 e em fevereiro de 2006 (Lima, 2010). Tais planos de trabalho ocorreriam em duas frentes: (1) projetos de convergência de curto-prazo e (2) projetos conjuntos. Na primeira frente, teriam como objetivo diferenças menores entre IFRS e US GAAP, que pudessem ser resolvidas em curto prazo de tempo, modificando um ou outro pronunciamento para a melhor alternativa existente. Na segunda, as alterações ocorreriam de maneira conjunta em ambos os pronunciamentos, sendo emitido um novo pronunciamento convergido (Lima, 2010).

Entre esses planos de trabalho, o IASB acrescentou o projeto relacionado a *joint ventures*, como forma de reduzir as diferenças entre as IFRS e US GAAP com relação aos investimentos em negócios em conjunto. Como resultado, o IASB emitiu, em maio de 2011, a IFRS 11 – *Joint Arrangements*, a qual determina que os investimentos em negócio em conjunto deveriam ser, obrigatoriamente, reconhecidos pelo método de equivalência patrimonial e não mais por consolidação proporcional, retirando a possibilidade de escolha entre os métodos utilizados por ambos os órgãos, IASB e FASB (IASB, 2011a, *Basis for Conclusion on IFRS 11 Joint Arrangements*).

2.2 Teoria da Divulgação

O IASB procurou desenvolver um conjunto de normas que fossem internacionalmente aceitas e que concedessem alto grau de qualidade às informações contábeis, visto que padrões contábeis distintos afetam diretamente a qualidade da informação contábil, bem como a sua divulgação, a avaliação e a comparação do desempenho e a eficiência de entidades que atuam em diversos países. Para Yamamoto e Salotti (2006), a informação contábil pode ser considerada como aquela que altera o posicionamento de seu usuário em relação à empresa e, por meio de interpretações, consegue até solucionar problemas.

A informação contábil pode afetar o comportamento tanto dos usuários das informações quanto de seus provedores, visto que a tendência natural dos usuários é exigir um número de informações cada vez maior, com maior grau de precisão possível e em menor espaço de tempo (Yamamoto & Salotti, 2006). Portanto, a divulgação de tais informações é definida por Gibbins, Richardson e Waterhouse (1990) como sendo a informação contábil qualitativa ou quantitativa comunicada pela empresa por meio de canais formais ou informais, tendo como principal objetivo o fornecimento de dados úteis aos usuários.

De acordo com Kothari (2001), grande parte das pesquisas publicadas na literatura contábil tem relacionado as informações contidas em relatórios contábeis e o mercado de capitais. Corroborando com Kothari (2001), Salotti e Yamamoto (2005) apontam que a Teoria da Divulgação vem sendo abordada desde a década de 80 pela pesquisa positiva internacional em contabilidade. Afirmam ainda que o principal objetivo dessa linha de pesquisa é explicar o fenômeno da divulgação de informações financeiras, como: determinar qual o efeito da divulgação de demonstrações contábeis no preço das ações, explicar razões para que determinada informação seja divulgada voluntariamente e porque este ou aquele método está sendo utilizado.

Dentre os estudos que abordaram a teoria da divulgação, destacam-se os *papers* de Verrecchia (2001) e Dye (2001), publicados no *Journal of Accounting and Economics*, os quais analisam e criticam as obras existentes, até então, acerca do assunto. Enquanto Dye (2001) defende que a teoria da divulgação já se encontra em um estágio avançado e que pode ser considerado como desenvolvida, Verrecchia (2001) afirma que não há uma teoria da divulgação abrangente ou unificada, não existindo nenhum paradigma central, nem uma única noção convincente para dar origens as demais pesquisas.

Diante dos achados na literatura, percebe-se que, apesar de ser uma teoria abordada desde a década de 80, são escassos os trabalhos que a envolvem nos últimos anos. Estudos como os de Healy e Papelu (2001) e Lambert, Leuz e Verrecchia (2007) apresentam a divulgação voluntária com sendo um fator que contribui para a diminuição da assimetria informacional entre *insiders* e *outsiders*.

Outra abordagem encontrada refere-se à relação entre a divulgação voluntária e o gerenciamento de resultados. Murcia e Wuerges (2011) exploram essa relação entre os anos de 2006 a 2008, usando uma amostra das 100 maiores empresas listadas na B3 e têm, como resultado, que há uma associação parcialmente negativa entre divulgação voluntária e gerenciamento de resultados.

Nessa mesma perspectiva, Consoni, Colauto e Lima (2017) investigaram a relação entre a divulgação voluntária de informações econômicas e financeiras e o gerenciamento de resultados no mercado de capitais brasileiro e concluíram que a divulgação voluntária e o gerenciamento de resultados não são simultaneamente determinados ou associados.

De acordo com Verrecchia (2001), existem três categorias amplas de pesquisa:

- Pesquisa sobre a Divulgação Baseada em Associação;
- Pesquisa sobre a Divulgação Baseada em Julgamento; e
- Pesquisa sobre a Divulgação Baseada em Eficiência.

A primeira categoria envolve pesquisas que têm como objetivo investigar a relação (ou associação) entre a divulgação e as mudanças no comportamento dos investidores (Verrecchia, 2001). De acordo com Salotti e Yamamoto (2005), a principal característica desse modelo de pesquisa é o estudo dos efeitos da divulgação nas mudanças das ações dos investidores, principalmente, em relação ao comportamento dos preços dos ativos e do volume de negociação.

Já a segunda categoria inclui pesquisas que buscam identificar quais os motivos da divulgação, isto é, analisam como os administradores das empresas decidem divulgar determinadas informações, levando em consideração os incentivos que os administradores/empresas têm para fazê-lo (Verrecchia, 2001).

Por último, a terceira categoria compreende pesquisas que têm como objetivo averiguar quais configurações de divulgação são as preferidas (Verrecchia, 2001), ou seja, são trabalhos que discutem quais os tipos de divulgação são mais eficientes (Salotti e Yamamoto, 2005).

Por fim, como o objetivo desta pesquisa é verificar o efeito na qualidade das informações contábeis, resultante da eliminação da consolidação proporcional e aplicabilidade do método de equivalência patrimonial, a fim de determinar qual dos dois métodos apresenta mais eficiência, tendo como embasamento as informações divulgadas pelas entidades, o estudo enquadra-se na categoria de Pesquisa sobre Divulgação Baseada em Eficiência, de acordo com Verrecchia (2001).

2.2.1 Qualidade da Informação Contábil

Tem-se que um dos principais objetivos da contabilidade é o de oferecer informações a respeito da vida das empresas (Machado & Santos, 2004) aos mais diversos usuários da informação. Para tanto, foi aprovada a Estrutura Conceitual para Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis do IASB, com o objetivo de ser utilizada como base para elaboração dos padrões contábeis, a fim de conceder informações úteis e relevantes aos usuários.

De acordo com a Estrutura Conceitual do IASB e, no Brasil, o Pronunciamento Técnico sobre Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis (CPC 00, 2011), as características qualitativas devem ter: relevância, representação fidedigna, comparabilidade, confiabilidade, tempestividade e compreensibilidade. Corroborando com o que expressa a Estrutura Conceitual (2011), Hendriksen e Van Breda (1999, p. 95) reconhecem que as características qualitativas da informação contábil são “propriedades da informação que são

necessárias para torná-la útil”, isto é, a qualidade da informação está diretamente associada à sua utilidade para os usuários.

Entretanto, a qualidade da informação contábil é difícil de ser observada, tornando-se, conseqüentemente, difícil a sua mensuração (Isidro & Raonic, 2012), além do termo qualidade contábil ser muito vago e difícil de ser definido (Morais & Curto, 2008 e Mazzioni & Klann, 2018). Dechow e Schrand (2004, p. 2) declaram que a “qualidade dos resultados é contextual, ela significa coisas diferentes para os diferentes usuários das demonstrações financeiras”, ou seja, a qualidade da informação contábil depende do ambiente econômico, político e social (Paulo & Martins, 2007).

Diante disso, Mazzioni e Klann (2018) analisaram, em contexto internacional, como as características do ambiente de negócios interferem na qualidade da informação. Após considerar empresas localizadas em 12 países, concluíram que empresas situadas em países com menor tributação, ambiente legal mais forte, índice de desenvolvimento econômico e financeiro superior, com origem *common law*² e com grau de internacionalização maior, apresentam médias mais elevadas com relação à qualidade da informação contábil.

Há diversos fatores que influenciam a qualidade da informação contábil, como a adoção dos padrões de contabilidade, especialmente em relação às IFRSs (Barth, Landsman & Lang, 2008), o sistema legal vigente no país (La Porta, Lopez-De-Silanes & Shleifer, 2008), assim como devido ao sistema de governança corporativa, auditoria e tributação a que a entidade está sujeita (Paulo, Cavalcante & Melo, 2012).

Portanto, por não haver concordância ou uma abordagem geralmente aceita, a fim de mensurar a qualidade dos resultados contábeis (Yoon, 2007), diversos estudos buscam determinar *proxies* para mensurar a qualidade das informações contábeis. Dentre as principais abordagens, Dechow *et al.*, (2010) destacam algumas que são utilizadas para identificar informações de qualidade, dividindo-as em três blocos:

1. Quanto à propriedade dos resultados: persistência dos resultados, processo de modelagem dos *accruals* normais e anormais, suavização dos resultados, reconhecimento pontual de perdas e cumprimento das metas;
2. Quanto à reação aos resultados pelo investidor: utilização de modelos com significância do retorno/lucro como *proxy* de qualidade dos resultados e para qualidade do auditor;

²*Common law*: sistema jurídico que tem, como predominância, um direito baseado em usos e costumes, ou seja, é um direito consuetudinário, direito comum que não passa por um processo de criação de leis, sendo aplicadas soluções específicas para cada situação. Na contabilidade, entende-se como um sistema que tem pouca influência do governo e que tem, como característica, a essência sobre a forma.

3. Quanto aos indicadores externos de erros nos resultados: controles internos fracos, regulação e republicações.

Ademais, Dechow *et al.* (2010) identificaram que as pesquisas empíricas não se preocupam em mensurar a qualidade, mas apenas em determinar e testar métricas válidas, podendo, assim, ser realizada a mensuração da qualidade informacional contábil.

Dessa forma, diversos estudos foram realizados utilizando métricas para mensurar a qualidade da informação contábil. Dentre eles, no cenário brasileiro, Paulo e Martins (2007) utilizaram as métricas de persistência nos resultados, conservadorismo e gerenciamento de resultados, enquanto que Barth, Landsman e Lang (2008) fizeram uso do gerenciamento de resultados, reconhecimento pontual da perda e valor relevante da empresa, a fim de comparar diversos países quando utilizaram, de forma voluntária, as IFRSs.

Com relação às abordagens descritas por Dechow *et al.*, (2010), este estudo enquadra-se em propriedade dos resultados, uma vez que utilizará *proxies* para analisar a persistência dos resultados, o conservadorismo e o gerenciamento de resultados. No entanto, será acrescida à análise a *proxy* de *value relevance*, haja vista que a adoção das normas internacionais, ou seja, implementação da IFRS 11, possa influenciar o valor da empresa.

2.2.1.1 Persistência dos Resultados Contábeis

De acordo com Dechow e Schrand (2004), a persistência dos resultados contábeis é uma *proxy* para a qualidade da informação contábil e “os resultados contábeis são de alta qualidade quando os números dos resultados exatamente anualizam o valor intrínseco da firma” (Dechow & Schrand, 2004, p. 5). Segundo Wakil (2011), a persistência é descrita como a capacidade de uma determinada variável prescrever outra, em um período futuro, e por uma maior previsibilidade de lucros estar associada a uma maior persistência. Corroborando com Wakil (2011), Frankel e Litov (2009) afirmam que a persistência do lucro fundamenta-se na compreensão do papel desempenhado pelo lucro corrente na avaliação da empresa.

Conforme afirmado por Rodrigues (2012, p. 39), estudos que envolvem “persistência dos resultados contábeis indicam que quanto maiores forem as persistências dos resultados, melhores serão como *proxies* para qualidade da informação contábil quando comparado com menores persistências de resultados”. Exemplificando isso, Bruzoni Júnior, Coelho, Ott & Menegat (2017) examinaram a qualidade da informação contábil após a adoção da IFRS em

países do GLENIF³ e constataram que apenas três países apresentaram dados contábeis mais persistentes após a adoção desses padrões, possuindo, assim, uma qualidade informacional contábil superior àqueles países que não apresentaram dados contábeis persistentes.

Ainda nessa perspectiva, para Dechow *et al.* (2010), a persistência é aplicada como *benchmark* para avaliação patrimonial, haja vista que essa característica colabora na avaliação dos ativos das entidades. Devido a isso, os investidores têm avaliado o desempenho da entidade, presumindo que o desempenho atual é um indício para o desempenho futuro.

Dechow *et al.* (2010) afirmaram que os fluxos de caixa são mais voláteis que os lucros, portanto, os lucros contábeis apresentam maior persistência do que os fluxos de caixa. No entanto, afirmam que a utilização dos lucros contábeis como *proxy* para medir a qualidade da informação contábil, caso estes representem verdadeiramente o desempenho para um determinado período e se este desempenho persistir em períodos futuros, estando livre de manipulações.

Paulo, Cavalcante e Melo (2012) analisaram se a qualidade da informação contábil das companhias abertas brasileiras era afetada significativamente pela oferta pública de ações e debêntures e concluíram que, em relação à persistência, os resultados contábeis reportados demonstraram ser mais persistentes do que os fluxos de caixa. Entretanto, observam que há uma menor persistência dos resultados no ano em que há a oferta pública de ações, assim como no ano anterior a esse fato.

Por fim, de acordo com Paulo (2007), pode ocorrer, em certas situações, de atividades desenvolvidas na empresa necessitarem de um maior número de estimações e julgamentos, ocasionando o aumento do volume de *accruals* contábeis. Dessa forma, esses *accruals* possuirão maior erro de estimação e, conseqüentemente, reduzirão a persistência dos resultados. Tal fato, segundo esse mesmo autor, está associado à falha do sistema contábil em registrar certos eventos.

2.2.1.2. Conservadorismo Condicional

No Pronunciamento Técnico CPC 00 (2008) o conservadorismo ou a prudência é definido como o emprego de cautela em relação aos julgamentos necessários para realização de estimativas de eventos incertos, fazendo com que ativos não sejam superestimados e que passivos não sejam subestimados, pois, caso isso ocorra, as demonstrações contábeis deixariam

³GLENIF: Trata-se de um grupo denominado como Grupo Latino-Americano de Emissores de Normas de Informação Financeira, constituído por entidades emissoras de normas contábeis de 17 países da América Latina.

de ser neutras e, como decorrência, não confiáveis (Souza, Castro, Viana Júnior, Domingos & Ponte, 2018).

De acordo com Hendriksen & Van Breda (1999, p. 105), “a informação a respeito de uma dada empresa deve ser apresentada, de modo a permitir que os usuários de relatórios contábil-financeiros façam seus próprios julgamentos quanto ao futuro da organização”, a fim de demonstrar a realidade econômica da empresa. Saiki e Antunes (2010) expressam que a adoção das normas internacionais proporcionou mudanças tanto em relação à elaboração das demonstrações contábeis quanto em relação às escolhas contábeis, porque tais normas são mais baseadas em princípios do que em regras, permitindo, assim, que os gestores façam uso de seu julgamento para definição dos critérios contábeis adotados.

Portanto, para Grecco, Geron e Formigoni (2009), devido à possibilidade de julgamento por parte dos gestores, pode-se inferir que a adoção das normas internacionais propiciou um aumento na qualidade das informações contábeis, haja vista que, fundamentando as suas escolhas contábeis em princípios ao invés de regras, serão elaboradas informações contábeis com maior fidedignidade. E, segundo Dechow *et al.* (2010), um dos elementos que pode estar intrinsicamente relacionado a essa melhora da qualidade da informação contábil é o conservadorismo. Afirmam ainda que conservadorismo é uma *proxy* utilizada na mensuração da qualidade da informação contábil.

Diversos estudos (Basu, 1997, Ball & Shivakumar, 2005 e Banker, Basu, Byzalov & Chen, 2016) conceituam o conservadorismo, sendo que, para Basu (1997), o conservadorismo seria quando as más notícias (*bad news*) refletem mais rapidamente no resultado, comparado às boas notícias (*good news*).

Em um outro estudo, Ball e Shivakumar (2005) classificam-no como conservadorismo condicional e conservadorismo incondicional, os quais mencionam que o conservadorismo condicional corresponde ao fenômeno que associa a antecipação do registro e a possibilidade de perdas, enquanto que o conservadorismo incondicional é aquele que divulga incondicionalmente valores baixos de lucro e patrimônio líquido. Rodrigues (2012) complementa afirmando que o condicional seria a resposta dos administradores às notícias e que o segundo já está inserido nas operações normais da empresa.

O modelo de Basu (1997) é bastante utilizado na literatura contábil, tanto internacionalmente como no Brasil. Tal estudo investigou o reconhecimento de notícias más e boas, constatando que as notícias más refletem mais rapidamente no resultado do que as boas notícias.

Estudos como de Xu e Lu (2008) utilizaram o modelo de Basu (1997) para investigar o nível de conservadorismo condicional de empresas listadas na bolsa de valores chinesa e constataram que o nível de mercado que a empresa está inserida interfere o grau de conservadorismo condicional. No Brasil, estudos como de Santos, Marques, Rech e Costa (2013), Santos e Cavalcante (2014), Bruzoni et al. (2015) e Sousa, Sousa e Demonier (2016) e Souza et al.(2018) utilizaram o modelo de Basu (1997) a fim de encontrar evidências se o conservadorismo condicional é afetado após a adoção das normas internacionais (IFRS). Desses estudos, apenas Bruzoni et al. (2015) e Souza et al.(2018) verificaram práticas de conservadorismo, sendo que, nos outros três estudos, não houve mudança no nível de conservadorismo.

No entanto, apesar do modelo Basu (1997) ser bastante utilizado na literatura contábil, Banker, Basu, Byzalov e Chen (2016) fazem uma crítica ao modelo original. Esses autores afirmam que tal modelo apresenta um nível de erro de 25%, decorrente da assimetria dos custos causada pela variação das vendas e acrescentam ao modelo, como forma de corrigir a assimetria, uma variável *dummy* em relação ao número de vendas e uma outra variável referente à variação das vendas. Estudos mais recentes (Silva, Hein & Kroenke, 2017 e Silva, Rohenkohl & Cunha, 2017) têm abordado o modelo de Banker *et al.* (2016) como métrica para o conservadorismo condicional.

Deste modo, mesmo que o conservadorismo seja confrontado com a neutralidade (característica de qualidade da informação contábil), é reconhecido como uma *proxy* da qualidade informacional, uma vez que implica o reconhecimento assimétrico entre boas e más notícias pelos preparadores da informação (Souza et al., 2018).

2.2.1.3 Gerenciamento de Resultados Contábeis

Para Healy e Wahlen (1998), o gerenciamento de resultados ocorre quando há julgamento acerca dos relatórios financeiros, a fim de alterá-los e, com isso, mascarar sobre o verdadeiro desempenho econômico da entidade para os *stakeholders* ou para influenciar os resultados contratuais. Paulo (2007) faz uso do termo manipulação ao invés de gerenciamento de resultados, pois acredita ser mais adequado para descrever esse evento, haja vista que o termo manipulação remete ao ato de interferir. Logo:

Manipulação das informações contábeis é o conjunto de práticas desenvolvidas pelos administradores, seja através de escolhas contábeis ou alteração das atividades

operacionais (reais) normais da empresa, com o objetivo de interferir, intencionalmente, na informação contábil reportada e, conseqüentemente, afetar a análise do desempenho da empresa ou influenciar as relações contratuais que dependem dos números contábeis (Paulo, 2007, p. 12).

Martinez (2001) ressalta que gerenciamento de resultados não é fraude, uma vez que se opera dentro dos limites permitidos pela legislação contábil. Porém, em casos que a legislação contábil concede certa discricionariedade para os gestores, estes realizam as suas escolhas contábeis não em razão da realidade da empresa, mas em função de outros incentivos.

Para Dechow e Skinner (2000), pode haver escolhas contábeis que estão em conformidade com as normas contábeis, contanto que elas não tenham a intenção de obscurecer ou mascarar a real performance econômica da companhia. Assim, quanto mais elevada for a qualidade dos lucros, melhor será o fornecimento de informações sobre o desempenho econômico-financeiro da entidade, as quais são fundamentais para realizar tomada de decisões (Dechow, Ge & Schrand, 2010).

Entretanto, Dechow e Skinner (2000) ressaltam que embora esses conceitos sejam amplamente aceitos, são difíceis de serem operacionalizados metodologicamente nas pesquisas, principalmente, em relação às intenções dos gestores, visto que não são observáveis. Dechow *et al.* (2010) analisaram as determinantes e as conseqüências causadas pelo gerenciamento de resultado e relataram, também, que não há um modelo robusto para estimar os *accruals* e estabelecer o gerenciamento de resultados, visto que este pode ser influenciado tanto por fatores internos como por fatores externos. Ainda assim, nota-se que diversos estudos (Jones, 1991, Jones Modificado (Dechow, Sloan & Sweeney, 1995), Pae (2005), entre outros) buscaram elaborar modelos robustos para estimação dos *accruals* e detecção do gerenciamento de resultados.

Paulo (2007), após listar e analisar os mais diversos modelos de estimação dos *accruals*, com o intuito de verificar o gerenciamento de resultados, destacou que tais modelos não apresentavam fundamentação teórica apropriada e que alguns deles ainda não possuíam poder preditivo sobre gerenciamento de resultados, além de apresentar problemas na especificação das variáveis utilizadas. Diante disso, propôs um outro modelo para estimação dos *accruals* e detecção do gerenciamento dos resultados.

Rodrigues (2012) analisou a qualidade informacional decorrente da adoção dos padrões internacionais de contabilidade, nos países pertencentes ao G7 e no BRICS, e uma das *proxies* utilizadas para mensurar a qualidade foi o gerenciamento de resultados, sendo que o modelo de Paulo (2007) foi um dos utilizados. As evidências obtidas foram contrárias ao esperado,

rejeitando a hipótese formulada. Com a adoção das normas internacionais, em todos os países analisados, houve aumento do gerenciamento de resultados praticado pelas empresas.

Mota (2018) também fez uso do modelo de Paulo (2007) para analisar o impacto do ambiente econômico no gerenciamento de resultados contábeis em empresas que possuem metas para atingir ou bater a previsão de lucros de analistas. Os resultados indicaram que as estratégias de gerenciamento de resultado utilizadas pelos gestores são influenciadas pelo ambiente econômico, além disso que o uso dessas estratégias ocorre de forma complementar e não em função dos custos associados a cada estratégia.

2.2.1.4 Relevância dos Resultados Contábeis (*value relevance*)

De acordo com a Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro (CPC 00, 2011), para que uma informação seja relevante é necessário que ela faça a diferença na tomada de decisão dos usuários e para que isso aconteça ela deve possuir valor preditivo, confirmatório ou ambos.

Barth, Beaver e Landsman (2001) expressam que, como a Estrutura Conceitual determina os critérios e os objetivos para avaliar os valores contábeis, cabe às pesquisas apenas operacionalizá-los e não os determinar. Afirmam ainda que a literatura existente constata que o valor contábil só terá relevância se tiver associação prevista com o valor de mercado de ações. Diante disso, tem-se que o *value relevance* é uma operacionalização empírica dos parâmetros determinados pelo IASB e pelo CPC, visto que o valor contábil será relevante se fornecer aos investidores informações acerca da situação econômico-financeira da empresa.

Alencar e Dalmácio (2006) expõem que o *value relevance* vem sendo utilizado em diversas pesquisas, em que variáveis contábeis de lucro e patrimônio líquido são empregadas como *proxies*, com a finalidade de mensurar os preços e os retornos das ações. Dentre os principais estudos que abordam variáveis contábeis e o preço de mercado, os que apresentam maior destaque na literatura internacional são os estudos de Ohlson (1995) e Feltham e Ohlson (1995), pois investigam a relação entre lucro anormal, patrimônio líquido e valor da empresa.

À vista disso, diversos estudos têm utilizado os modelos de Ohlson (1995) e de Feltham e Ohlson (1995) para analisar a relação entre valor contábil e o valor da firma. De acordo com Watts e Holthausen (2001), quanto maior for o coeficiente de determinação (R^2) do modelo analisado, mais relevante serão os resultados das variáveis estimadas, ao relacionar o valor de mercado com as variáveis contábeis patrimônio líquido e lucro.

Tendo em vista a adoção das normas internacionais, Barth, Landsman e Lang (2008) realizaram um estudo com o propósito de averiguar se as empresas que adotaram as normas internacionais de contabilidade apresentavam informações com maior qualidade em relação as que adotavam normas locais. Evidências constataram que o *value relevance* apresenta-se com maior qualidade e de forma significativa quando adotada as normas internacionais, uma vez que demonstraram alta associação entre os preços das ações, os retornos e o patrimônio líquido.

Ainda nesse contexto, Espinosa, Iñiguez e Poveda (2015) utilizaram o modelo de Ohlson (1995) para verificar como a qualidade da informação contábil reportada por empresas espanholas, no período de 2005 a 2010, foi impactada pela substituição da norma contábil NIC 31 pela NIIF 11. Os resultados constataram que ambos os métodos de reconhecimento descritos nessas normas apresentam capacidade preditiva e valorativa similares.

Consequentemente, o *value relevance* apresentará uma qualidade superior quando a relação entre os dados contábeis com o retorno e/ ou com os preços das ações for maior, assim as informações contábeis terão maior utilidade aos investidores, uma vez que eles são os usuários que mais se preocupam com o desempenho das empresas (Cappellesso et al., 2017).

2.3 Normatização dos Investimentos em *Joint Ventures*

Diversos estudos têm abordado a normatização dos investimentos em negócios em conjunto, em especial o caso dos empreendimentos controlados em conjunto. Eles apontam que não há um consenso entre os órgãos normatizados em relação ao método de reconhecimento que melhor proporciona aos investidores informações acerca desse tipo de investimento (Furuta, 2005, Lourenço & Curto, 2010, Santos, 2011, Dima & Saccon, 2012, Richardson et al., 2012 e Sarquis, 2015).

Devido a essa falta de consenso, o IASB emitiu a IFRS 11, que eliminou a possibilidade de escolha entre os métodos de reconhecimento de investimentos em *joint ventures*. Tal decisão ocasionou divergências de opiniões entre os órgãos normatizadores, os preparadores e os usuários da informação. Nos próximos itens, serão abordadas as posições dos órgãos normatizadores em relação a esse assunto, antes da emissão da IFRS 11.

2.3.1 Cenário Internacional

Anteriormente à emissão da IFRS 11, existiam diversos métodos de reconhecimento de investimentos em entidades controladas em conjunto, que eram permitidos pelos órgãos normatizadores (Richardson et al., 2012). Furuta (2005), afirma que haviam dois tipos de reconhecimento de *joint ventures* no balanço consolidado da investida que eram mais utilizados: a consolidação proporcional e a avaliação pelo método de equivalência patrimonial e que a opção escolhida para o reconhecimento desse tipo de investimento variava de país para país.

2.3.1.1 FASB

O FASB é o órgão normatizador responsável pela emissão das normas contábeis americanas (USGAAP) e é, no pronunciamento técnico ASC 323 – *Investments: Equity Method and Joint Venture*, que está previsto o tratamento contábil para o reconhecimento de investimentos em *joint ventures* (FASB, 2014).

No pronunciamento ASC 323, *joint venture* é definida como uma empresa controlada e operada por um pequeno grupo de investidores, como um negócio separado que busca o benefício mútuo de todos os membros do grupo. Além disso, afirma que cada investidor deve participar, seja direta ou indiretamente, da administração geral da *joint venture*.

Apesar do conceito de *joint venture* ser semelhante à definição do IASB, o método de reconhecimento desse tipo de investimento é bem distinto. Para o FASB, o método de consolidação proporcional jamais será aceito como uma opção de reconhecimento de investimentos em *joint ventures* (Martins et al., 2013), pois acredita que o controle conjunto está mais próximo do conceito de influência significativa, não sendo a mesma coisa que controle integral (Furuta, 2012, FASB, 2012).

Portanto, para o FASB, existe somente a consolidação integral, ou seja, quando se tem o controle integral, a consolidação das demonstrações contábeis é válida, no entanto, quando não há o controle, não existe consolidação. Martins et al. (2013) afirmam que o FASB admite consolidação quando se tem o controle integral, sendo adotada a consolidação plena, jamais a proporcional. Assim, para investimentos em *joint ventures* (controle conjunto), deve ser reconhecimento pelo método de equivalência patrimonial, jamais consolidação proporcional.

2.3.1.2 IASB

O IASB é órgão normatizador responsável pela emissão das normas internacionais de contabilidade (IFRS), sendo que a primeira norma referente aos investimentos em negócios em conjunto foi a IAS 31 – *Interests in Joint Venture*, que ficou vigente até a IFRS 11 entrar em vigor. Nessa norma, existiam três tipos de negócios em conjunto: operações controladas em conjunto, ativos controlados em conjunto e entidades controladas em conjunto, sendo a estrutura separada ou não o fator que determinava a classificação e o método de reconhecimento do investimento.

Em relação aos investimentos classificados como entidades controladas em conjunto, o IAS 31 determinava que podiam ser reconhecidos de duas maneiras: pelo método de consolidação proporcional ou pelo método de equivalência patrimonial. Apesar de permitir a escolha entre os métodos de reconhecimento, a IAS 31 não recomendava a utilização do método de equivalência patrimonial, pois considerava que a consolidação proporcional refletia melhor a realidade econômica da entidade.

Todavia, na busca pela comparabilidade das demonstrações contábeis e conciliação com o FASB, o IASB optou por eliminar a possibilidade de utilizar a consolidação proporcional, pois acreditava que esse método contrariava a Estrutura Conceitual. Dessa forma, passou a determinar o uso do método de equivalência patrimonial, assim como o FASB (IASB, 2011a, *Basis for Conclusion on IFRS 11 Joint Arrangements*).

2.3.2 Cenário Brasileiro

Comparado aos demais órgãos normatizadores (FASB e IASB), a normatização contábil brasileira referente aos investimentos em *joint ventures* é algo mais recente. No Brasil, não havia nenhuma norma específica para o reconhecimento desse tipo de investimento, até o ano de 1996 (Furuta, 2005). A implementação da Lei 6.404/76 também não trouxe uma norma específica para *joint ventures*, sendo tratadas contabilmente como controle integral ou influência significativa, dependendo do percentual de participação do investidor (Martins et al., 2013).

Com a emissão da Instrução CVM n. 247/96, os investimentos em *joint ventures* passaram a exigir procedimentos específicos para os investimentos com controle conjunto (Furuta, 2005). Apesar dessa instrução estar em concordância com as normas internacionais de

contabilidade, era determinado o uso da consolidação proporcional, eliminando a possibilidade de escolha entre os métodos.

Em 2010, quando o Brasil passou adotar, obrigatoriamente, as normas internacionais (IFRS) emitidas pelo IASB, criou-se o Pronunciamento Técnico CPC 19 – Investimentos em Empreendimentos Controlados em Conjunto (*Joint Venture*). Em sua primeira versão, permaneceu o uso obrigatório da consolidação proporcional, assim como determinado pela Instrução CVM n. 247/96. Porém, em junho de 2011, em uma outra versão, houve a possibilidade de escolha entre a consolidação proporcional e o método de equivalência patrimonial.

No entanto, em busca da convergência total com as normas internacionais, o Pronunciamento Técnico CPC 19 (R1) passou por uma nova revisão, um pouco antes da IFRS 11 entrar em vigor. Nessa revisão, que está em vigência até hoje, eliminou-se a possibilidade de escolha para o reconhecimento de investimentos em *joint ventures*, sendo obrigatório, no Pronunciamento Técnico CPC 19 (R2), o reconhecimento pelo método de equivalência patrimonial.

2.3.2.1 Tipos de Consolidação no Brasil

Até que o CPC 19 (R2) – Negócios em Conjunto entrasse em vigor, a partir de 2013, existiam dois tipos de consolidação: 1) Consolidação integral e 2) Consolidação proporcional. A primeira sendo utilizada quando a controladora detinha 100% da sua controlada e a segunda, quando configurava controle compartilhado.

O procedimento de consolidação proporcional foi inserido no Brasil mediante a Instrução CVM 247/96, a qual deliberou tratamento contábil para os investimentos em *joint ventures*, que, até então, não havia nenhuma norma específica para esse tipo de investimento. Até o ano de 2012, esse tratamento contábil era recomendado para investimentos com controle compartilhado, pois era visto como um método “pelo qual a parte do empreendedor em cada um dos ativos, passivos, receitas e despesas da entidade controlada em conjunto é combinada linha a linha com itens similares nas demonstrações contábeis do empreendedor, ou em linhas separadas nessas demonstrações contábeis” (CPC 19 (R1) – Investimento em Empreendimento Controlado em Conjunto (*Joint Ventures*), 2011).

Assim sendo, verifica-se que muitos dos procedimentos da consolidação proporcional são semelhantes ao da consolidação integral. A principal diferença entre ambos os métodos é que, na consolidação integral, a investidora incorpora 100% do capital (quando há o controle

total) ou, então, quando não detém 100% dele surge a figura dos sócios não controladores. Já na consolidação proporcional, a investidora integra apenas a parte proporcional à sua participação na investida. Outra diferença é com relação aos saldos e lucros não realizados, que, na consolidação integral, são eliminados em sua totalidade, enquanto que na consolidação proporcional, é eliminado o percentual que corresponde a outros investidores (Furuta, 2005).

2.4 Negócios em Conjunto (*Joint Ventures*)

2.4.1. Conceito

Para Betancourt e Baril (2003), os investimentos com controle conjunto são classificados como alianças estratégicas entre duas ou mais sociedades, com o intuito de atingir um mesmo objetivo, as quais se tornaram um mecanismo fundamental de cooperação, sendo bastante utilizado no mundo dos negócios. Percebe-se que, dentre os tipos de investimentos em outras sociedades, as *joint ventures* têm se destacado mundialmente nos últimos anos (Furuta, 2005, Dima & Saccon, 2012, Martins et al., 2013, Leitner-Hanstseder & Stockinger, 2014 e Sarquis, 2015).

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 19 (R2), negócio em conjunto é quando duas ou mais partes têm o controle sob o negócio, podendo ser classificado como operações em conjunto (*joint operations*) ou empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*). Esse mesmo pronunciamento ressalta que o negócio em conjunto apresenta duas características principais: 1) as partes integrantes no negócio estão vinculadas por um acordo contratual; e 2) o acordo contratual firmado concede às duas partes controle conjunto (CPC 19 (R2), 2012). Portanto, há controle conjunto quando duas ou mais partes compartilham o controle da investida, sendo necessário o consenso unânime para a tomada de decisões sobre as atividades relevantes, de todas as partes envolvidas no acordo (CPC 19 (R2), 2012).

Conforme mencionado por Franco (2007), a complexidade das atividades empresariais e a ampla concorrência no mercado obrigaram que as empresas adaptassem as suas estratégias empresariais e a sua estrutura ao novo contexto de mercado. Sarquis (2015) salienta que os principais incentivos para a formação de acordos cooperativos são: acesso às novas habilidades e recursos complementares; expansão das operações para um ramo de atividade diferente; expansão das atividades para novas regiões e mercado externo; compartilhamento dos riscos do negócio; redução de custos operacionais; possibilidade de venda rápida da participação no investimento para outras partes envolvidas, assim como maior competitividade no mercado.

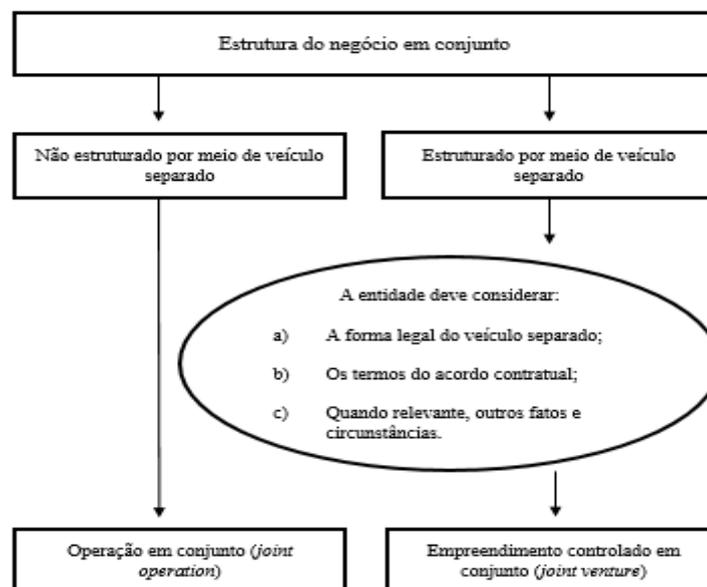
Por fim, Sarquis (2015) ressalta que o fato de as partes não deterem a mesma participação na investida não impede que seja classificado como controle conjunto, no entanto, para que este seja considerado, precisa estar previamente descrito no estatuto ou no acordo contratual.

2.4.2. Modalidades

Antes de determinar qual o tipo de negócio em conjunto é necessário verificar se este atende à definição de controle conjunto, como mencionado no tópico anterior. De acordo com o CPC 19 (R2) (2012), controle conjunto é “o compartilhamento, contratualmente convencionado, do controle de um negócio, que existe somente quando decisões sobre as atividades relevantes exigem o consentimento unânime das partes que compartilham o controle”, sendo essas atividades as que afetam significativamente os retornos do negócio. No entanto, pode ser classificado como controle conjunto mesmo quando nem todas as partes detêm o controle conjunto.

A investidora deve classificar o tipo de negócio em conjunto a que pertence, podendo ser classificado como operações em conjunto (*joint operations*) ou empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*). Para tal, devem ser analisados os direitos e as obrigações das partes envolvidas no negócio, levando em consideração uma série de fatores, como demonstrado na Figura 1:

Figura1 - Classificação dos negócios em conjunto



Fonte: Elaborado pela autora (2018), com base no Pronunciamento Técnico CPC 19 (R2) (2012)

Nota-se que o primeiro item a ser analisado é a estrutura do negócio em conjunto, podendo ser estruturado por meio de um veículo separado ou não. Além disso, deve ser analisada a forma legal do veículo separado e adicionalmente, os termos e as condições do acordo e, quando relevantes, os outros fatos e circunstâncias.

Dentre as modalidades de negócios em conjunto, há dois tipos: as *joint operations* e as *joint ventures*. No primeiro caso, o negócio em conjunto não é estruturado por meio de um veículo separado e as partes que detêm o controle conjunto do negócio têm direitos sobre os ativos e obrigações sobre os passivos, relacionados ao negócio (CPC 19 (R2), 2012).

Em decorrência disso, cada operador em conjunto deverá reconhecer, com relação aos seus interesses em *joint operations*: a) seus ativos, incluindo a sua parcela sobre qualquer ativo detido em conjunto; b) seus passivos, incluindo a sua parcela sobre qualquer passivo mantido em conjunto; c) suas receitas decorrentes de venda de sua parte sobre a produção advinda da operação em conjunto; d) sua parcela sobre a receita de venda da produção gerada pela operação em conjunto; e e) suas despesas, incluindo a sua parte sobre qualquer despesa incorrida em conjunto (CPC 19 (R2), 2012).

O segundo tipo de negócio em conjunto é o foco deste trabalho e, diferentemente das *joint operations*, as *joint ventures* são estruturadas por meio de um veículo separado (quando os ativos e os passivos referentes ao negócio são mantidos em um veículo separado) e os empreendedores em conjunto possuem direitos apenas sobre os ativos líquidos do negócio em conjunto. Por conta disso, cada empreendedor em conjunto deverá reconhecer os seus interesses sobre o empreendimento em conjunto pelo Método de Equivalência Patrimonial, conforme mencionado pelo CPC 18 – Investimento em Coligada, Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto (CPC 19 (R2), 2012).

Em função disso, pode-se afirmar que a inovação dessa modalidade é o fato de as corporações fazerem uso de forma contra intuitiva de uma entidade separada para evitar conflitos, delegando decisões para as quais os parceiros corporativos estão em discórdia. Portanto, além de resolverem conflitos fiduciários intrínsecos, também proporcionam conveniências adicionais: restringem a responsabilidade de ambas as empresas pelas ações do empreendimento, servem como conveniência contábil para acompanhar as contribuições das partes envolvidas, esclarecem a cadeia de comando gerencial, além de evitarem a existência de confusão entre a lei que rege a *joint venture* e a de sua parceria (Sanga, 2018).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Nesta seção, são apresentadas a definição e as técnicas de pesquisas utilizadas para a realização desta pesquisa. De acordo com Martins e Theóphilo (2009), o método de pesquisa funciona como direcionador de um caminho, como meio de determinar os procedimentos adotados na pesquisa. Tal método deve enquadrar-se à forma pela qual o problema de pesquisa é definido e a estrutura utilizada para a experimentação, coleta e análise dos dados (Kerlinger, 2013), a fim de alcançar-se um determinado fim ou objetivo e, assim, responder ao problema de pesquisa.

3.1 Estratégia da Pesquisa

A pesquisa tem como objetivo apresentar a solução de problemas específicos, dar origens a novas teorias, bem como avaliar teorias já existentes, visto que não existe pesquisa sem uma teoria (Richardson, 2012). Esse processo abrange a formação das hipóteses, as quais se baseiam na plataforma teórica e em um teste empírico, que leva à aceitação ou à refutação das possíveis explicações para o problema de pesquisa. Tal abordagem é analisada sob a ótica da Teoria da Divulgação, com o intuito de verificar o impacto na qualidade das informações contáveis, decorrente da eliminação da consolidação proporcional e implementação do método de equivalência patrimonial para o reconhecimento de investimentos em *joint ventures*, determinada pela IFRS 11.

Para este estudo, utiliza-se o método de pesquisa documental, o qual emprega documentos de fontes primárias, ou seja, documentos que ainda não receberam tratamento científico, mas que podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa (Martins & Theóphilo, 2009). Neste caso, os documentos analisados são as notas explicativas das empresas brasileiras de capital aberto, listadas na B3, com o propósito de averiguar o número de empresas que possuem investimentos em *joint ventures*.

Além disso, para a coleta de dados, faz-se uso dos dados de tais empresas que estão disponibilizados na base de dados Economática®, base que abrange informações das principais economias da América Latina e dos Estados Unidos (Economática, 2018). No entanto, para este estudo são utilizadas apenas informações das empresas brasileiras pertencentes à amostra, referente aos dados necessários na análise.

Com relação à análise dos dados coletados, a abordagem realizada ocorre por meio de testes estatísticos, os quais possibilitam o teste de hipóteses e a realização de generalizações, mesmo não sendo voltados para a profundidade, mas para a amplitude (Cooper & Schindler, 2016). Esses testes, por sua vez, são normalmente utilizados em pesquisas quantitativas, abordadas nesta pesquisa. A pesquisa quantitativa busca responder questões relacionadas a quanto, com que frequência e quando algo ocorre, a fim de mensurar precisamente algum fenômeno (Cooper & Schindler, 2016).

Esta pesquisa busca verificar o efeito na qualidade das informações contábeis divulgadas em empresas brasileiras que tenham investimentos em *joint ventures*, decorrente da substituição do método de consolidação proporcional pelo método de equivalência patrimonial, determinado pela IFRS 11. Opta-se pela utilização de regressão de dados em painel, pois segundo Gujarati e Porter (2011), esta estimação retrata a combinação entre séries temporais e dados de corte transversal (*cross-section*), em outras palavras, tem uma dimensão espacial e outra temporal.

Além de apresentar natureza quantitativa, esta pesquisa também se configura como descritiva, uma vez que o estudo visa “[...] observar, registrar, analisar e correlacionar fatos e fenômenos (variáveis) sem manipulá-los” (Cervo, Bervian & Silva, 2011, p. 61). Assim, o fenômeno analisado neste estudo é a mudança do método de reconhecimento para investimentos em *joint ventures*, determinada pela IFRS 11, correlacionando esse fato à qualidade da informação contábil produzida em cada um dos métodos.

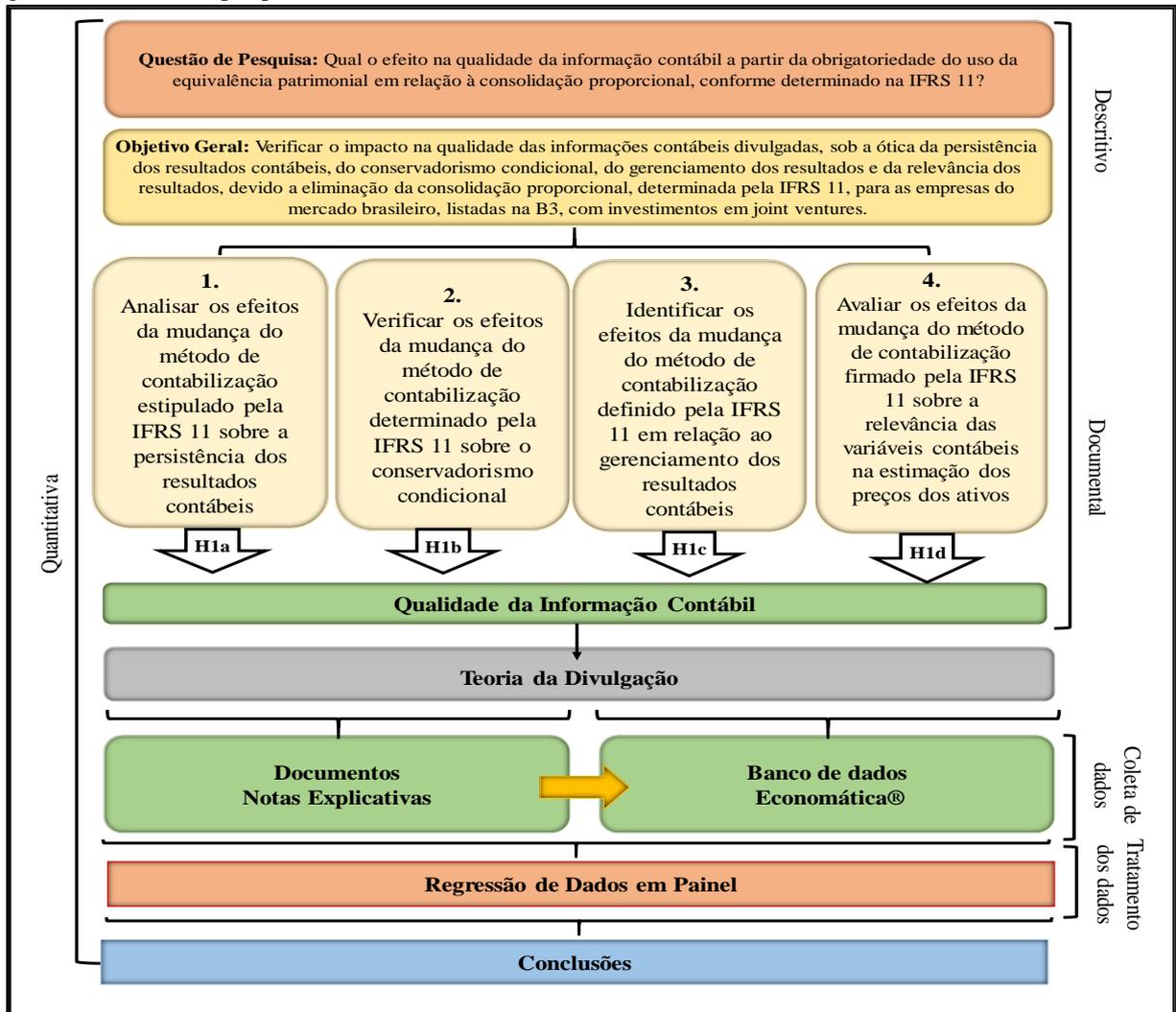
Por fim, com relação aos efeitos do pesquisador sobre o controle das variáveis investigadas, o presente estudo classifica-se como *ex-post-facto*. Para Cooper e Schindler (2016), neste tipo de pesquisa, o pesquisador não possui controle das variáveis durante o desenvolvimento de todo o estudo, relatando apenas o que ocorreu ou o que está acontecendo. E quanto à dimensão de tempo, o estudo enquadra-se na forma longitudinal, uma vez que procura investigar as mesmas empresas durante um longo período, a fim de acompanhar as mudanças que ocorreram (Cooper & Schindler, 2016). A seguinte subseção apresenta o desenho da pesquisa.

3.1.1 Desenho da Pesquisa

Sampieri, Collado e Lucio (2013) afirmam que, após a formulação do problema de pesquisa e das hipóteses, é fundamental que se pense em uma forma prática e concreta para responder à questão de pesquisa, assim como atingir os objetivos determinados. Esses mesmos

autores ainda declaram que o desenho seria o plano de ação ou estratégia desenvolvida para alcançar a informação necessária. A Figura 2 demonstra como o plano de pesquisa é construído:

Figura 2 - Desenho da pesquisa



Fonte: Elaborado pela autora (2018), com base em Correa (2016)

Diante da Figura 2, pode-se observar a idealização da pesquisa, evidenciando também os objetivos do estudo e a metodologia que é aplicada à pesquisa.

3.2 Hipóteses de Teste

Diante da hipótese de pesquisa elaborada “*houve melhora na qualidade das informações contábeis após a mudança do método de reconhecimento dos investimentos em joint ventures determinado pela IFRS 11*” e das dimensões de qualidade informacional proposta pela literatura, delineou-se quatro hipóteses de teste, com as seguintes abordagens: maior persistência dos resultados, maior conservadorismo, inexistência de gerenciamento de

resultados e maior relevância das informações contábeis. Observa-se que todas as hipóteses são apresentadas de forma positiva, pois se acredita que este seja o resultado esperado para cada uma delas.

Dessa forma, a primeira abordagem (dimensão) para qualidade da informação contábil é a persistência dos resultados, haja vista que eles apresentam *proxies* capazes de avaliarem as empresas. Segundo Dechow *et al.* (2010), quando os lucros são utilizados para representar valores relevantes, a fim de avaliar empresas em períodos futuros tem-se uma alta persistência nos resultados. Logo, espera-se que, com a implementação do método de equivalência patrimonial ao invés da consolidação proporcional (adoção das normas internacionais de contabilidade), obtenha-se uma maior persistência dos resultados. Para tanto, tem-se a seguinte hipótese:

H_{1a}: Aumentou a persistência dos resultados contábeis após a mudança do método de contabilização estipulado pela IFRS 11.

A segunda abordagem (dimensão) a ser considerada para mensurar a qualidade da informação contábil é o conservadorismo condicional (reconhecimento pontual de perdas). Essa abordagem atende a um dos princípios básicos da estrutura conceitual de contabilidade, editada pelo IASB. Basu (1997) afirma que as perdas devem ser reconhecidas imediatamente no resultado, assim que forem estimadas e conhecidas. Logo, inferindo que a estrutura conceitual do IASB e os padrões internacionais de contabilidade apresentam características conservadoras, ainda que neutras, tem-se a seguinte hipótese:

H_{1b}: Aumentou o reconhecimento pontual de perdas (conservadorismo condicional), após a mudança do método de contabilização definido pela IFRS 11.

A terceira abordagem (dimensão) a ser testada, a fim de atingir o objetivo da pesquisa, é a verificação do gerenciamento de resultados quanto à adoção dos métodos de reconhecimento em *joint ventures*, após a implementação da IFRS 11. Pressupõe-se que manipular informações contábeis pode modificar a percepção e a reação dos investidores, assim como a persistência dos resultados e o conservadorismo. Portanto, partindo do pressuposto de que as informações contábeis devem ser neutras (CPC 00, 2011), tem-se a seguinte hipótese com relação ao gerenciamento de resultados:

H_{1c}: Há redução na prática de gerenciamento dos resultados contábeis, após a mudança do método de contabilização firmado na IFRS 11.

A última hipótese de teste parte do pressuposto de que o mercado de capitais reage aos resultados divulgados pela empresa, seja de forma positiva ou negativa. Diante disso e da hipótese de pesquisa elaborada, tem-se que a relevância das informações contábeis das empresas deve refletir melhor o valor de mercado, após a mudança do método de reconhecimento de *joint ventures*, haja visto que esse método passou a ser obrigatório após a implementação da IFRS 11. Assim, tem-se hipótese de teste referente ao *value relevance*:

H_{1d} : *Os resultados contábeis são mais relevantes, após a mudança do método de contabilização definido pela IFRS 11.*

Diante dessas hipóteses, foram elaborados os modelos estatísticos para cada uma das dimensões de qualidade da informação contábil. A apresentação e o detalhamento de cada um dos modelos é apresentado no item 3.5.

3.4 Amostra e Procedimentos de Coleta de Dados

Entende-se por população o conjunto de elementos que possuem determinadas características, a qual se refere a todos os habitantes de um determinado ambiente (Richardson, 2012). Diante disso, a população que é utilizada neste estudo corresponde ao total de empresas de capital aberto que atuam no mercado brasileiro. Logo, a população de trabalho construída para este estudo é o total de empresas listadas na B3, no período de 2010 a 2017, que apresentem a característica desejada para propiciar a pesquisa.

Neste caso, como o objetivo geral deste estudo é verificar o efeito na qualidade das informações contábeis divulgadas em decorrência da eliminação da consolidação proporcional e aplicação do método de equivalência patrimonial, determinada pela IFRS 11, em empresas brasileiras que possuem investimentos em *joint ventures*, a primeira etapa foi realizar o levantamento do número de empresas de capital aberto listadas na B3.

A Tabela 1, presente no apêndice A, demonstra o número de empresas listadas na B3, discriminadas pelo setor e subsetor de atividade, classificados de acordo com a própria bolsa de valores. Tal listagem foi obtida, manualmente, em julho de 2018, por meio de consulta direta no *site*⁴ da B3.

A segunda etapa determina, por meio das notas explicativas, quais empresas, de cada ano, possuem investimentos em *joint ventures*. Considerando que a obrigatoriedade de adoção dessa norma deu-se em primeiro de janeiro de 2013, podendo ocorrer de forma antecipada, o

⁴*Site*: "http://www.b3.com.br/pt_br/produtos-e-servicos/negociacao/renda-variavel/empresas-listadas.htm"

período de análise é do ano de 2010 a 2017. Dessa forma, são inclusas todas as empresas do mercado brasileiro que foram impactadas pela adoção da IFRS 11, seja de forma obrigatória ou antecipada.

A Tabela 2 demonstra, por setor, o levantamento realizado nas notas explicativas, a fim de determinar que empresas possuem investimentos em *joint ventures*.

Tabela 2 – Número de empresas por setor econômico e respectivas notas explicativas

Setor Econômico	Número de Empresas População	Notas Explicativas Totais	Notas Explicativas Excluídas	Notas Explicativas Utilizadas	Número de Empresas Amostra
Bens Industriais	70	518	422	96	12
Consumo Cíclico	81	605	469	136	17
Consumo Não Cíclico	25	172	148	24	3
Financeiro e Outros	108	830	678	152	19
Materiais Básicos	31	248	176	72	9
Petróleo, Gás e Biocombustíveis	12	83	51	32	4
Saúde	20	118	110	8	1
Tecnologia da Informação	7	48	40	8	1
Telecomunicações	5	40	24	16	2
Utilidade Pública	67	525	397	128	16
Não Classificada na Bovespa	14	0	0	0	0
TOTAL	440	3187	2515	672	84

Fonte: Elaborado pela autora (2018).

Observa-se o número total de empresas e notas explicativas de todas as empresas listadas no *site* da B3, sendo divididas pelo setor econômico. Além disso, demonstra o número de empresas e notas explicativas que foram excluídas. Por fim, a quantidade líquida de empresas e notas explicativas utilizadas na amostra, resultando em apenas 672 notas explicativas e 84 empresas, nas quais foram encontradas características de investimentos em *joint ventures*.

Nota-se na Tabela 2, que o setor que apresenta o maior número de empresas com investimento em *joint ventures* é o setor Financeiro e Outros (22,62%), seguido pelo setor de Consumo Cíclico (20,24%) e o setor Utilidade Pública (19,05%).

A Tabela 3 apresenta quais os critérios adotados para determinação da amostra, assim como o número de empresas classificadas em cada critério.

Tabela 3 – Critérios para composição da amostra da pesquisa

Detalhamento de Critério	Nº empresas
Empresas brasileiras de capital aberto listadas na B3, que se encontram ativas em julho de 2018	440
(-) Empresas fechadas (no momento da coleta não estavam listadas na B3)	14
(-) Empresas que são <i>joint ventures</i>	3
(-) Empresas que não possuem investimentos em <i>joint ventures</i>	313
(-) Empresas que possuem <i>joint ventures</i> , mas impossibilita a comparação dos métodos de reconhecimento	26
(=) Amostra final da pesquisa (empresas que possuem investimentos em <i>joint ventures</i> e permitem tal comparação)	84

Fonte: Elaborado pela autora (2018).

A delimitação do ano de 2010 como período inicial para análise deriva do fato daquele ano ser o de adoção obrigatória das normas internacionais de contabilidade no Brasil (IFRS). Portanto, infere-se que até aquela data estava em vigência a instrução CVM n. 247/96, a qual determinava que todas as empresas de capital aberto do mercado brasileiro empregassem o método de consolidação proporcional para o reconhecimento de investimentos em *joint ventures*. Em relação ao ano de 2010, o CPC 19 – Investimentos em Empreendimentos em Conjunto, na sua primeira versão, não englobava o método de equivalência patrimonial para esse tipo de investimento, portanto, em todas as empresas que possuíam esse tipo de investimento era utilizado o método de consolidação proporcional.

De acordo com a Tabela 3, observa-se que, das empresas listadas na B3, 110 empresas apresentaram investimentos em *joint ventures*, no entanto, 26 delas precisaram ser excluídas da amostra por conterem investimentos em *joint ventures* reconhecidos apenas por um dos métodos (consolidação proporcional ou equivalência patrimonial), evitando a comparação deles. A Tabela 4 (Apêndice A) apresenta quais as empresas pertencem à amostra dessa pesquisa.

Diante disso, a terceira etapa foi identificar o método de reconhecimento adotado pela administração de cada empresa com relação aos investimentos em *joint ventures* e em qual ano houve a adoção da IFRS 11. Assim, foi possível realizar a comparação entre os métodos adotados (consolidação proporcional e equivalência patrimonial), determinando qual método apresenta um nível superior em relação à qualidade informacional.

A Tabela 5 apresenta, por blocos, qual o ano da adoção da IFRS 11 para cada setor e, conseqüentemente, o período pré e pós convergência, uma vez que a presença de investimentos em *joint ventures* pode ser distinta de uma empresa para outra, compreendendo períodos diferentes.

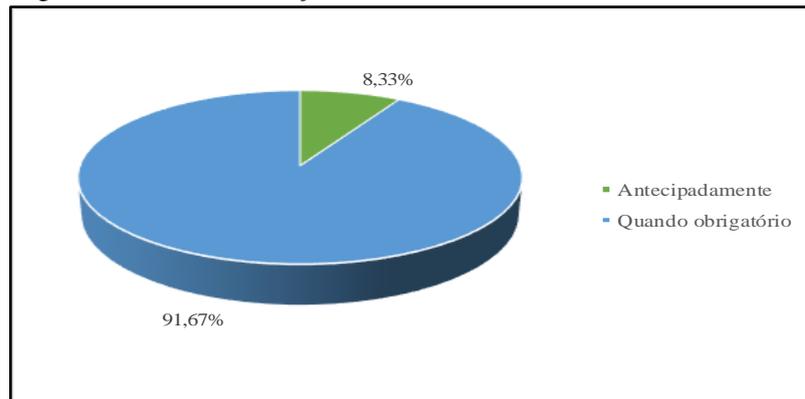
Tabela 5 – Descrição da amostra por blocos, setor econômico e períodos utilizados na análise

Blocos	Setor Econômico	Quantidade	Ano da Convergência	Período Pré-Convergência	Período Pós-Convergência
Bloco 1	Bens Industriais	8	2013	2010 a 2012	2013 a 2017
	Consumo Cíclico	14	2013	2010 a 2012	2013 a 2017
	Consumo Não Cíclico	2	2013	2010 a 2012	2013 a 2017
	Financeiro e Outros	16	2013	2010 a 2012	2013 a 2017
	Materiais Básicos	6	2013	2010 a 2012	2013 a 2017
	Petróleo, Gás e Biocombustíveis	1	2013	2010 a 2012	2013 a 2017
	Saúde	1	2013	2010 a 2012	2013 a 2017
	Telecomunicações	1	2013	2010 a 2012	2013 a 2017
	Utilidade Pública	13	2013	2010 a 2012	2013 a 2017
Bloco 2	Bens Industriais	1	2013	2011 a 2012	2013 a 2017
	Consumo Não Cíclico	1	2013	2011 a 2012	2013 a 2017
	Petróleo, Gás e Biocombustíveis	1	2013	2011 a 2012	2013 a 2017
	Tecnologia da Informação	1	2013	2011 a 2012	2013 a 2017
	Utilidade Pública	1	2013	2011 a 2012	2013 a 2017
Bloco 3	Bens Industriais	2	2013	2010 a 2012	2013
	Consumo Cíclico	1	2013	2010 a 2012	2013
	Financeiro e Outros	1	2013	2010 a 2012	2013
Bloco 4	Consumo Cíclico	1	2013	2012	2013 a 2017
	Telecomunicações	1	2013	2012	2013 a 2017
	Utilidade Pública	1	2013	2012	2013 a 2017
Bloco 5	Financeiro e Outros	1	2011	2010	2011 a 2017
	Materiais Básicos	1	2011	2010	2011 a 2017
	Petróleo, Gás e Biocombustíveis	1	2011	2010	2011 a 2017
Bloco 6	Materiais Básicos	1	2011	2010	2011 a 2012
Bloco 7	Materiais Básicos	1	2012	2010 a 2011	2012 a 2017
	Petróleo, Gás e Biocombustíveis	1	2012	2010 a 2011	2012 a 2017
	Utilidade Pública	1	2012	2010 a 2011	2012 a 2017
Bloco 8	Bens Industriais	1	2013	2011 a 2012	2013
Bloco 9	Consumo Cíclico	1	2013	2011 a 2012	2013 a 2014
Bloco 10	Financeiro e Outros	1	2013	2010 a 2012	2013 a 2016
TOTAL		84	-	-	-

Fonte: Elaborado pela autora (2018), com base em Rodrigues (2012).

Como base nessa análise, Tabela 5, e de acordo com o determinado na IFRS 11, a adoção do método de reconhecimento por equivalência patrimonial em investimentos em *joint ventures* passou a ser obrigatória a partir de primeiro de janeiro de 2013, no entanto, a sua adoção de forma antecipada era permitida. A Figura 3 demonstra que o processo de adoção nas 84 empresas da amostra deu-se em quase sua totalidade (91,67%), quando tornou-se obrigatória a adoção, apenas 8,33% foi adotado de modo antecipado.

Figura 3– Processo de adoção da IFRS 11

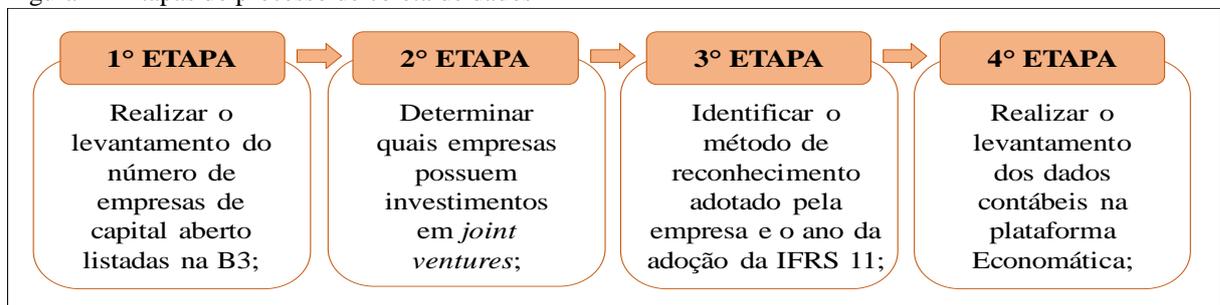


Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Realizado o levantamento da amostra, a quarta etapa diz respeito à coleta de dados. Ela foi realizada por meio da plataforma Economática® (banco de dados), cujo acesso foi concedido pelo Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual de Maringá. Tal sistema diferencia-se pelo altíssimo nível de confiabilidade do seu banco de dados e por possuir excelentes ferramentas de análise de dados, além disso, consegue atender profissionais do mercado financeiro, investidores, consultorias, empresas e instituições de ensino (Economática, 2018).

Essa plataforma contém tanto conteúdo histórico como financeiro, oriundos de fontes primárias, como B3 e CVM (no caso do Brasil), abrangendo, assim, informações necessárias para estudos que envolvem séries temporais. Portanto, para este estudo, foram levantados todos os valores contábeis necessários para rodar os modelos estatísticos que testam a qualidade informacional para cada um dos métodos de reconhecimento de investimentos em *joint ventures*. A Figura 4 demonstra as etapas do processo de coleta de dados:

Figura 4 – Etapas do processo de coleta de dados



Fonte: Elaborado pela autora (2018).

Realizada as etapas de coleta de dados, faz-se necessário analisar empiricamente os dados de cada empresa, incluindo os períodos que existe investimento em *joint venture*. Sendo assim, são especificados no item 3.5 as estratégias e os modelos operacionais que devem ser

utilizados, a fim de testar as hipóteses descritas e, posteriormente, no item 3.6, as técnicas utilizadas para análise dos dados.

3.5 Especificação dos Modelos de Qualidade da Informação Contábil

Esta pesquisa verifica o efeito na qualidade informacional contábil em decorrência da substituição da consolidação proporcional pelo método de equivalência patrimonial, sob a ótica da persistência, do conservadorismo condicional, do gerenciamento de resultados e do *value relevance*.

Para isso, determinaram-se modelos e variáveis que procedessem à verificação da qualidade informacional, proporcionando argumentos empíricos para a questão de pesquisa levantada. Entretanto, tais modelos podem apresentar limitações em relação às variáveis explicativas, portanto, torna-se essencial incluir variáveis de controle, com o intuito de isolar os efeitos que podem afetar as variáveis independentes importantes à pesquisa. Tais variáveis de controle são apresentadas no tópico 3.5.5.

Com relação aos dados da análise, foram utilizados dados anuais e em moeda original, coletados por meio da plataforma Economática®. No entanto, antes de implementar tais modelos, opta-se pela transformação dos valores de todas as contas relacionadas às variáveis, dividindo-as pelo valor do Ativo Total do período, a fim de evitar o problema de escala descoberto por Brown, Lo e Lys (1999), reduzindo também os riscos de heterocedasticidade. Dessa forma, entende-se que, a partir desse ponto, qualquer uma das variáveis encontra-se escalonada pelos Ativos Totais da empresa *ide* determinado período *t*.

Diante disso, os modelos estatísticos referentes a cada dimensão de qualidade da informação contábil são apresentados a seguir.

3.5.1 Persistência dos Resultados Contábeis

A persistência dos resultados contábeis tem sido abordada em diversas pesquisas, como no estudo de Dechow e Schrand (2004), que verificaram a persistência dos resultados contábeis pelo lucro líquido ou pelo fluxo de caixa operacional. De acordo com Frankel e Litov (2009), a persistência do lucro fundamenta-se na compreensão do papel desempenhado pelo lucro corrente na avaliação da empresa. Diante disso, pode-se inferir que quanto maior for a persistência dos resultados, melhores serão como *proxies* em relação à qualidade da informação contábil.

Portanto, tendo como objetivo esclarecer o comportamento do desempenho futuro da empresa, Dechow e Schrand (2004) elaboraram o seguinte modelo:

$$X_{t+1} = \alpha_1 + \alpha_2 X_t + \varepsilon_t \quad (1)$$

em que:

X_{t+1} representa o lucro líquido futuro para persistência do lucro ou fluxo de caixa operacional para persistência do fluxo de caixa;

X_t é o lucro líquido ou fluxo de caixa operacional corrente;

α_i são os parâmetros a serem estimados na regressão; e

ε_t é o termo de erro da regressão.

Dechow e Schrand (2004) afirmam que, para o modelo da Equação 1, os resultados contábeis no futuro serão mais persistentes quando o coeficiente α_2 for maior ou mais próximo de 1. Esses mesmos autores acreditam que os fluxos de caixa não representam verdadeiramente o desempenho atual e futuro da empresa se comparados ao lucro, uma vez que apresentam muita volatilidade. Em decorrência disso, quando analisada a persistência do fluxo de caixa, será utilizado o fluxo de caixa operacional ao invés do fluxo de caixa total, assim como realizado por Rodrigues (2012). Logo, o modelo utilizado neste trabalho para testar a hipótese de teste relacionada à dimensão da persistência será:

$$X_{i,t} = \beta_0 + \beta_1 X_{i,t-1} + \beta_2 IFRS + \beta_3 X_{i,t-1} * IFRS + \varepsilon_{it} \quad (2)$$

em que:

$X_{i,t}$ representa o lucro líquido ou o fluxo de caixa operacional da empresa i no tempo t , ponderado pelo ativo total da empresa i no tempo $t-1$;

$X_{i,t-1}$ representa o lucro líquido ou o fluxo de caixa operacional da empresa i no tempo $t-1$, ponderado pelo ativo total da empresa i no tempo $t-2$;

$IFRS$ variável *dummy* que assume 1 (um) quando realizado o método de equivalência patrimonial e 0 (zero) quando, o método de consolidação proporcional;

β_j são os parâmetros a serem estimados na regressão;

ε_{it} é o termo de erro da regressão.

O coeficiente da variável persistência dos resultados é o β_1 , no entanto, como o objetivo desse modelo é testar a hipótese $H_{1\alpha}$, a qual retrata resultados mais persistentes após a implementação da IFRS 11, ou seja, o efeito do reconhecimento de investimentos em *joint ventures* pelo método de equivalência patrimonial, o coeficiente que apresenta a interação da variável IFRS com a variável persistência é β_3 , a qual se espera que seja positivo e estatisticamente significativo.

3.5.2 Conservadorismo Condicional

Dentre os modelos existentes na literatura para observar o conservadorismo condicional, o modelo de Basu (1997) é visto como um dos mais utilizados, pois foi este que estabeleceu relação entre os resultados contábeis negativos e o reconhecimento de perdas, a fim de proteger os resultados contábeis futuros. Sendo assim, o modelo original de Basu (1997) é o seguinte:

$$\frac{X_{it}}{P_{i,t-1}} = a_0 + a_1 DR_{it} + a_2 R_{it} + a_3 R_{it} * DR_{it} + \varepsilon_{it} \quad (3)$$

em que:

X_{it} é o lucro;

$P_{i,t-1}$ é o preço da ação no encerramento do período anterior;

DR_{it} assume 1 (um) para valores de R_{it} negativos e 0 (zero) quando positivo;

R_{it}^5 é o retorno da ação da empresa i no período t ;

a_j são os parâmetros a serem estimados da regressão;

ε_{it} é o termo de erro da regressão da empresa i no período t .

Nesse modelo, Basu (1997) procurou identificar se os retornos negativos são estatisticamente significativos por meio do coeficiente a_3 , ou seja, quando há a interação do retorno da empresa com a variável dummy (DR_{it}). No entanto, de acordo com Banker et al. (2016), esse modelo apresenta um nível de erro de 25%, decorrente da assimetria dos custos causada pela variação das vendas. Portanto, neste estudo, será utilizado esse novo modelo, o qual pode ser considerado como uma evolução do modelo original de Basu (1997), pois

⁵ R_{it} : O retorno da ação de cada empresa e de todos os períodos foram retirados diretamente do banco de dados Económica®.

acrescenta uma variável *dummy* em relação ao número de vendas e uma outra variável referente à variação das vendas.

Com base no modelo de Banker et al. (2016), o modelo a ser operacionalizado nesta pesquisa será:

$$\frac{LL_{it}}{VM_{i,t-1}} = \beta_0 + \beta_1 DR_{it} + \beta_2 R_{it} + \beta_3 IFRS + \beta_4 R_{it} * DR_{it} + \beta_5 R_{it} * DR_{it} * IFRS + \beta_6 DS_{it} + \beta_7 \Delta S_{it} / VM_{i,t-1} + \beta_8 DS_{it} X \Delta S_{it} / VM_{i,t-1} + \varepsilon_{it} \quad (4)$$

em que:

LL_{it} é o lucro líquido da empresa i no período t ;

$VM_{i,t-1}$ é o valor de mercado da empresa i no período $t-1$;

DR_{it} é uma variável *dummy* que assume 1 (um) para retornos negativos e 0 (zero) quando positivo;

R_{it} é o retorno da ação da empresa i no período t ;

$IFRS$ variável *dummy* que assume 1 (um) quando realizado o método de equivalência patrimonial e 0 (zero) quando, o método de consolidação proporcional;

DS_{it} é uma variável *dummy* que é igual a 1 (um) quando há uma queda de vendas de $t-1$ para o ano t e 0 (zero) caso contrário;

$\Delta S_{it} / VM_{i,t-1}$ denota mudança de vendas em relação ao ano $t-1$ para o ano t , dimensionado pelo valor de mercado da empresa no início do ano fiscal;

β_j são os parâmetros a serem estimados da regressão;

ε_{it} é o termo de erro da regressão da empresa i no período t .

Nota-se que o nível de conservadorismo condicional é determinado pelo coeficiente β_4 , no entanto, a hipótese H_{1b} pretende verificar o reflexo que o método de equivalência patrimonial proporciona no conservadorismo. Portanto, é preciso que o coeficiente β_5 apresenta-se de forma negativa, mas estatisticamente significativo, pois é este que representa a interação da variável conservadorismo com a variável *dummy* IFRS.

3.5.3 Gerenciamento de Resultados

Diversos são os modelos de gerenciamento de resultados contábeis utilizados na literatura como forma de estimar os *accruals* discricionários e, para este estudo, será utilizado o modelo descrito por Pae (2005), elaborado a partir do Modelo Jones (1991).

Embora Paulo (2007) tenha proposto um outro modelo que aprimora os existentes, pois inclui variáveis que relacionam os efeitos do gerenciamento das decisões operacionais com a estimação dos *accruals*, optou-se por utilizar o modelo de Pae (2005), uma vez que a amostra da pesquisa restringe-se às empresas que possuem investimentos em *joint ventures* e caso essas empresas não apresentem dados necessários para o modelo de Paulo (2007), devido ao número de variáveis do modelo, a amostra pode reduzir-se ainda mais.

No entanto, antes de testar o modelo definido para este estudo, faz-se necessário calcular os *accruals* totais para todas as empresas e períodos da amostra. Segundo Dechow e Dichev (2002), os lucros são constituídos basicamente pelos *accruals* e fluxos de caixa, sendo os *accruals* considerados ajustes temporários aos fluxos de caixa. Diante disso, o relacionamento entre os lucros, *accruals* e fluxos de caixa dá-se pela seguinte equação:

$$\text{Lucros} = \text{Fluxo de Caixa} + \text{Accruals} \quad (5)$$

Logo, para obtenção dos *accruals*:

$$\text{Accruals} = \text{Lucro} - \text{Fluxo de Caixa} \quad (6)$$

Optou-se pela utilização dessa equação (6) para estimação dos *accruals* devido ao período da análise contemplar o ano de 2010 em diante, pois caso o estudo envolvesse anos anteriores a 2008, precisaria ser estimado de outra forma (utilizado por Jones (1991), Martinez (2001), Paulo (2007)), visto que a legislação brasileira não obrigava a divulgação do demonstrativo do fluxo de caixa das companhias.

O modelo de Pae (2005) modifica o modelo tradicional de Jones (1991) ao incluir a relação entre *accruals* correntes e fluxo de caixa, assim como entre *accruals* correntes e defasados, com o intuito de controlar o gerenciamento de resultados. Diante disso, o modelo para estimação dos *accruals* é descrito da seguinte forma:

$$TAcc_{it} = \beta_0 + \beta_1 \frac{1}{A_{it-1}} + \beta_2 \Delta REV_{it} + \beta_3 PPE_{it} + \beta_4 FCO_{it} + \beta_5 FCO_{it-1} + \beta_6 TAcc_{it-1} + \varepsilon_{it} \quad (7)$$

em que:

$TAcc_{it}$ são os *accruals* totais da empresa i no tempo t , ponderados pelos ativos totais do final do período $t-1$;

A_{it-1} são os ativos totais da empresa i no tempo $t-1$;

ΔREV_{it} é a variação das receitas das vendas líquidas empresa i no tempo t , ponderada pelos ativos totais no final do período $t-1$;

PPE_{it} é o ativo imobilizado da empresa i no final do período t , ponderado pelos ativos totais no final do período $t-1$;

FCO_{it} é o fluxo de caixa operacional da empresa i no período t , ponderado pelos ativos totais no final do período $t-1$;

FCO_{it-1} é o fluxo de caixa operacional da empresa i no período $t - 1$, ponderado pelos ativos totais no final do período $t-2$;

$TAcc_{it-1}$ são os *accruals* totais da empresa i no período $t-1$, ponderados pelos ativos totais do final do período $t-2$;

β_j são os parâmetros a serem estimados na regressão;

ε_{it} é o termo de erro da regressão.

A fim de verificar a hipótese de pesquisa de gerenciamento de resultados, a equação 6 (seis) seria estimada com o intuito de obter os *accruals* totais de cada empresa, enquanto β_j seriam utilizados para calcular os *accruals* não-discrecionários (AND) de cada empresa. Todavia, segundo Dechow e Dichev (2002), o desvio padrão dos resíduos do modelo é considerado como uma *proxy* para o gerenciamento de resultados, uma vez que o maior desvio padrão aponta maiores *accruals*, assim como volatilidade tanto no fluxo de caixa quanto no lucro.

Entretanto, como o objetivo é testar a hipótese H_{1c} por meio desse modelo, espera-se que os parâmetros estimados se apresentem de forma significativa e que o desvio padrão dos resíduos diminua quando realizado o reconhecimento dos investimentos em *joint ventures* pelo método de equivalência patrimonial. Caso isso venha a acontecer, significa que a qualidade da

informação contábil melhorou após a implementação da IFRS 11, uma vez que o gerenciamento de resultados foi reduzido.

3.5.4 Relevância dos Resultados Contábeis

Do ponto de vista da relevância dos resultados contábeis (*value relevance*), a métrica utilizada será com base na capacidade explicativa da regressão de duas variáveis básicas: preço da ação sobre o lucro líquido e o patrimônio. Segundo Alencar e Dalmácio (2006), essas duas variáveis apresentam valores significativos ao analisar o *value relevance* de outras variáveis contábeis, ou seja, serão capazes de verificar o coeficiente de determinação (R^2) da regressão determinada para analisar o *value relevance* provocado pelo uso de um ou outro método de reconhecimento.

Embora um dos primeiros modelos a ser utilizado para analisar variáveis contábeis e mercado de capitais seja o de Feltham e Ohlson (1995), fez-se o uso, neste estudo, do modelo que tem como base o método clássico de *value relevance* de Ohlson (1995), que apresenta a seguinte modelagem linear:

$$VM_e = a_0 + a_1VC + a_2LL + \varepsilon \quad (8)$$

em que:

VM_e é o valor de mercado da empresa;

VC é o valor contábil do Patrimônio Líquido; e

LL é o Lucro Líquido da empresa.

No entanto, como pretende-se verificar qual dos dois métodos de reconhecimento de investimentos em *joint ventures* apresenta um poder explicativo superior, foi rodado o modelo com os dados da empresa quando adotado o método de consolidação proporcional e quando adotado o método de equivalência patrimonial, assim como ocorreu na pesquisa de Rodrigues (2012). Diante disso, a equação de *value relevance* será:

$$VM_{it} = \beta_0 + \beta_1PL_{it} + \beta_2LL_{it} + \beta_3PL_{it} * LL_{it} + \varepsilon_{it} \quad (9)$$

em que:

VM_{it} é o valor de mercado da empresa i no tempo t , escalonado pelo ativo total em t ;

PL_{it} é o valor do patrimônio líquido da empresa i no tempo t , excluído o lucro líquido, escalonado pelo ativo total em t ;

LL_{it} é o lucro líquido da empresa i no tempo t , escalonado pelo ativo total em t ;

β_j são os parâmetros a serem estimados pela regressão;

\mathcal{E}_{it} erro da regressão da empresa i no tempo t .

Como já mencionado, o *value relevance* é verificado pelo poder explicativo de R^2 . Diante disso, espera-se que o coeficiente β_4 seja estatisticamente significativo, no caso de as variáveis analisadas serem relevantes. Porém, como o objetivo é determinar qual modelo apresenta um R^2 superior, ou seja, que modelo tem um poder explicativo maior, o coeficiente analisado será o β_5 . Além disso, de acordo com a hipótese H_{1d} , o R^2 do período em que o reconhecimento de investimentos em *joint ventures* fora realizado pelo método de equivalência patrimonial, apresentará um maior poder explicativo.

Ademais, foram inseridas ao modelo as variáveis de controle, descritas no item 3.5.5, a fim de verificar a influência sobre as variáveis analisadas, lucro líquido e patrimônio.

3.5.5 Variáveis de Controle e Dummies

Para oferecer mais robustez e aprimoramento aos resultados, será preciso controlar alguns elementos relativo às entidades, com o intuito de controlar algumas particularidades pertencentes a cada uma delas. Para tal, serão inseridas aos modelos variáveis de controle, a fim de verificar se o tamanho da empresa, o endividamento, o giro, a alavancagem financeira e o fluxo de caixa influenciam na análise da qualidade da informação em relação aos dois métodos de reconhecimento de investimentos em *joint ventures*.

Tais variáveis de controle serão utilizadas em todos os modelos descritos anteriormente, visto que há uma ampla utilização e discussão delas na literatura (Barth et al., 2008, Dechow et al., 2010 e Rodrigues, 2012). Além desse motivo, elas foram utilizadas em decorrência dos resultados alcançados por Furuta (2005), Santos (2011), Betancourt e Baril (2012), Leitner-Hanetseder e Stockinger (2014) e Sarquis (2015), pois concluem que a alteração do método de consolidação proporcional para o método de equivalência proporcional provoca impacto

significativo nos indicadores financeiros das empresas. Sendo assim, as variáveis de controle necessárias serão:

1. Tamanho: medido pelo logaritmo natural do ativo total da empresa i no ano t , por meio de:

$$T_{it} = \ln(\text{Ativo Total}_{it})$$

em que:

T_{it} é o tamanho da empresa i no período t ; e

Ativo Total_{it} é o ativo total da empresa i no período t .

2. Endividamento: verifica a influência do endividamento na qualidade das informações reportadas pelas empresas, incluindo as dívidas de curto e longo prazo, da seguinte forma:

$$Div_{it} = \left(\frac{DCP_{it} + DLP_{it}}{\text{Ativo Total}_{it}} \right)$$

em que:

Div_{it} é o endividamento da empresa i no período t ;

DCP_{it} são as dívidas de curto prazo da empresa i no período t ;

DLP_{it} são as dívidas de longo prazo da empresa i no período t ; e

Ativo Total_{it} é o ativo total da empresa i no período t .

3. Giro: pretende monitorar a influência do volume de vendas na qualidade da informação contábil, o qual é medido desse modo:

$$G_{it} = \left(\frac{RVL_{it}}{\text{Ativo Total}_{it}} \right)$$

em que:

G_{it} é o giro da empresa i no período t ;

RVL_{it} são as receitas de vendas líquidas da empresa i no período t ; e

Ativo Total_{it} é o ativo total da empresa i no período t .

4. Fluxo de Caixa: procura verificar os possíveis reflexos do fluxo de caixa operacional sob a qualidade da informação. Essa variável foi obtida por meio do banco de dados Economática®.

Além dessas variáveis de controle, será necessário incluir a seguinte variável *dummy*:

VARIÁVEL <i>DUMMY</i>	VALOR NUMÉRICO	SIGNIFICADO
IFRS	0	Método de Consolidação Proporcional
	1	Método de Equivalência Patrimonial

Quadro 1: Classificação das Variáveis *Dummies*

Fonte: Elaborado pela autora (2018).

Dessa forma, poderá ser identificado em que período a empresa reconhecia os investimentos em *joint ventures* pelo método de consolidação proporcional e quando o fazia pelo método de equivalência proporcional. Essas variáveis *dummies* serão representadas pela sigla IFRS, pois foi a partir da implementação da IFRS 11 que houve a obrigatoriedade do método de equivalência patrimonial para esse tipo de investimento.

3.6 Técnicas utilizadas para Análise dos Dados

Para a análise empírica dos dados das empresas brasileiras pertencentes à amostra, foram realizadas estimações de regressões com dados em painel para cada modelo determinado para verificar a qualidade informacional contábil. Segundo Gujarati e Porter (2011), tal estimação retrata a combinação entre séries temporais e dados de corte transversal (*cross-section*), em outras palavras, tem uma dimensão espacial e outra temporal.

Baltagi (2005) enfatiza que, entre as vantagens da utilização de dados em painel, está o controle de heterogeneidade individual, mais graus de liberdade, apresentação de dados mais informativos, com menos colinearidade entre as variáveis, maior capacidade de estudar a dinâmica da mudança, bem como modelar e analisar modelos de comportamento mais complexos comparada a uma única série temporal ou seção transversal.

Considerando que as empresas da amostra podem apresentar investimentos em *joint ventures* em períodos distintos uma da outra, denomina-se painel desbalanceado, isto é, quando cada unidade tem um número diferente de observações em relação a outra (Gujarati&Porter, 2011). Além disso, classifica-se como painel curto, pois o número de unidades de corte transversal (N) é maior que o número de períodos (T) analisados (Gujarati& Porter, 2011).

Na abordagem de dados em painel, há três modelos mais comuns: o *Pooling*, Efeitos Fixos e Efeito Aleatório. No primeiro modelo, o intercepto (β_0) e o coeficiente angular (β_1) da reta de regressão servem para todas as *cross-sections*, durante todo o período de tempo. Já na segunda abordagem, é levada em consideração a individualidade das *cross-sections*, ou seja, os coeficientes angulares são constantes e o intercepto varia para cada uma, sem alterar ao longo

do tempo. Enquanto, a última abordagem retrata a falta de conhecimento do verdadeiro modelo provocada pela inclusão de variáveis *dummies*. Por conta disso, torna-se necessário descrever essa falta de conhecimento por meio do termo de erro (u_{it}) (Baltagi, 2005 e Gujarati & Porter, 2011),

Nesta pesquisa, são estimados os três tipos de painel de dados para a escolha do melhor. Sendo assim, estima-se o modelo *Pooling* e realiza o teste *Breusch-Pagan*. Se significativo e a hipótese nula for rejeitada, a variância não é constante e há presença de efeitos não observados, portanto, é preferível o modelo com efeitos aleatórios em relação ao modelo *Pooling*. Depois, realiza-se o teste de *Hausman* para verificar se é melhor efeito aleatório ou efeito fixo. Nesse teste, se não for significativo, ou seja, a hipótese nula não for rejeitada, o modelo de efeito aleatório é o melhor, caso contrário é o de efeito fixo (Gujarati & Porter, 2011).

Convém destacar que se optou pela utilização do *software* Excel para operacionalizar as etapas de coleta de dados desta pesquisa. Além dele, para o desenvolvimento da metodologia proposta, utiliza-se o *software* STATA 13.0, a fim realizar as estimações de regressões com dados em painel para cada modelo determinado, verificando a qualidade informacional contábil. Nesta etapa, torna-se essencial observar alguns pressupostos estatísticos: (1) linearidade, (2) distribuição normal dos resíduos, (3) homoscedasticidade, (4) ausência de autocorrelação e (5) ausência de multicolinearidade (Gujarati & Porter, 2011). Ainda no *software* STATA 13.0, podem ser realizados, para cada um dos modelos determinados, os seguintes testes que apontam se possuem ou não tais pressupostos:

Pressupostos estatísticos:	Testes sugeridos:
(1) Linearidade	<i>Pearson</i> – verifica a existência de relação linear entre as variáveis, dependente e explanatória, assim como nos parâmetros.
(2) Distribuição Normal dos Resíduos	<i>Shapiro-Wilk</i> – confirma se as regressões têm correspondência com a distribuição normal.
(3) Homoscedasticidade	<i>Breusch-Pagan</i> – averigua se os termos de erro das regressões possuem variância/dispersão desigual.
(4) Ausência de Autocorrelação	<i>Durbin Watson</i> – testa a existência de autocorrelação nos termos de erro das regressões.
(5) Ausência de Multicolinearidade	<i>Variance Inflation Factor (VIF)</i> – diagnostica multicolinearidade.

Quadro 2 - Pressupostos estatísticos e os testes de verificação

Fonte: Elaborado pela autora (2018), com base em Gujarati e Porter (2011).

Em relação ao modelo de gerenciamento de resultado, para a sua análise, foi necessário realizar o teste de média emparelhada, com o propósito de analisar se o desvio padrão dos resíduos, quando realizada a consolidação proporcional, é diferente do desvio padrão depois da

implementação do método de equivalência patrimonial, identificando se houve ou não modificação no nível de gerenciamento de resultados.

Por último, uma vez que Gujarati e Porter (2011) afirmam que uma variável X (dependente) pode responder a uma variável Y (explanatória) ao longo de algum tempo e não imediatamente, os dados são coletados desde 2008, isto é, dois anos antes ao período analisado, com o intuito de dificultar a perda de dados em relação a algum período. Esse procedimento foi desempenhado nas variáveis com dois períodos de defasagem (período $t-2$).

3.7 Limitações da Pesquisa

As análises desta pesquisa foram realizadas a partir da metodologia e testes aplicados na literatura acerca das dimensões da qualidade da informação contábil (Jones, 1991; Paulo, 2007; Barth, Landsman & Lang, 2008, Dechow, Ge & Schrand, 2010 e Rodrigues, 2012).

Considerando que esta pesquisa delimita-se em empresas de capital aberto listadas na B3 e possui, como foco, as empresas que possuíam investimentos em *joint ventures*, a limitação foi em relação ao número da amostra (84 empresas), o qual impossibilitou que outros testes estatísticos pudessem ser realizados.

Diante disso, em relação a análise, esperava-se que fosse realizada uma análise global e outra setorial, a fim de verificar alguma divergência entre os resultados. No entanto, os modelos estatísticos que testam a qualidade da informação contábil em relação às dimensões de Persistência e Conservadorismo Condicional não puderam ser realizados para os setores econômicos Saúde e Tecnologia da Informação, pois, em ambos os setores, existe apenas uma empresa com investimento em *joint venture* e o modelo possui um número de variáveis superior ao de observações.

A mesma limitação ocorreu para os outros dois modelos estatísticos (Gerenciamento de Resultados Contábeis e Relevância dos Resultados Contábeis), que também foram impossibilitados de serem rodados para os setores Consumo Não Cíclico, Petróleo, Gás e Biocombustível, Saúde, Tecnologia da Informação e Telecomunicações, devido ao número de observações ser inferior ao número de variáveis. Com isso, foi realizada apenas a análise global.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Este capítulo tem como finalidade apresentar e discutir as estimativas dos modelos econométricos, buscando identificar o efeito na qualidade das informações contábeis divulgadas, sob a ótica da persistência dos resultados contábeis, do conservadorismo condicional, do gerenciamento e da relevância dos resultados, resultante da eliminação da consolidação proporcional e aplicabilidade do método de equivalência patrimonial, determinada pela IFRS 11.

Este capítulo será dividido em três tópicos. O primeiro tópico busca caracterizar as empresas que possuem investimentos em *joint ventures* incluídas na amostra. O segundo tópico tenciona apresentar os resultados encontrados na análise dos modelos econométricos referentes à cada dimensão da qualidade da informação contábil. Por fim, o terceiro tópico procura apresentar e discutir os efeitos da aplicabilidade do método de equivalência patrimonial em relação à consolidação proporcional, como determinado pela IFRS 11.

4.1 Análise dos Modelos Especificados para as Dimensões da Qualidade da Informação Contábil

A apresentação dos resultados será realizada com os dados unificados de todas as empresas pertencentes à amostra e que adotaram a IFRS 11, isto é, que possuem investimentos em *joint ventures* e passaram a reconhecer tais investimentos pelo método de equivalência patrimonial ao invés de utilizar a consolidação proporcional. Dessa forma, cada dimensão da qualidade da informação contábil é analisada com a utilização de modelos ajustados por *Pooling*, Efeito Fixo e Efeito Aleatório, quando aplicável. Para tanto, foram realizados os testes de *Breush-Pagan*, *Chow* e *Hausman*, conforme descrito do item 3.6 do capítulo anterior.

Os apêndices A e B demonstram, respectivamente, a descrição de todos os setores econômicos de acordo com o *site* da B3, a quantidade das empresas de cada um deles, assim como a descrição das variáveis utilizadas na pesquisa, que foram coletadas por meio da base de dados Economatica®.

Previamente foram realizadas as estatísticas descritivas e o teste de multicolinearidade nos dados da pesquisa, para, depois, analisar cada dimensão da qualidade da informação contábil.

Tabela 6 – Estatísticas descritivas das variáveis explicativas dos modelos.

Variável	Média	Mínimo	Máximo	Desvio-padrão
$LL_{i,t}-AT_{i,t-1}$	0,0249	-1,2078	0,6164	0,1217
$LL_{i,t-1}-AT_{i,t-2}$	0,0318	-1,2078	0,7008	0,1276
$FCO_{i,t}-AT_{i,t-1}$	0,0337	-0,5660	0,5182	0,1113
$FCO_{i,t-1}-AT_{i,t-2}$	0,0404	-0,4844	1,4598	0,1291
$LL_{i,t}-VM_{i,t-1}$	1,6854	-146,1748	795,5100	35,5477
$DR_{i,t}$	0,5329	0,0000	1,0000	0,4994
$R_{i,t}$	93,9879	-89,7059	2.6022,220	1.220,4310
$DS_{i,t}$	0,3224	0,0000	1,0000	0,4678
$VS_{i,t}-VM_{i,t-1}$	-0,1001	-19,6682	3,7159	1,4531
$IFRS_{i,t}$	0,6391	0,0000	1,0000	0,4806
$TAcc_{i,t}$	-0,0243	-0,5891	0,8259	0,1096
$TAcc_{i,t-1}$	-0,0197	-1,4359	0,8259	0,1303
$\Delta REV_{i,t}$	0,0307	-2,1025	1,1207	0,2028
$PPE_{i,t}$	0,1924	0,0000	1,9360	0,2480
$VM_{i,t}$	0,6332	0,0000	10,0025	0,8784
$PL_{i,t}$	0,3310	-1,2175	1,5447	0,2309
$LL_{i,t}$	0,0169	-1,6979	1,1041	0,1398
$T_{i,t}$	15,8172	8,4984	21,1311	1,9852
$Div_{i,t}$	0,6187	0,0168	3,6411	0,2641
$G_{i,t}$	0,4668	-0,0182	3,7207	0,5391
$FCO_{i,t}$	2807413	-6,97e+7	1,10e+08	1,24e+7

Fonte: Elaboração própria a partir dos resultados da pesquisa.

Para a análise, foi realizada a estimação de dados em painel, que, de acordo com Greene (2008), Gujarati e Porter (2011), possui tanto a dimensão de corte transversal, quanto a dimensão temporal, assim, elevando os graus de liberdade e, como consequência, aumentando a eficiência do estimador. As estimativas dos modelos apresentaram a presença de heterocedasticidade, portanto, foram realizadas todas as estimativas robustas à heterocedasticidade, possibilitando maior confiabilidade quando foram realizados os testes empíricos.

4.1.1 Modelo de Persistência dos Resultados Contábeis

Conforme abordado no item 2.2.1.1 do capítulo 2, a persistência dos resultados é uma *proxy* da qualidade da informação contábil no que se refere aos lucros contábeis da empresa, assim como dos fluxos de caixa da empresa, indicando que quanto maiores forem as persistências dos resultados melhores serão como *proxies* da qualidade.

Portanto, para verificar a hipótese de teste relacionada à persistência, o modelo operacional utilizado é o demonstrado na equação 2, descrito no item 3.5.1. Tal modelo foi operacionalizado de duas maneiras: uma vez utilizando a variável Lucro Líquido e, em um

segundo momento, a variável Fluxo de Caixa Operacional. Desse modo, o lucro contábil (fluxo de caixa operacional) da empresa i no tempo t é explicado pelo lucro contábil (fluxo de caixa operacional) defasado, bem como pela adoção da IFRS 11 (representada pela variável *dummy* IFRS) e pela interação do lucro contábil (fluxo de caixa operacional) defasado com a variável *dummy* IFRS, com o intuito de atestar o efeito da alteração dos métodos de reconhecimento dos investimentos em *joint ventures*, determinado pela IFRS 11.

Sendo assim, as variáveis de interesse da pesquisa são o Lucro Líquido ($LL_{i,t}$) e o Fluxo de Caixa Operacional ($FCO_{i,t}$), as quais se espera sejam positivas e significativas para o modelo do estudo.

Inicialmente, após uma estimativa por Mínimos Quadrados Ordinários (MQO) para os modelos, foi realizado o teste do fator de inflação da variância – VIF, demonstrado na Tabela 7, para verificar se existem multicolinearidade nas variáveis explicativas. Depois de aplicado o teste, foi verificado que, para esse modelo, nenhuma variável apresentou multicolinearidade, uma vez que, de acordo com Gujarati e Porter (2011), há alto risco de o modelo apresentar multicolinearidade quando o VIF é maior que 10.

Tabela 7 – Teste de multicolinearidade para os modelos de Persistência dos Resultados Contábeis

Variável	VIF	1 / VIF
Modelo com Lucro Líquido		
$LL_{i,t-1}-AT_{i,t-2}$	2.79	0.358033
$IFRS_{i,t}$	1.13	0.886711
$LL_{i,t-1}-AT_{i,t-2}*IFRS_{i,t}$	2.1	0.475211
$T_{i,t}$	1.28	0.779424
$Div_{i,t}$	1.62	0.617819
$G_{i,t}$	1.13	0.885434
$FCO_{i,t}$	1.22	0.818179
Modelo com Fluxo de Caixa Operacional		
$FCO_{i,t-1}-AT_{i,t-2}$	2.29	0.437511
$IFRS_{i,t}$	1.16	0.865756
$FCO_{i,t-1}-AT_{i,t-2}*IFRS_{i,t}$	2.17	0.461812
$T_{i,t}$	1.04	0.960959
$Div_{i,t}$	1.14	0.874367
$G_{i,t}$	1.06	0.941726

Fonte: Elaboração própria a partir dos resultados da pesquisa.

Na Tabela 8 estão apresentados os resultados globais das estimativas dos modelos de painel de dados para a persistência dos resultados contábeis para o lucro contábil. À vista disso, foram estimados os modelos ajustados por *Pooling*, Efeito Fixo e Efeito Aleatório e, após a realização dos testes recomendados pela literatura, o modelo ajustado por *Pooling* foi o que prevaleceu para essa dimensão da qualidade.

Tabela 8 – Estimativas do Modelo de Persistência dos Resultados Contábeis – Global (Lucro Contábil)

Variáveis	<i>Pooling</i>	RE	FE
$LL_{i,t-1} - AT_{i,t-2}$	0,6677***	0,6677***	0,4154***
$IFRS_{i,t}$	-0,0048	-0,0048	-0,0168**
$LL_{i,t-1} - AT_{i,t-2} * IFRS_{i,t}$	-0,1533	-0,1533***	-0,1488**
$T_{i,t}$	0,0041	0,0041**	-0,0058
$Div_{i,t}$	-0,0843**	-0,0843***	-0,1152***
$G_{i,t}$	0,0181**	0,0181***	0,0001
$FCO_{i,t}$	-1,72e-10	-1,72e-10	1,60e-10
Constante	-0,0126	-0,0126	0,1859
Amostra (n)	614	614	614
Shapiro-Wilk (p-valor)	0,7181	0,7181	0,7003
R ²	0,5831	-	-
R ² within	-	0,2584	0,2792
R ² between	-	0,9507	0,7639
R ² overall	-	0,5831	0,5094
Teste ML Breush-Pagan	0,0000	-	-
Teste Chow	1,2000	-	-

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos resultados da pesquisa. ***p<0,01; **p<0,05; *p<0,10. Os coeficientes do modelo escolhido foram destacados em negrito.

No que concerne às variáveis de interesse, observa-se que, pelo modelo de painel de dados escolhido (*Pooling*), a persistência do lucro ($LL_{i,t}$) apresenta coeficiente positivo (0,6677) e com significância a nível de $p < 0,01$. Em outros termos, significa que o lucro líquido do período anterior apresentou impacto positivo sobre a qualidade da informação contábil, mostrando a persistência do lucro líquido na empresa.

Todavia, para a variável de interesse de persistência relacionada à implementação do método de equivalência patrimonial ($LL_{i,t-1} * IFRS_{i,t}$), não houve efeito significativo (-0,1533), portanto, a utilização do método de equivalência patrimonial não apresentou efeito sobre a qualidade da informação contábil sob a perspectiva da persistência dos resultados contábeis para o lucro líquido, possibilitando, então, rejeitar a hipótese de teste de que os resultados contábeis são persistentes quando adotado o método de equivalência patrimonial para o reconhecimento de investimentos em *joint ventures*.

Na Tabela 9, foram apresentados os resultados das estimativas dos modelos de painel de dados para a persistência dos resultados contábeis para o fluxo de caixa. Desse modo, assim como já foi descrito, foram estimados os modelos painel de dados *Pooling* para os dados empilhados, com efeitos fixos e com efeitos aleatórios e realizado os devidos testes, o modelo mais adequado é o modelo de painel com efeitos fixos.

Tabela 9 – Estimativas do Modelo de Persistência dos Resultados Contábeis – Global (Fluxo de Caixa)

Variáveis	Pooling	RE	FE
$FCO_{i,t-1} - AT_{i,t-2}$	0,4468**	0,4468**	0,3462*
$IFRS_{i,t}$	-0,0168	-0,0168	-0,0217
$FCO_{i,t-1} - AT_{i,t-2} * IFRS_{i,t}$	0,1595	0,1595	0,1211
$T_{i,t}$	-0,0013	-0,0013	-0,0216
$Div_{i,t}$	-0,0273	-0,0273	-0,0112
$G_{i,t}$	0,0022	0,0022	-0,0318
Constante	0,0599*	0,0599	0,3951*
Amostra (n)	605	605	605
Shapiro-Wilk (p-valor)	0,8584	0,8584	0,9328
R ²	0,4115	-	-
R ² within	-	0,2561	0,2716
R ² between	-	0,8414	0,3225
R ² overall	-	0,4115	0,2689
Teste ML Breush-Pagan	0,00	-	-
Teste Chow	1,38**	-	-
Teste Hausman	62,31***	-	-

Fonte: Elaboração própria a partir dos resultados da pesquisa. ***p<0,01; **p<0,05; *p<0,10. Os coeficientes do modelo escolhido foram destacados em negrito.

Os resultados das estimativas apontam que, em relação às variáveis de interesse, o Fluxo de Caixa Operacional ($FCO_{i,t}$) apresentou coeficiente positivo (0,3462) e com significância ao nível de $p<0,10$. Portanto, os resultados sugerem que o fluxo de caixa operacional apresenta impacto positivo sobre a qualidade da informação contábil, indicando persistência do fluxo de caixa operacional.

Por outro lado, a variável de interesse relacionada à implementação do método de equivalência patrimonial ($FCO_{i,t-1} * IFRS_{i,t}$) não apresentou efeito significativo, logo, a utilização do método de equivalência patrimonial não apresentou efeito sobre a qualidade da informação contábil, considerando a persistência dos resultados contábeis para o fluxo de caixa operacional. Com isso, a hipótese de teste referente à persistência dos fluxos de caixa também é rejeitada, quando adotado o método de equivalência patrimonial para o reconhecimento de investimentos em *joint ventures*.

4.1.2 Modelo de Conservadorismo Condicional

Com o objetivo de testar a hipótese da existência do conservadorismo condicional, isto é, o fenômeno que associa a antecipação de registro e a possibilidade de perdas (*bad news vs good news*), a equação 4, descrita no item 3.5.2 foi utilizada.

Nessa equação, a variável de interesse que verifica o conservadorismo condicional é a que relaciona os retornos negativos com a variável *dummy* ($R_{i,t} * DR_{i,t}$). No entanto, como se pretende averiguar o efeito da adoção do método de equivalência patrimonial no

reconhecimento dos investimentos em *joint ventures*, a variável de interesse é o coeficiente que verifica o conservadorismo interagido com a variável *dummy* IFRS ($R_{i,t} * DR_{i,t} * IFRS_{i,t}$). Tal coeficiente precisa apresentar resultado negativo e ser estatisticamente significativo para que a hipótese de teste relacionada ao conservadorismo condicional não seja rejeitada.

Após uma estimativa por Mínimos Quadrados Ordinários (MQO) para os modelos, foi realizado o teste do fator de inflação da variância – VIF para verificar se existe multicolinearidade nas variáveis explicativas. Depois de aplicado o teste, foi verificado que, para esse modelo, a variável representada pela multiplicação da *dummy* de queda nas vendas e variação das vendas apresentou multicolinearidade, pois o valor do VIF foi de 11,91, ou seja, está acima de 10, conforme apresentado na Tabela 10.

Tabela 10 – Teste de multicolinearidade para o modelo de Conservadorismo Condicional

Variável	VIF	1 / VIF
$DR_{i,t}$	2.02	0.494524
$R_{i,t}$	1.04	0.957658
$IFRS_{i,t}$	1.74	0.57339
$R_{i,t} * DR_{i,t}$	4.11	0.243536
$R_{i,t} * DR_{i,t} * IFRS_{i,t}$	3.57	0.280495
$DS_{i,t}$	1.36	0.734819
$VS_{i,t} - VM_{i,t-1}$	11.9	0.084058
$DS_{i,t} * VS_{i,t} - VM_{i,t-1}$	11.91	0.083941
$T_{i,t}$	1.53	0.654292
$Div_{i,t}$	1.28	0.784083
$G_{i,t}$	1.08	0.924314
$FCO_{i,t}$	1.38	0.723238

Fonte: Elaboração própria a partir dos resultados da pesquisa.

Na Tabela 11, foram apresentados os resultados das estimativas dos modelos de painel de dados para o conservadorismo condicional. Sendo assim, como já foi sugerido anteriormente para os modelos, foram estimados os modelos painel de dados *Pooling* para os dados empilhados, com efeitos fixos e com efeitos aleatórios e os testes apontaram para a escolha do modelo de painel com efeitos aleatórios.

Tabela 11 – Estimativas do Modelo de Conservadorismo Condicional – Global

Variáveis	Pooling	RE	FE
$DR_{i,t}$	0,2703	0,2122	0,0269
$R_{i,t}$	-7,49e-6	-0,00002	-0,00005
$IFRS_{i,t}$	0,2097	0,2131	0,1215
$R_{i,t} * DR_{i,t}$	0,0094	0,0083	0,0077
$R_{i,t} * DR_{i,t} * IFRS_{i,t}$	0,0135	0,0131	0,0093
$DS_{i,t}$	1,0304**	0,9944***	0,8005**
$VS_{i,t} - VM_{i,t-1}$	-0,5277	-0,5026	-0,4851
$DS_{i,t} * VS_{i,t} - VM_{i,t-1}$	3,4211***	3,3662***	3,2635***
$T_{i,t}$	-0,2323**	-0,2301*	-0,1174
$Div_{i,t}$	-1,3246**	-1,4048*	-1,9181
$G_{i,t}$	0,7442**	0,6899	-0,5739
$FCO_{i,t}$	1,44e-8	1,38e-8	-6,40e-9
Constante	4,1524**	4,2067**	3,3615
Amostra (n)	494	494	494
Shapiro-Wilk (p-valor)	0,4314	0,4270	0,4555
R ²	0,6020	-	-
R ² within	-	0,5811	0,5848
R ² between	-	0,6410	0,5241
R ² overall	-	0,6020	0,5770
Teste ML Breush-Pagan	13,27***	-	-
Teste Chow	1,65***	-	-
Teste Hausman	13,49	-	-

Fonte: Elaboração própria a partir dos resultados da pesquisa. ***p<0,01; **p<0,05; *p<0,10. Os coeficientes do modelo escolhido foram destacados em negrito.

As estimativas apontaram que os resultados negativos oriundos da variável de interesse que verifica a presença do conservadorismo condicional ($R_{i,t} * DR_{i,t}$) não foram estatisticamente significativos (0,0083). Ademais, quando interagido com a variável *dummy* IFRS ($R_{i,t} * DR_{i,t} * IFRS_{i,t}$), os resultados também não se apresentam de maneira significativa (0,0131). Diante disso, a hipótese de teste referente ao conservadorismo condicional é rejeitada, em razão da adoção do método de equivalência patrimonial no reconhecimento dos investimentos em *joint ventures* não influenciar a qualidade da informação contábil.

4.1.3 Modelo de Gerenciamento de Resultados

O modelo a ser utilizado para mensurar o gerenciamento dos resultados contábeis derivado da implementação da IFRS 11, será o modelo de Pae (2005), especificado no item 3.5.3, equação 7.

Após uma estimativa por Mínimos Quadrados Ordinários (MQO) para os modelos, foi realizado o teste do fator de inflação da variância – VIF (*Variance Inflation Factor*), conforme Tabela 12, para verificar se existem multicolinearidade nas variáveis explicativas. Depois de aplicado o teste, foi verificado que, para esse modelo, nenhuma variável apresentou multicolinearidade.

Tabela 12 – Teste de multicolinearidade para os modelos de Gerenciamento de Resultados

Variável	VIF	1 / VIF
Modelo antes da adoção da IFRS 11 (consolidação proporcional)		
1		
A_{it-1}	1.83	0.546675
$\Delta REV_{i,t}$	1.38	0.722997
$PPE_{i,t}$	1.34	0.747677
$FCO_{i,t} - AT_{i,t-1}$	2.24	0.446001
$FCO_{i,t-1} - AT_{i,t-2}$	5.12	0.195309
$TAcc_{i,t-1} - AT_{i,t-2}$	3.84	0.260379
$T_{i,t}$	1.4	0.714168
$Div_{i,t}$	2.12	0.472301
$G_{i,t}$	1.5	0.667323
Modelo depois da adoção da IFRS 11 (equivalência patrimonial)		
1		
A_{it-1}	2.65	0.377923
$\Delta REV_{i,t}$	1.23	0.810158
$PPE_{i,t}$	1.46	0.686793
$FCO_{i,t} - AT_{i,t-1}$	2.97	0.336703
$FCO_{i,t-1} - AT_{i,t-2}$	2.1	0.475407
$TAcc_{i,t-1} - AT_{i,t-2}$	1.71	0.585879
$T_{i,t}$	1.46	0.683286
$Div_{i,t}$	1.35	0.742894
$G_{i,t}$	1.2	0.836632

Fonte: Elaboração própria a partir dos resultados da pesquisa

A Tabela 13 apresenta os resultados das estimativas dos modelos de painel de dados para o gerenciamento de resultados, tanto antes quanto depois da adoção da IFRS 11 (consolidação proporcional e equivalência patrimonial). Desse modo, assim como já foi realizado nos modelos anteriores, foram estimados os modelos painel de dados *Pooling* para os dados empilhados, com efeitos fixos e com efeitos aleatórios e os testes demonstraram que, para ambos os casos, o modelo mais adequado é o modelo de painel com efeitos fixos.

Tabela 13 – Estimativas do Modelo de Gerenciamento de Resultados Contábeis – Global (antes e depois da adoção da IFRS 11)

Variáveis	Antes da Adoção da IFRS 11			Depois da Adoção da IFRS 11		
	Pooling	RE	FE	Pooling	RE	FE
1						
A_{it-1}	-2556,2420***	-2556,2420***	-3948,8620***	-6301,4610***	-6301,4610***	-11159,3800***
$\Delta REV_{i,t}$	0,1477***	0,1477***	0,1746***	-0,0386	-0,0385	0,0051
$PPE_{i,t}$	-0,0438**	-0,0438**	-0,1147	-0,0292*	-0,0292	0,0410
$FCO_{i,t}$	-0,7539***	-0,7539***	-0,8853***	-0,9327***	0,9327***	-1,0812***
$FCO_{i,t-1}$	0,5386***	0,5386***	0,0612	0,2410*	0,2410	0,0236
$TAcc_{i,t-1}$	0,5735***	0,5735***	0,1045	0,3185***	0,3185***	0,0630
$T_{i,t}$	-0,0034	-0,0034	0,0020	0,0040	0,0040	-0,0273
$Div_{i,t}$	-0,0665***	-0,0665***	-0,3331***	-0,1042***	-0,1042***	-0,1707***
$G_{i,t}$	-0,0157*	-0,0157*	0,0448	0,0226*	0,0226***	-0,0304
Constante	0,1051*	0,1051*	0,2098	0,0074	0,0074	0,5697
Amostra (n)	213	213	213	368	368	368
Shapiro-Wilk (p-valor)	0,8964	0,8964	0,8177	0,8490	0,8490	0,9626
R ²	0,8093	-	-	0,5396	-	-
R ² within	-	0,6875	0,8213	-	0,4474	0,5308
R ² between	-	0,8879	0,6259	-	0,7203	0,2706
R ² overall	-	0,8093	0,6485	-	0,5396	0,3345
Teste ML Breush-Pagan	0,00	-	-	0,00	-	-
Teste Chow	2,62***	-	-	1,91***	-	-
Teste Hausman	54,22***	-	-	17,77***	-	-

Fonte: Elaboração própria a partir dos resultados da pesquisa. ***p<0,01; **p<0,05; *p<0,10. Os coeficientes do modelo escolhido foram destacados em negrito.

Entretanto, o gerenciamento de resultados é observado a partir dos resíduos, o qual é submetido a um teste de médias independentes, compreendendo o período antes e depois da implementação da IFRS 11, isto é, o período em que o reconhecimento dos investimentos em *joint ventures* eram realizados por consolidação proporcional e quando passou a ser realizado pelo método de equivalência patrimonial, conforme demonstrado na Tabela 14.

Tabela 14 – Análise dos resíduos dos modelos de gerenciamento de resultados

Adoção da IFRS 11	Média	Desvio-padrão	t-estatística	n	df
Antes	9,39e-10	0,0933	4,48***	213	212
Depois	-2,72e-10	0,0986	5,44***	368	367

Fonte: Elaboração própria a partir dos resultados da pesquisa. ***p<0,01; **p<0,05; *p<0,10.

Diante disso, espera-se que o desvio padrão médio dos resíduos diminua com a adoção da IFRS 11 (adoção do método de equivalência patrimonial), uma vez que a qualidade da informação contábil é otimizada quando o gerenciamento de resultado é reduzido com aplicação de determinada norma. Neste caso, a hipótese de teste que menciona redução do gerenciamento

dos resultados contábeis após alteração do método de contabilização firmado pela IFRS 11 não é rejeitada.

Observa-se que quando realizado pelo método de consolidação proporcional, o desvio padrão médio dos resíduos era de 9,39 e -10 e quando houve a mudança para o método de equivalência, passou a ser -2,72 e -10, o que permite inferir uma redução no gerenciamento de resultados, conforme especificado pela hipótese de teste H_{1c} , a qual não é rejeitada.

4.1.4 Modelo de Relevância dos Resultados Contábeis (Value Relevance)

Para testar a relevância dos resultados contábeis, o modelo operacional utilizado é o descrito no item 3.5.4, equação 9.

Inicialmente, após uma estimativa por Mínimos Quadrados Ordinários (MQO) para os modelos, foi realizado o teste do fator de inflação da variância – VIF (*Variance Inflation Factor*) para verificar se existem multicolinearidade nas variáveis explicativas. Conforme demonstrado na Tabela 16, depois de aplicado o teste, verificou-se que as variáveis de endividamento e patrimônio líquido, excluído o lucro líquido, apresentaram multicolinearidade, sendo que a variável relacionada ao patrimônio líquido apresentou multicolinearidade apenas depois da adoção da IFRS 11 (equivalência patrimonial) com valor de 13,27, enquanto que a de endividamento apresentou tanto antes (consolidação proporcional) quanto depois (equivalência patrimonial) da adoção da IFRS 11 com valor de 10,53 e 14,05, respectivamente, sendo todas com valor acima de 10.

Tabela 15 – Teste de multicolinearidade para os modelos de Relevância dos Resultados Contábeis

Variável	VIF	1 / VIF
Modelo antes da adoção da IFRS 11 (consolidação proporcional)		
$PL_{i,t}$	5.62	0.178012
$LL_{i,t}$	2.99	0.334428
$PL_{i,t} * LL_{i,t}$	1.62	0.61568
$T_{i,t}$	1.69	0.589995
$Div_{i,t}$	10.53	0.094925
$G_{i,t}$	1.16	0.86414
$FCO_{i,t}$	1.11	0.904605
Modelo depois da adoção da IFRS 11 (equivalência patrimonial)		
$PL_{i,t}$	13.27	0.075333
$LL_{i,t}$	5.6	0.178667
$PL_{i,t} * LL_{i,t}$	1.19	0.838362
$T_{i,t}$	1.72	0.581846
$Div_{i,t}$	14.05	0.071192
$G_{i,t}$	1.15	0.866678
$FCO_{i,t}$	1.48	0.675306

Fonte: Elaboração própria a partir dos resultados da pesquisa.

Na Tabela 16, são apresentados os resultados das estimativas dos modelos de painel de dados para a Relevância dos Resultados Contábeis antes e depois da adoção da IFRS 11 (consolidação proporcional e equivalência patrimonial). Portanto, como já foi realizado nos modelos anteriores, foram estimados os modelos painel de dados *Pooling* para os dados empilhados, com efeitos fixos e com efeitos aleatórios e os testes indicaram que, para ambos os períodos, o modelo mais adequado é o ajustado com efeitos fixos.

Tabela 16– Estimativas do Relevância dos Resultados Contábeis – Global (antes e depois da adoção da IFRS 11)

Variáveis	Antes da IFRS 11			Depois da IFRS 11		
	<i>Pooling</i>	RE	FE	<i>Pooling</i>	RE	FE
$PL_{i,t}$	1,2341	3,5400***	4,9536***	1,5131***	1,9398***	3,2838**
$LL_{i,t}$	5,8820***	4,9285***	4,3736***	2,5620***	2,4747***	3,5777**
$PL_{i,t} * LL_{i,t}$	6,3391***	1,5294	1,4194**	-0,1740	0,3912*	0,8880***
$T_{i,t}$	-0,1365**	-0,1612	-0,2106	-0,0048	-0,0889*	-0,6843***
$Div_{i,t}$	3,5444*	4,2680***	4,6550***	1,0241***	1,5786**	2,6033**
$G_{i,t}$	0,0276	0,2621	1,5242***	0,1649***	0,0485	0,1681
$FCO_{i,t}$	4,26e-9	-1,03e-10	-1,08e-9	-9,21e-10	1,47e-9	-6,47e-10
Constante	-0,0875	-0,8178	-1,3253	-0,6287	0,2719	8,6693***
Amostra (n)	208	208	208	359	359	359
Shapiro-Wilk (p-valor)	0,8147	0,7954	0,9320	0,8001	0,8607	0,9687
R ²	0,5698	-	-	0,2009	-	-
R ² within	-	0,7117	0,7708	-	0,1548	0,3580
R ² between	-	0,3717	0,1582	-	0,1265	0,0325
R ² overall	-	0,4219	0,2137	-	0,1194	0,0365
Teste ML	78,54***	-	-	234,23***	-	-
Breusch-Pagan	26,03***	-	-	13,23***	-	-
Teste Chow	42,73***	-	-	183,74***	-	-
Teste Hausman						

Fonte: Elaboração própria a partir dos resultados da pesquisa. ***p<0,01; **p<0,05; *p<0,10. Os coeficientes do modelo escolhido foram destacados em negrito.

Os resultados indicaram que, entre as variáveis de interesse do modelo escolhido, as variáveis do patrimônio líquido e lucro líquido apresentaram impacto positivo sobre o valor de mercado, haja vista que ambas são estatisticamente significativas. Desse modo, verifica-se que essas duas variáveis representam a percepção do mercado com relação a elas.

No entanto, devido às variáveis de interesse (patrimônio líquido e lucro líquido) serem estatisticamente significativas e apresentarem impacto positivo em relação à percepção do mercado no que concerne a elas, tanto antes quanto depois da adoção da IFRS 11, o *value relevance* é observado pelo poder explicativo mensurado pelo R², sendo necessário que este seja superior após a adoção da IFRS 11, representando, assim, um aumento da qualidade da informação contábil.

Por meio da Tabela 16, nota-se que o R^2 que antes era de 0,2137 passou a ser de 0,0365 depois da adoção da IFRS 11, indicando que não houve uma melhoria da qualidade da informação contábil. Com isso, a hipótese de teste que menciona os resultados contábeis mais relevantes após a adoção da IFRS 11 (equivalência patrimonial) é rejeitada.

4.2 Discussão dos Resultados

Diante dos resultados alcançados, tem-se que: em relação à hipótese de teste referente à persistência “*Aumentou a persistência dos resultados contábeis após a mudança do método de contabilização estipulado pela IFRS 11*”, pode-se notar que existe no modelo da pesquisa, no entanto, quando analisado em relação à adoção da IFRS 11 passa a não existir, ou seja, essa persistência não oriunda da mudança do método de reconhecimento de investimentos em *joint ventures*, não influenciando, portanto, na qualidade informacional, o que permite rejeitar a hipótese de teste.

Quanto à segunda hipótese de teste, de que “*Aumentou o reconhecimento pontual de perdas (conservadorismo condicional) após a mudança do método de contabilização definido pela IFRS 11*”, pode-se observar que foi a única dimensão em que os resultados não se apresentaram mais conservadores, nem quando adotada a consolidação proporcional e nem quando realizado pelo método de equivalência patrimonial, permitindo rejeitar a hipótese de teste.

Já a hipótese de teste relacionada ao gerenciamento de resultados, a qual menciona que “*Há redução na prática de gerenciamento dos resultados contábeis após a mudança do método de contabilização firmado na IFRS 11*” não foi rejeitada, uma vez que o modelo estatístico utilizado para mensurar o gerenciamento demonstrou um menor gerenciamento após a mudança do método de reconhecimento para equivalência patrimonial.

Este resultado pode ser explicado pelo fato da adoção da IFRS restringir que o gerenciamento ocorra devido à formalização e à padronização das normas, ou seja, determinar que esse reconhecimento fosse realizado apenas pelo método de equivalência patrimonial, impedindo que os gestores escolhessem o método a ser utilizado.

No entanto, de acordo com Dechow e Skinner (2000), há diferentes interpretações acerca do gerenciamento de resultados, dificultando que exista um entendimento abrangente das motivações dessa prática, o que leva a resultados empíricos divergentes.

Com relação a última hipótese de teste, relacionada ao *value relevance*, a qual menciona que “*Os resultados contábeis são mais relevantes após a mudança do método de contabilização*”

definido pela IFRS 11”, também foi rejeitada neste estudo, devido aos achados da pesquisa demonstrarem que, embora apresentem-se de maneira relevante, quando verificado em relação à alteração do método de reconhecimento dos investimentos em *joint ventures* para o método de equivalência patrimonial passa a não ser mais relevante, o que demonstra que a alteração dos métodos não influencia na qualidade informacional.

O fato da dimensão *value relevance* ser rejeitada nesta pesquisa pode ser explicada ao confrontar os resultados desta pesquisa com o estudo de Furuta (2005), que teve como objetivo analisar o impacto da adoção ou não do método de consolidação proporcional, e com o de Sarquis (2015), que analisou o impacto nas demonstrações contábeis com a eliminação da consolidação proporcional e aplicação do método de consolidação proporcional, ambos em investimentos em *joint ventures*. Os achados dos dois estudos foram que houve alterações significativas nos indicadores financeiros das entidades, no entanto, eles constataram que o saldo da conta lucro líquido e patrimônio líquido permanecem iguais em ambos os métodos de reconhecimento. Diante disso, explica-se o comportamento do modelo de *value relevance* quando utilizado para mensurar a qualidade da informação contábil.

5 CONCLUSÕES

O presente estudo verificou se há efeito na qualidade da informação contábil divulgada, resultante da eliminação do método de consolidação proporcional e aplicabilidade do método de equivalência patrimonial no reconhecimento dos investimentos em *joint ventures*, possibilitando analisar se a mudança dos métodos de reconhecimento tornou as demonstrações com maior qualidade informacional. Optou-se por estudar a qualidade da informação contábil em *joint ventures* devido à existência de vários argumentos favoráveis e contrários para ambos os métodos (equivalência patrimonial e consolidação proporcional), justificando a dificuldade de existir um consenso entre eles.

Foi utilizada, como teoria de base, a divulgação, na categoria de Pesquisa sobre Divulgação Baseada em Eficiência, uma vez que esta pesquisa busca verificar o efeito na qualidade das informações contábeis, resultante da eliminação da consolidação proporcional e aplicabilidade do método de equivalência patrimonial, a fim de determinar qual dos dois métodos apresenta mais eficiência, tendo como base as informações divulgadas pelas entidades. Segundo Verrechia (2001), essa categoria compreende pesquisas que têm como objetivo averiguar quais configurações de divulgações são as preferidas, ou seja, são trabalhos que discutem quais os tipos de divulgação são mais eficientes (Salloti e Yamamoto, 2005).

A metodologia utilizada foi a regressão de dados em painéis para cada uma das quatro dimensões da qualidade da informação contábil (persistência, conservadorismo condicional, gerenciamento de resultados e *value relevance*), a fim de testar as hipóteses de teste estabelecidas e, conseqüentemente, responder a hipótese de pesquisa e o objetivo geral.

Com base nos resultados das hipóteses de teste, tem-se que a hipótese de pesquisa “*Houve melhora na qualidade das informações contábeis após a mudança do método de reconhecimento dos investimentos em joint ventures determinado pela IFRS 11*” é rejeitada, a qual permite concluir que os achados desta pesquisa são opostos aos resultados encontrados por Dima e Saccon (2015), que declaram que a forma como os investimentos em *joint ventures* é divulgada nas demonstrações contábeis afeta diretamente a qualidade da informação contábil produzida e transmitida aos usuários.

Portanto, respondendo ao problema de pesquisa “Qual o efeito na qualidade da informação contábil a partir da obrigatoriedade do uso da equivalência patrimonial em relação à consolidação proporcional, conforme determinado na IFRS 11?”, conclui-se que não é

possível afirmar, diante das informações divulgadas pelas entidades e utilizando os modelos estatísticos desta pesquisa, qual dos dois modelos apresenta divulgação de maneira mais eficiente em relação à qualidade informacional.

Comparado com estudos que abrangem essa mesma temática, adoção da IFRS e qualidade informacional, nota-se que estes abrangem um curto período, não superior a 2013, evitando conclusões mais robustas, impossibilitando compreender de forma mais eficaz o efeito na qualidade da informação contábil após a adoção da IFRS. Diante disso, o presente estudo apresenta um diferencial: um período de investigação mais longo, de 2010 a 2017. Desta forma, permite que a análise capte, de fato, os efeitos causados, uma vez que dificilmente poderia ser verificado algum tipo de efeito com o uso da IFRS ainda no seu primeiro ano de adoção.

No tocante às dimensões e aos modelos estatísticos adotados para testar cada uma das hipóteses de teste desta pesquisa, pode-se afirmar que todas as dimensões foram rejeitadas, com exceção à dimensão de gerenciamento de resultados contábeis.

Quanto aos resultados alcançados, estes demonstram divergência em relação a duas das quatro dimensões utilizadas por Rodrigues (2012). O autor analisou a qualidade da informação em decorrência da adoção das IFRS, de forma global, em dois grupos de países e por país individualizado e encontrou evidências de que as dimensões de persistência e conservadorismo também não tiveram influência, entretanto, houve um aumento do gerenciamento de resultados e o poder informativo das informações contábeis aumentou em relação ao patrimônio líquido e lucro líquido.

Em relação ao estudo de Barth, Landsman e Lang (2008), que analisaram a adoção voluntária dos padrões contábeis internacionais, houve divergência de duas das três dimensões utilizadas, uma vez que encontraram evidências de maior conservadorismo e maior relevância das variáveis contábeis (*value relevance*), entretanto, também concluíram que houve uma redução do gerenciamento de resultados. A dimensão do *value relevance* também não se apresentou de forma significativa no estudo de Espinosa, Iñiguez e Poveda (2015).

Nota-se que a qualidade da informação contábil vem sendo foco nos estudos ao longo dos anos, principalmente, após a implantação da IFRS, seja para verificar a distribuição de dividendos, a partir do lucro, bem como o comportamento do mercado em relação à divulgação das demonstrações contábeis da empresa.

Diante disso, como sugestão para futuros trabalhos, podem ser investigadas outras dimensões (transparência, qualidade de auditoria, refazimento das demonstrações contábeis) da qualidade da informação contábil, que não foram trabalhadas neste estudo, uma vez que a

qualidade da informação pode significar coisas diferentes para os diversos usuários das demonstrações financeiras.

Outra possibilidade de estudo seria investigar outras variáveis de controle que pudessem ser adicionadas aos modelos operacionais desta pesquisa, a fim de controlar a heterogeneidade entre as empresas listadas. Além disso, poderiam abranger empresas de capital aberto listadas em outras bolsas de valores, possibilitando um aumento no número da amostra.

Por fim, investigar a relação entre as variáveis que explicam a qualidade da informação contábil com o ambiente empresarial e regulatório que a organização empresarial está inserida, com o intuito de verificar se a qualidade da informação dos investimentos em *joint ventures* varia de acordo com a bolsa de valores e o país que a entidade pertence.

REFERÊNCIAS

- Alencar, R. C. & Dalmácio, F. Z. (2006). A relevância da informação contábil no processo de avaliação de empresas brasileiras – uma análise dos investimentos em ativos intangíveis e seus efeitos sobre *value relevance* e patrimônio líquido. In *Anais*, 30 EnANPAD, BA, Salvador. Recuperado de <http://www.anpad.org.br/enanpad/2006/dwn/enanpad2006-fica-3139.pdf>.
- Anuatti Neto, F., Barossi Filho, M., Carvalho, A. G. & Macedo, R. (2005). Os efeitos da privatização sobre o desempenho econômico e financeiro das empresas privatizadas. *Revista Brasileira de Educação – RCE*, Vol. 59, N° 2, pp. 151-175.
- B3 – Brasil, Bolsa, Balcão (2018). Empresas listadas na bolsa de valores de São Paulo. Recuperado em 24 julho, 2018 de http://www.b3.com.br/pt_br/produtos-e-servicos/negociacao/renda-variavel/empresas-listadas.htm.
- Bagaeva, A. (2008). An Examination of the effect of international investors on a accounting information quality in Russia. *Advances in Accounting incorporating Advances in International Accounting*, Vol. 24, pp. 157-161.
- Ball, R. & Shivakumar, L. (2005). Earnings quality in UK private firms: comparative loss recognition timeliness. *Journal of Accounting and Economics*, Vol. 39, N° 1, pp. 83-128.
- Baltagi, Badi H. (2005). *Econometric analysis of panel data*. 3a ed., John Wiley and Sons. Recuperado de https://himayatullah.weebly.com/uploads/5/3/4/0/53400977/baltagi-econometric-analysis-of-panel-data_himmy.pdf.
- Banker, R., Basu, S., Byzalov, D. & Chen, J. Y. S. (2016). The confounding effect of cost stickiness on conservatism estimates. *Journal of Accounting and Economics*, 61(1), pp. 203-220.
- Barth, M. E. (2008). Global financial reporting: implications for us academics. *The Accounting Review*, Vol. 83, N° 5, pp. 1159-1179.
- Barth, M. E., Beaver, W. H. & Landsman, W. R. (2001). The relevance of the value relevance literature for financial accounting standard setting: another view. *Journal of Accounting and Economics*, Vol. 31, pp. 77-104.
- Barth, M. E., Landsman, W. R. & Lang, M. H. (2008). International accounting standards and accounting quality. *Journal of Accounting Research*, Vol. 46, pp. 467-498.
- Basu, S. (1997). The conservatism principle and the asymmetric timeliness of earnings. *Journal of Accounting and Economics*, Vol. 24, pp. 3-37.
- Bauman, M. P. (2003). The Impact and Valuation of Off-Balance-Sheet Activities Concealed by Equity Method Accounting. *Accounting Horizons*, Vol. 17, N° 4, pp. 303-314.

- Bauman, M. P. (2007). Proportionate consolidation versus the equity method: Additional evidence on the association with bond ratings. *International Review of Financial Analysis*, Vol. 16, N° 5, pp. 496-507.
- Betancourt, L. & Baril, C. P. (2013). Accounting for Joint Ventures Moves Closer to Convergence. *The CPA Journal*, pp. 26-31.
- Brown, S., Lo, K. & Lys, T. (1999). Use of R2 in accounting research: measuring changes in value relevance over the last four decades. *Journal of Accounting and Economics*, 28(2), 83-115.
- Bruzoni Júnior, A. C., Coelho, D. M., Ott, E. & Menegat, L. A. (2017). Persistência e *value relevance* dos resultados contábeis com a adoção das IFRS: um estudo em empresas de países do GLENIF. *Revista Enfoque: Reflexão Contábil*, Vol. 36, N° 3, pp. 33-51.
- Cappellesso, G., Rodrigues, J. M. & Vieira, E. T. (2017). Qualidade da informação contábil: uma investigação sobre o nível de percepção qualitativa dos contadores e auditores do Distrito Federal. *Revista Ambiente Contábil*, Vol. 9, N° 2, pp. 1-22.
- Cervo, A. L., Bervian, P. A. & Silva, R. (2011). Metodologia científica, 6a ed., São Paulo: Pearson Education do Brasil.
- Chowdhury, I. R. & Chowdhury, P. R. (2001). A theory of joint venture life-cycles. *Internacional Journal of Industrial Organization*, Vol. 19, N° 3, pp. 319-343.
- Coelho, C. M. P., Niyama, J. K. & Rodrigues, J. M. (2011). Análise da Qualidade da Informação Contábil frente à Implementação dos IFRS: Uma pesquisa baseada nos periódicos internacionais (1999 a 2010). *Sociedade Contabilidade e Gestão*, Vol. 6, N° 2, pp. 7-20.
- Consoni, S., Colauto, R. D. & Lima, G. A. S. F. (2017). A divulgação voluntária e o gerenciamento de resultados contábeis: evidências no mercado de capitais brasileiro. *Revista Contabilidade & Finanças*, Vol. 28, N° 74, pp. 249-263.
- Cooper, D. R. & Schindler, P. S. (2016). Métodos de Pesquisa em Administração, trad: Scientific Linguagem Ltda, textos da 10 ed.: Iuri Duquia Abreu, 12 ed., Porto Alegre: AMGH.
- Correa, J. C. (2016). *Incorporação do pensamento integrado aos mecanismos internos como pré-requisito para a viabilização do processo de asseguaração independente para relatório integrado* (Dissertação de Mestrado). Universidade Estadual de Maringá – Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, PR, Maringá.
- Darrought, M. N. & Stoughton, N. M. (1989). A Bargaining Approach to Profit Sharing in Joint Ventures. *The Journal of Business*, Vol. 62, N° 2, pp. 237-270.
- Dechow, P. M. & Dichev, I. D. (2002). The quality of accruals and earnings: the role of accruals estimation errors. *The Accounting Review*, Vol. 77, pp. 35-59.
- Dechow, P. M., Hutton, A. P., Kim, J. H. & Sloan, R. G. (2012). Detecting Earnings Management: A New Approach. *Journal of Accounting Research*, Vol. 50, N° 2, pp. 275-334.

- Dechow, P. M. & Schrand, C. M. (2004). Earning quality. Charlottesville (Virginia): CFA Institute. Recuperado em 19 agosto, 2018 de <http://csinvesting.org/wp-content/uploads/2015/04/Defining-Earnings-Quality-CFA-Publication.pdf>.
- Dechow, P. M. & Skinner, D. J. (2000). Earnings management: Reconciling the views of accounting academics, practitioners and regulators. *Accounting Horizons*, Vol. 14, N° 2, pp. 235-250.
- Dechow, P. M., Sloan, R. G. & Sweeney, A. P. (1995). Detecting earnings management. *The Accounting Review*, Vol. 70, N° 2, pp. 193-225.
- Dechow, P. M., Ge, W. & Schrand, C. (2010). Understanding earnings quality: a review of the proxies their determinants and their consequences. *Journal of Accounting and Economics*, Vol. 50, pp. 344-401.
- Delloite (2008). Joint Arrangements (Joint Ventures). Recuperado em 18 maio, 2018 de https://www.iasplus.com/en/meeting-notes/iasb/2008/agenda_0804/agenda966
- Dye, R. A. (2001). Na evaluation of “essas on disclosure” and the disclosure literature in accounting. *Journal of Accounting and Economics*, Vol. 32, pp. 181-235.
- Economática (2018). Sistema Economática – banco de dados. Recuperado em 16 julho, 2018 de <https://economica.com/aboutus.html>
- Espinosa, M., Iñiguez, R. & Poveda, F. (2015). Interacción proporcional vs Método de la Participación: Análises de valoración y capacidade predictiva, *Journal of Finance and Accounting*, Vol. 44.
- Ernst & Young (2011). IFRS 10, 11 e 12: Impactos da adoção das normas nos setores imobiliário e de construção civil. Recuperado em 17 maio, 2018, de [http://ey.mobi/Publication/vwLUAssets/Folder_-_IFRS_10_11_12_-_Mercado_Imobiliario/\\$FILE/IFRS_10_11_12_-_Mercado_Imobiliario.pdf](http://ey.mobi/Publication/vwLUAssets/Folder_-_IFRS_10_11_12_-_Mercado_Imobiliario/$FILE/IFRS_10_11_12_-_Mercado_Imobiliario.pdf)
- Feltham, G. A. & Ohlson, J. A. (1995). Valuation and Clean Surplus Accounting for Operation and Financial Activities. *Contemporary Accounting Research*, Vol. 11, N° 2, pp. 689-731.
- Financial Accounting Standards Board – FASB (2014). ASC 323 – Investments – Equity Method and Joint Ventures.
- Franco, M. J. B. (2007). Tipologia de processos de cooperação empresarial: uma investigação empírica sobre o caso português. *Revista de Administração Contemporânea*, Vol. 11, N° 3, pp. 149-176.
- Frankel, R. & Litov, L. (2009) Earnings persistence. *Journal of Accounting and Economics*, Vol. 47, pp. 182-190.
- Furuta, F. (2005). *Estudo da Consolidação Proporcional nas Empresas que atuam no Mercado Brasileiro* (Dissertação de Mestrado). Universidade de São Paulo – USP, SP, São Paulo.
- Gibbins, M., Richardson, A. & Waterhouse, J. (1990). The management of corporate financial disclosure: opportunism, ritualism, policies, and processes. *Journal of Accounting Research*, Vol. 28, N° 1, pp. 121-143.

- Graham, R. C., King, R. D. & Morrill, C. K. J. (2003). Decision Usefulness of Alternative Joint Venture Reporting Methods. *Accounting Horizons*, Vol. 17, N° 3, pp. 127-137.
- Grecco, M. C. P., Geron, C. M. S. & Formigoni, H. (2009). O impacto das mudanças nas práticas contábeis no nível de conservadorismo das companhias abertas brasileiras. In *Anais 16 Congresso Brasileiro de Custos*, CE, Fortaleza. Recuperado de <https://anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/article/view/1089/1089>.
- Greene, W. H. (2008). *Econometric analysis*, 6a ed., Upper Saddle River: Pearson Prentice Hall.
- Gujarati, D. N. & Porter, D. C. (2011). *Econometria básica*, 5a ed., AMGH Editora Ltda.
- Healy, P. M., & Palepu, K. G. (2001). Information asymmetry, corporate disclosure, and the capital markets: A review of the empirical disclosure literature. *Journal of Accounting and Economics*, Vol. 31, N° (1-3), pp. 405–440.
- Healy, P. M. & Wahlen, J. M. (1998). A review of the earnings management literature and its implications for standard setting. SSRN Electronic Journal. Doi: 10.2139/ssrn.156445.
- Hendriksen, E. S. & Van Breda, M. F. (1999). *Teoria da Contabilidade*, 1 ed, São Paulo: Atlas.
- Instrução CVM n. 247, de 27 de março de 1996*. Dispõe sobre a avaliação de investimentos em sociedades coligadas e controladas e sobre os procedimentos para elaboração e divulgação das demonstrações contábeis consolidadas. Recuperado em 9 maio, 2018, de <http://www.cvm.gov.br/export/sites/cvm/legislacao/instrucoes/anexos/200/inst247consolid.pdf>
- International Accounting Standards Board – IASB (2005). IAS 31 Interests in Joint Ventures. Recuperado em 25 junho, 2018 de <https://www.iasplus.com/en/standards/ias/ias31>.
- International Accounting Standards Board – IASB (2007). Basis for Conclusion on Exposure Draft 09 – Joint Arrangements. Recuperado em 27 junho, 2018 de https://www.hkicpa.org.hk/-/media/HKICPAWebsite/HKICPA/section6_standards/standards/FinancialReporting/ed-pdf-2007/ED-ED9-IASB-bc.pdf.
- International Accounting Standards Board – IASB (2008). Exposure Draft and Comment Letters Joint Ventures. Recuperado em 18 maio, 2018, de <http://archive.ifrs.org/Current-Projects/IASB-Projects/Joint-Ventures/ED/Comments/Pages/Comment-Letters.aspx>.
- International Accounting Standards Board – IASB (2011a). Basis for Conclusion on IFRS Joint Arrangements. Recuperado em 27 maio, 2018, de https://www.aasb.gov.au/admin/file/content105/c9/IFRS11_BC_5-11.pdf.
- International Accounting Standards Board – IASB (2011b). IFRS 10 Consolidated Financial Statements. Recuperado em 20 maio, 2018, de <https://www.ifrs.org/issued-standards/list-of-standards/ifrs-10-consolidated-financial-statements/#translations>.
- International Accounting Standards Board – IASB (2011c). IFRS 11 Joint Arrangements. Recuperado em 20 maio, 2018 de <https://www.ifrs.org/issued-standards/list-of-standards/ifrs-11-joint-arrangements/>.

- International Accounting Standards Board – IASB (2011d). IFRS 12 Disclosure of Interests in Other Entities. Recuperado em 20 maio, 2018 de <https://www.ifrs.org/issued-standards/list-of-standards/ifrs-12-disclosure-of-interests-in-other-entities/>.
- Isidro, H. & Raonic, I. (2012). Firm incentives, institutional complexity and the quality of “harmonized” accounting numbers. *The International Journal of Accounting*, Vol. 47, N° 4, pp. 407-436.
- Iudícibus, S, Martins, E. & Carvalho, L. N. (2005). Contabilidade: aspectos relevantes da epopeia de sua evolução. *Revista Contabilidade & Finanças*, N° 38, pp. 7-19.
- Jones, J. J. (1991). Earnings Management During Import Relief Investigations. *Journal of Accounting Research*, Vol. 29, N° 2, pp. 193-228.
- Kerlinger, F. N (2013). Metodologia da pesquisa em ciências sociais: um tratamento conceitual; trad. Helena Mendes, [Reimpr.], São Paulo: E.P.U.
- Kothari, S. P. (2001). Capital markets research in accounting. *Journal of Accounting and Economics*, Vol. 31, pp. 105-231.
- Kothavala, K. (2003). Proportional consolidation versus the equity method: A risk measurement perspective on reporting interests in joint ventures. *Journal of Accounting and Public Policy*, Vol. 22, N° 6, pp. 517-538.
- La Porta, R. L., Lopez-de-Silanes, F. & Shleifer, A. (2008). The Economic Consequences of Legal Origins. *Journal of Economic Literature*, Vol. 46, N° 2, pp. 285-332.
- Lambert, R. C., Leuz, C. & Verrecchia, R. A. (2007). Accounting information, disclosure and de cost of capital. *Journal of Accounting Research*, Vol. 45, pp. 385-420.
- Lei n. 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Dispõe sobre as sociedades por ações. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/Leis/L6404compilada.htm
- Leitner-Hanetseder, S. & Stockinger, M. (2014). How does the elimination of the proportionate consolidation method for joint venture investments influence European companies? *A CRN Proceedings in Finance and Risk Series 2013: Proceedings of the 13th FRAP Conference in Cambridge*, Vol. 2. ACRN Publishing House.
- Lima, Strube, L. M. (04/2010). *IFRS: entendendo e aplicando as normas internacionais de contabilidade*. [Vitalsource]. Recuperado em 09 julho, 2018, de <https://online.vitalsource.com/#/books/9788522481644/>
- Lourenço, I. C. & Curto, J. D. (2010). Determinants of the Accounting Choice between Alternative Reporting Methods for Interests in Jointly Controlled Entities. *European Accounting Review*, Vol. 19, N° 4, pp. 739-773.
- Lourenço, I. C., Fernandes, S. & Curto, J. D. (2012). How does the Market view interests in jointly controlled entities? *Spanish Journal of Finance and Accounting / Revista Española de Financiación y Contabilidad*, Vol. 41, N° 153, pp. 119-142.
- Machado, I. M.& Santos, A. (2004). Demonstrações consolidadas pró-forma: importância avaliada em um caso real. *Revista Contabilidade & Finanças*, N° 34, pp. 34-49.

- Madeira, G. J., de Assis, J. L. F., & da Silva, K. B. A. (2004). Harmonização de normas contábeis: um estudo sobre as divergências entre normas contábeis internacionais e seus reflexos na contabilidade brasileira. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, 1(1), 115-139.
- Martinez, A. L. (2001). “Gerenciamento” dos resultados contábeis: Estudo empírico das companhias abertas brasileiras (Tese de Doutorado). Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, SP, São Paulo.
- Martins, E., Gelbcke, E. R.; Santos, A. & Iudícibus, S. (2013). Manual de Contabilidade Societária: aplicável a todas as sociedades – de acordo com as normas internacionais e CPC, 2 ed., São Paulo: Atlas.
- Martins, G. A. & Theóphilo, C. R. (2009). Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas, 2 ed., São Paulo: Atlas.
- Mazzioni, S. & Klann, R. C. (2018). Aspectos da qualidade da informação contábil no contexto internacional. *Revista Brasileira Gestão e Negócios*, Vol. 20, N° 1, pp. 92-111.
- Morais, A. I. & Curto, J. D. (2008). Accounting quality and the adoption of IASB Standards – Portuguese Evidence. *Revista Contabilidade & Finanças*, Vol. 19, N° 48, pp. 103-111.
- Mota, R. H. G. (2018). A influência dos ciclos econômicos no gerenciamento de resultados contábeis (Tese de Doutorado). Universidade Federal da Paraíba e Universidade Federal do Rio Grande do Norte, RN, Natal.
- Murcia, F. D. & Wuerges, A. (2011). Escolhas contábeis no mercado brasileiro: divulgação voluntária de informações versus gerenciamento de resultados. *Revista Universo Contábil*, Vol. 7, N° 2, pp. 28-44.
- Niyama, J. K. (2010). Contabilidade Internacional. 2 ed., São Paulo: Atlas.
- Ohlson, J. A. (1995). Earnings, Book Values and Dividends in Equity Valuation. *Contemporary Accounting Research*, Vol. 11, pp. 661-687.
- Paananen, M. (2008). The IFRS Adoption’s Effect on Accounting Quality in Sweden. *Social Science Research Network*. Recuperado em 14 junho, 2018 de https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1097659
- Pae, J. (2005). Expected Accrual Models: The Impact of Operating Cash Flows and Reversals of Accruals. *Review of Quantitative Finance and Accounting*, Vol. 24, N° 1, pp. 5-22.
- Paulo, E. (2007). Manipulação das informações contábeis: Uma análise teórica e empírica sobre os modelos operacionais de detecção de gerenciamento de resultados (Tese de Doutorado). Universidade de São Paulo – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, SP, São Paulo.
- Paulo, E., Cavalcante, P. R. N. & Melo, I. I. S. L. (2012). Qualidade das informações contábeis na oferta pública de ações e debêntures pelas companhias abertas brasileiras. *Brazilian Business Review*, Vol. 9, N° 1, pp. 1-26.

- Paulo, E. & Martins, E. (2007). Análise da qualidade das informações contábeis nas companhias abertas. In *Anais*, 31 EnANPAD, RJ, Rio de Janeiro. Recuperado de <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/CON-A1568.pdf>.
- Perez Junior, J. H. & Oliveira, L. M. (2012). *Contabilidade Avançada: texto e testes com as respostas*, 8 ed., São Paulo: Atlas.
- Pronunciamento técnico CPC 00, de 14 de março de 2008*. Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis. Recuperado em 3 agosto, 2018, de http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/455_CPC00%20Pronunciamento.pdf.
- Pronunciamento técnico CPC 00 (R1), de 15 de dezembro de 2011*. Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório-Contábil Financeiro. Recuperado em 16 maio, 2018, de http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/147_CPC00_R1.pdf.
- Pronunciamento técnico CPC 19 (R1), de 03 de junho de 2011*. Investimento em Empreendimento Controlado em Conjunto (*Joint Venture*). Recuperado em 21 julho, 2018, de <http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=50>
- Pronunciamento técnico CPC 19 (R2), de 09 de novembro de 2012*. Negócio em Conjunto. Recuperado em 21 julho, 2018 de http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/274_CPC_19_%20R2_rev%2008.pdf
- Pronunciamento técnico CPC 36 (R3), de 20 de dezembro de 2012*. Demonstrações Consolidadas. Recuperado em 09 julho, 2018, de http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/448_CPC_36_R3_rev%2008.pdf
- Reinaldo, L. M. (2017). *Estimação clássica e bayesiana para dados em painel*. (Dissertação de Mestrado). Universidade de Brasília – Programa de Pós-Graduação em Estatística, DF, Brasília.
- Resolução CFC n. 1.055, de 07 de outubro de 2005*. Cria o Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Recuperado em 09 julho, 2018, de http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/Res_1055.pdf
- Richardson, A., Roubi, R. R. & Soonawalla (2012). Decline in Financial Reporting for Joint Ventures? Canadian Evidence on Removal of Financial Reporting Choice. *European Accounting Review*, Vol. 21, N° 2, pp. 373-393.
- Richardson, R. J. (2012). *Pesquisa social: métodos e técnicas*, 3 ed., São Paulo: Atlas.
- Rodrigues, J. M. (2012). *Convergência Contábil Internacional: Uma análise da qualidade da informação contábil em razão da adoção dos padrões internacionais de contabilidade editadas pelo IASB* (Tese de Doutorado). Universidade de Brasília - Faculdade de Economia, Administração e Ciências Contábeis e Atuariais – FACE, DF, Brasília.
- Saccon, C. & Dima, S. M. (2015). Financial reporting for joint ventures and capital markets reactions. *International Journal of Economics and Business Research*, Vol. 9, N° 2, pp. 158-169.

- Saiki, T. G. & Antunes, M. T. P. (2010). Reconhecimento de ativos intangíveis em situação de business combinations: um exemplo prático da aplicação dos CPC 04 a CPC 15. *Boletim IOB – Temática Contábil e Balanços*, Vol. 46.
- Salotti, B. M. & Yamamoto, M. M. (2005). Ensaio sobre a Teoria da Divulgação. *BBR – Brazilian Business Review*, Vol. 2, N° 1, pp. 53-70.
- Sampieri, R. H., Collado, C. F. & Lucio, M. P. B. (2013). Metodologia de Pesquisa, trad: Daisy Vaz de Moraes, 5ed., Porto Alegre: Penso.
- Sanga, S. (2018). A Theory of Corporate Joint Ventures. *California Law Review*, Vol. 106, N° 5, pp. 1437-1475.
- Machado, I. M. (2005). Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial – erro na contabilização de dividendos quando existem lucros não realizados. *Revista Contabilidade & Finanças*, N° 39, pp. 7-19.
- Santos, C. K. S., Marques, A. V. C., Rech, I. J. & Costa, P. S. (2013). Efeitos na adoção das IFRS no conservadorismo contábil das companhias abertas que exploram ativos biológicos. In *Anais 20 Congresso Brasileiro de Custos*, MG, Uberlândia. Recuperado de <https://anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/article/view/109/109>.
- Santos, E. S. (2012). Análise dos impactos dos CPCs da primeira fase de transição para o IFRS no Brasil: Um exame dos ajustes aos resultados das DFPS de 2008. *Revista de Contabilidade e Organizações*, Vol. 6, N° 15, pp. 23-43.
- Santos, J. A. F. C. (2011). *Tratamento contabilístico dos interesses em entidades conjuntamente controladas nos sectores da construção e do real estate*. (Dissertação de Mestrado). ISCTE Business School, Portugal.
- Santos, L. P. G., Lima, G. A. S. F., Freitas, S. C. & Lima, I. S. (2011). Efeito da Lei 11.638/07 sobre o conservadorismo condicional das empresas listadas BM&FBOVESPA. *Revista Contabilidade & Finanças*, Vol. 22, N° 56, pp. 174-188.
- Santos, M. A. C. & Cavalcante, P. R. N. (2014). O efeito da adoção dos IFRS sobre a relevância informacional do lucro contábil no Brasil. *Revista Contabilidade & Finanças*, Vol. 25, N° 66, pp. 228-241.
- Sarquis, R. W. (2015). *Eliminação do Método de Consolidação Proporcional para Reconhecimento dos Investimentos em Joint Ventures: Quais os impactos para as Empresas do Mercado Brasileiro?*(Dissertação de Mestrado). Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo – FEA/USP, SP, São Paulo.
- Schmidt, P., Santos, J. L. & Fernandes, L. A. (2012). Contabilidade avançada: aspectos societários e tributários, 3 ed, São Paulo: Atlas.
- Silva, A., Rohenkohl, L. B. & Cunha, P. R. (2017). Influência das deficiências de controle interno em escolhas contábeis conservadoras e oportunistas. In *Anais 20 Semead*, SP, São Paulo. Recuperado de <http://login.semead.com.br/20semead/arquivos/1027.pdf>.

- Silva, A., Hein, N. E Kroenke, A. (2017). Avaliação multicritério da qualidade da informação contábil. In *Anais XLIX Simpósio Brasileiro de Pesquisa Operacional*, SC, Blumenau. Recuperado de <http://www.sbpo2017.iltc.br/pdf/168675.pdf>.
- Soonawalla, K. (2006). Accounting for Joint Ventures and Associates in Canada, UK, and US: Do US Rules Hide Information? *Journal of Business Finance & Accounting*, Vol. 33, N° 3-4, pp. 395-417.
- Sousa, L. M., Viana Júnior, D. B. C., Castro, L. A., Domingos, S. R. M. & Ponte, V. M. R. (2018). Conservadorismo condicional e a adoção das IFRS: uma análise nas empresas brasileiras de capital aberto. *Revista Enfoque Reflexão Contábil*, Vol. 37, N° 3, pp. 21-35.
- Souza, E. F., Sousa, A. F. & Demonier, G. B. (2016). Adoção das IFRS no Brasil: Efeitos no conservadorismo contábil. *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade*, Vol. 10, N° 3, pp. 136-147.
- Stoltzfus, R. L. & Epps, R. W. (2005). An empirical study of the value-relevance using proportionate consolidation accounting for investments in joint ventures. *Accounting Forum*, Vol. 29, pp. 169-190.
- Verrecchia, R. E. (2001). Essays on disclosure. *Journal of Accounting and Economics*, Vol. 32, pp. 97-180.
- Villela, M. V. E. (2007). Uma reflexão sobre a necessidade de harmonização contábil mundial baseada em uma comparação entre as normas de business combination do IASB, do FASB e do Brasil. *Revista Brasileira de Contabilidade*, (164), 22-35.
- Wakil, G. (2011). Conservatism, earnings persistence and the accruals anomaly. (Tese de Doutorado). *Kent State University Graduate School of Management*. Recuperado de https://etd.ohiolink.edu/pg_10?0::NO:10:P10_ACCESSION_NUM:kent1301329397.
- Watts, R. L. & Zimmerman, J. L. (1986). *Positive Accounting Theory*. New Jersey: Prentice-Hall.
- Xu, J. & Lu, C. (2008). Accounting conservatism: a study of market-level and firm-level explanatory factors. *China Journal of Accounting Research*, Vol. 1, pp. 11-29.
- Yamamoto, M. M. & Salotti, B. M. (2006). *Informação contábil: estudos sobre a sua divulgação no mercado de capitais*. São Paulo: Atlas.
- Yoon, S. (2007). Accounting quality and international accounting convergence (Tese de Doutorado). Oklahoma State University, Oklahoma, EUA. Recuperado de <http://digital.library.okstate.edu/etd/umi-okstate-2491.pdf>

APÊNDICES

Apêndice A:

Tabela 1: Classificação das empresas listadas na B3

Setor Econômico	Subsetor	Número de empresas	% Total
Bens Industriais	Comércio	2	0,45%
	Construção e Engenharia	14	3,18%
	Máquinas e Equipamentos	12	2,73%
	Material de Transporte	8	1,82%
	Serviços Transporte	34	7,73%
Consumo Cíclico	Automóveis e Motocicletas	3	0,68%
	Comércio	14	3,18%
	Construção Civil	19	4,32%
	Diversos	13	2,95%
	Hotéis e Restaurantes	3	0,68%
	Mídia	2	0,45%
	Tecidos, Vestuários e Calçados	18	4,09%
	Utilidades Domésticas	3	0,68%
Consumo Não Cíclico	Viagens e Lazer	7	1,59%
	Agropecuária	6	1,36%
	Alimentos Processados	14	3,18%
	Bebidas	1	0,23%
	Comércio e Distribuição	2	0,45%
Financeiro e Outros	Produtos de Uso Pessoal e de Limpeza	2	0,45%
	Exploração de Imóveis	17	3,86%
	Holdings Diversificadas	7	1,59%
	Intermediários	29	6,59%
	Financeiros	3	0,68%
	Outros	22	5,00%
	Previdência e Seguros	8	1,82%
	Securitizadoras de Recebíveis	19	4,32%
Serviços Financeiros Diversos	8	1,82%	
Materiais Básicos	Embalagens	1	0,23%
	Madeira e Papel	8	1,82%
	Materiais Diversos	2	0,45%
	Mineração	4	0,91%
	Químicos	7	1,59%
Petróleo, Gás e Biocombustíveis	Siderurgia e Metalurgia	10	2,27%
	^e Petróleo, Gás e Biocombustíveis	12	2,73%

Saúde	Comércio e Distribuição	10	2,27%
	Equipamentos	1	0,23%
	Serv. Méd. Hosp. Análises e Diagnóst.	10	2,27%
Tecnologia da Informação	Computadores e Equipamentos	2	0,45%
	Programas e Serviços	5	1,14%
Telecomunicações	Telecomunicações	5	1,14%
Utilidade Pública	Água e Saneamento	6	1,36%
	Energia Elétrica	60	13,64%
	Gás	2	0,45%
Não classificadas		5	1,14%
TOTAL		440	100,00%

Fonte: Elaborado pela autora, com base no *site* da B3 (2018).

Tabela 4 – Empresas incluídas na amostra

Sector Económico B3	Número	Empresas
Bens Industriais	1	Bardella S.A.
	2	CCR S.A.
	3	Investimentos e Partic. Em Infra S.A. - Invepar
	4	Marcopolo S.A.
	5	Rumo S.A.
	6	Tegma Gestão Logística S.A.
	7	TPI - Triunfo Part. E Invest. S.A.
	8	Wilson Sons Ltda
	9	Ecorodovias Infraestrutura e Logística
	10	Inepar S.A.
	11	Valid Soluções S.A.
	12	Embraer S.A.
Consumo Cíclico	13	Cyrela Brazil Realty S.A. Empreend e Particip.
	14	Direcional Engenharia S.A.
	15	Ez Tec Empreend. E Participações S.A.
	16	Gafisa S.A.
	17	Iochpe Maxion S.A.
	18	João Fortes Engenharia S.A.
	19	Magazine Luiza S.A.
	20	MRV Engenharia e Participações S.A.
	21	PDG Realty S.A.
	22	RNI Negócios Imobiliários S.A.
	23	Rossi Residencial S.A.
	24	Tecnisa S.A.
	25	Trisul S.A.
	26	Viver Incorporadora e Construtora S.A.
	27	Construtora Tenda S.A.
	28	Helbor Empreendimentos S.A.
	29	Saraiva S.A. Livreros Editores
Consumo Não Cíclico	30	Natura Cosméticos S.A.
	31	São Martinho S.A.
	32	BRF S.A.
Financeiro e Outros	33	Aliansce Shopping Center
	34	Andrade Gutierrez Concessões S.A.
	35	Banco Bradesco S.A.
	36	Banco do Brasil S.A.
	37	Battistella Adm. Participações S.A.
	38	BR Malls Part. S.A.
	39	Cielo S.A.
	40	Consórcio Alfa de Administração S.A.
	41	Ideiasnet S.A.
	42	Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A.
	43	Itaú Unibanco Holding S.A.
	44	Itaúsa Investimentos Itaú S.A.
	45	Jereissati Participações S.A.
	46	LPS Brasil - Consultoria de Imóveis S.A.
	47	Multiplan - Emp. Imobiliários S.A.
	48	São Carlos Empreendimentos e Participações S.A.
	49	General Shopping e Outlets do Brasil S.A.
	50	Monteiro Aranha S.A.
	51	Cyrela Commercial Propert S.A. Empr Part.
Materiais Básicos	52	Braskem S.A.
	53	Cia Siderurgica Nacional
	54	GPC Participações S.A.
	55	Tekno S.A. Indústria e Comércio
	56	Unipar Carbocloro S.A.
	57	Usinas Sid de Minas Gerais S.A. - Usiminas
	58	Litel Participações S.A.
	59	Bradespar S.A.
	60	Vale S.A.
	Petróleo, Gás e Biocombustível	61
62		Cosan S.A.
63		Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobrás
64		Ultrapar Participações S.A.
Saúde	65	Biomim S.A.
Tecnologia da Informação	66	Positivo Tecnologia S.A.
Telecomunicação	67	Telefônica Brasil S.A.
	68	Oi S.A.
Utilidades Públicas	69	Alupar Investimentos S.A.
	70	Centrais Elet Bras S.A. - Eletrobrás
	71	Centrais Elet de Santa Catarina S.A.
	72	Cia Energética de Brasília
	73	Cia Energética de Minas Gerais - Cemig
	74	Cia Paranaense de Energia - Copel
	75	Cia Saneamento Bás. Est São Paulo
	76	CPFL Energia S.A.
	77	EDP - Energias do Brasil S.A.
	78	Eneva S.A.
	79	Neonergia S.A.
	80	Statkraft Energias Renováveis S.A.
	81	Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.
	82	Equatorial Energia S.A.
	83	Igua Saneamento S.A.
	84	Uptick Participações S.A.

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Apêndice B:

Variável	Descrição
AT	Ativo Total
LL	Lucro Líquido
PL	Patrimônio Líquido
FCO	Fluxo de Caixa Operacional
VM	Valor de Mercado
Ret.	Retorno das Ações
Imob.	Imobilizado
Rec.	Receita
PC	Passivo Circulante
PNC	Passivo Não Circulante

Quadro 3- Descrição das variáveis na base Económica®

Fonte: Elaborado pela autora (2018).